Jd Pantanal

PLANO EMERGENCIAL E PROPOSTAS INICIAIS PARA O PLANO DE BAIRRO

Jd Pantanal: Plano emergencial e propostas iniciais para o Plano de Bairro. São Paulo: IAB, 2021.

REALIZAÇÃO

instituto de arquitetos do brasil - departamento de são paulo

alana

URBANIZAR

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL DEPARTAMENTO DE SÃO PAULO

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação:
Maria da Penha Silva Gomes
Simone Gatti

Mapas:
André de Freitas Gonçalves

Revisão e Diagramação:
Karina Silva de Souza

DIRETORIA (GESTÃO 2020-2022)

Fernando Túlio Salva Rocha Franco (Presidente), Gabriela de Matos Moreira Barbosa Brandão (1ª vice-presidente), Hannah Arcuschin Machado (2ª vice-presidente), Tamires Carla de Oliveira (Vice-presidente financeiro), Marlon Rubio Longo (Diretor Financeiro), Sabrina Studart Fontenele Costa (Diretora de Cultura), Maíra Fernandes Silva (Diretora de Políticas Públicas), Mariana Martinez Wilderom Chagas (Diretora de Ensino), Anderson de Almeida (Diretor de Desenvolvimento Profissional), Danilo Hideki (Diretor de Relações Institucionais), Claudio Barbosa Ferreira (Diretor Regional), Marcelo Fonseca Ignatios (Secretário Geral), Rafael Mielnik (1º secretário), Sheroll Martins Silva (2º secretária), Kaísa Isabel da Silva Santos (Conselheira Fiscal), Thamires Mendes dos Santos (Conselheira Fiscal), Natasha Mincoff Menegon (Conselheira Fiscal)

CONSELHO SUPERIOR

Edson Elito, Nadia Somekh, Marco Artigas, Forti, Lua Nitsche, Alan Cury, Rossella Rossetto, Audrey Carolini Anacleto de Lima e José Borelli Neto. Suplentes: Larissa Garcia Campagner, Ricardo de Andrade Hofer, Marcela Alonso Ferreira, Maria Claudia Levy Figliolino, Kelly Cristina Fernandes Augusto, Paola Trombetti Ornaghi, Fabiane Carneiro e Marco Peixe

INSTITUTO ALANA

Presidente:
Ana Lucia Villela

Vice-Presidentes:
Alfredo Villela Filho
Marcos Nisti (Vice-Presidente)

CEO:
Marcos Nisti

Diretora de Gestão de Pessoas e Recursos:
Lilian Okada

INSTITUTO ALANA

Diretoras-Executivas:
Carolina Pasquali
Isabella Henriques

PROJETO URBANIZAR

Coordenação:
Leila Maria Vendrametto

Comunicação:
Márcia Duarte Costa

Equipe:
Isabela Minelli D'Andréa
Luiz Henrique Gonçalves Nickel

sumário

04 apresentação

05 introdução

14 capítulo 01. jardim pantanal - análise e caracterização técnica

1.1 SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS 16

1.2 MOBILIDADE E ESPAÇOS PÚBLICOS 25

1.3 MEIO AMBIENTE 36

1.4 HABITAÇÃO 41

1.5 INFRAESTRUTURA 53

1.6 GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA 60

1.7 SEGURANÇA PÚBLICA 63

1.8 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA 63

1.9 CONSTRUÇÃO COMUNITÁRIA 65

1.10 ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL 65

1.11 PROJETOS E PLANOS PARA A REGIÃO 66

78 capítulo 02. diretrizes emergenciais para contenção da pandemia e mitigação dos seus impactos

2.1 MEDIDAS DE ATENÇÃO ATÉ A IMUNIZAÇÃO EM MASSA DA POPULAÇÃO 81

2.2 MEDIDAS PARA MITIGAR OS IMPACTOS DA PANDEMIA 87

90 capítulo 03. diretrizes estruturais para a requalificação do território

3.1 DRENAGEM DO SOLO E CONTENÇÃO DE ALAGAMENTOS 91

3.2 QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES 104

3.3 MOBILIDADE URBANA 112

120 capítulo 04. articulação comunitária e social e definição de responsabilidades

4.1 ENGAJANDO A SOCIEDADE PELA COMUNICAÇÃO 121

4.2 INTEGRANDO A POPULAÇÃO AOS CANAIS INSTITUCIONAIS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR 122

4.3 DEFININDO RESPONSABILIDADES 124

125 considerações finais

128 referências

133 anexos

RELATÓRIO OFICINA 01 134

RELATÓRIO OFICINA 02 150

apresentação

O IABsp, em parceria com o Instituto Alana, no âmbito do projeto Urbanizar, apresenta o Plano emergencial e propostas iniciais para o Plano de Bairro. O desenvolvimento colaborativo deste Plano se deu durante o ano de 2020, dentro do escopo da 13ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo.

A 13ª edição da Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, que ocorrerá em 2022, parte de uma realidade de intensas transformações geradas pela pandemia de Covid-19 em todo o mundo e que exigiu esforços intensos de organização das dinâmicas urbanas, sociais e profissionais pela sobrevivência. A partir disso, a edição propõe um olhar sobre os desafios impostos por esta crise, como também reflexões e propostas que apontem para práticas sociais, arranjos espaciais e as possibilidades de (sobre)viver e transformar a realidade em áreas urbanas e rurais. A 13ª edição assume, então, a provocação central inicial da RECONSTRUÇÃO, que será debatida por meio de cinco eixos norteadores: democracia, corpos, memória, informação e tecnologia.

Parte-se da ideia de reedificar, refundir e renovar as relações dos grupos sociais com seus espaços domésticos, dos cidadãos com os espaços públicos e das tramas pessoais e profissionais, que ocorrem nos espaços de confinamento e nos de usos coletivos, durante e depois da pandemia de Covid-19. A RECONSTRUÇÃO convoca-nos a repensar problemas e soluções em diversos aspectos. Pensar como tornar as cidades mais acessíveis, seguras, acolhedoras, convidativas, mas também compreendê-la como um lugar onde contrastes e conflitos são latentes, discutindo questões sobre a presença das diversas classes sociais, das raças e dos gêneros. Também se propõe que sejam levantadas soluções inovadoras em relação ao planejamento e gestão democrática, a partir de experiências vinculadas ao território.

Para tanto, uma das frentes de ação da Bienal serão os Núcleos em Rede, por meio dos quais o evento busca ser não apenas um espaço de reflexão sobre as cidades e sobre a arquitetura, mas também um espaço de sistematização de agendas que apontem alternativas para o contexto urbano atual e um agente de ação no espaço público. Nesses Núcleos estão sendo desenvolvidos projetos integrados de transformação urbana e ambiental, em parceria com o Pacto Pelas Cidades Justas (www.cidadesjustas.org.br) e em diálogo com as comunidades locais de cinco territórios na cidade de São Paulo: Jardim Guarani, Parque Pinheirinho D'Água, Jardim Lapenna, Parque Novo Mundo e o Jardim Pantanal, contemplado no presente plano.

Esperamos que, com estas iniciativas, possamos estimular o debate entre representantes do poder público, das comunidades locais, de estudantes e de profissionais da arquitetura (e áreas afins) sobre os temas relacionados à 13ª Bienal e, dessa forma, contribuir para a construção de cidades mais justas e democráticas.

INTRODUÇÃO

introdução

A pandemia de Covid-19 afetou a população mundial de diferentes formas. O medo e as incertezas estiveram fundamentados não apenas nos riscos de contaminação, no impacto do novo coronavírus, na saúde das pessoas e em um possível colapso dos sistemas de saúde, mas também na renda dos trabalhadores, sobretudo os mais vulneráveis e que dependem do trabalho informal para sobreviver, fortemente prejudicado com as medidas de isolamento social impostas pela quarentena. Por outro lado, a precariedade habitacional dificulta a rotina familiar com crianças fora da escola e sem espaços de lazer, que acabam por encontrar na limitada estrutura física do espaço urbano a única opção além do confinamento domiciliar.

No contexto do Jardim Pantanal, tal como em muitos outros bairros periféricos das grandes cidades, a pandemia do coronavírus não trouxe necessariamente novas condições de precariedade, mas um acirramento daquelas já existentes, com o agravante das dificuldades do isolamento social. As condições econômicas de uma população ligada fortemente ao trabalho informal impedem que as atividades sejam feitas à distância e mantêm os moradores na circulação cotidiana, expostos aos riscos de contaminação da pandemia.

Após um longo período de isolamento social, as regras de distanciamento começaram a ser afrouxadas pelos governos locais, e muitas atividades têm sido retomadas. Há mais pessoas utilizando o transporte coletivo e circulando pelas ruas, além do retorno gradativo de crianças às escolas, e a abertura de comércios, serviços e espaços públicos. Há, portanto, a necessidade de que as atividades sejam retomadas com segurança e cuidados, levando em conta o tempo que a sociedade levará para ter acesso a uma imunização realmente eficaz.

Considerando a vulnerabilidade de territórios periféricos como o Jardim Pantanal, é fundamental que esse retorno à vida cotidiana seja feito com mais qualidade e que se aproveite a oportunidade para se pensar na tão necessária requalificação integrada do território, que compreende desde as condições mais latentes, como a drenagem nas áreas sujeitas a alagamento - que historicamente comprometem a qualidade de vida do bairro - até melhorias urbanas de caráter geral. Qualificar os espaços livres para uso com segurança pela população; oferecer acesso à internet; criar condições favoráveis à circulação de pedestres, de ciclistas e do transporte coletivo; integrar as atividades de lazer, esporte e educação; requalificar o uso dos equipamentos públicos; criar

hortas comunitárias e implementar intervenções de microdrenagem são algumas das possibilidades de intervenção, que podem ser planejadas em conjunto com a comunidade local, em um horizonte de tempo relativamente curto.

Para subsidiar as propostas para o **Plano emergencial e propostas iniciais para o Plano de Bairro do Jardim Pantanal**, analisamos, além das condições específicas do território e os estudos existentes sobre ele, estruturados no Capítulo 01, documentos nacionais e internacionais que têm tratado da necessidade de reestruturação do tecido urbano para as condições de segurança e convívio social impostas pela pandemia. Foram analisados, dentre outros, relatórios da ONU Habitat, Habitat para a Humanidade, National Association of City Transportation Officials (NACTO), Instituto Alana, Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento São Paulo (IABsp) e Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp).

ONU-HABITAT

A ONU-Habitat focou as respostas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e seu impacto em diferentes contextos urbanos e tipos de comunidades em três principais áreas de resposta: (i) apoio aos governos locais e comunidades com soluções para os assentamentos informais, (ii) fornecimento de dados urbanos para a tomada de decisões baseadas em evidências, e (iii) mitigação do impacto econômico e sua recuperação.

Dentre todas as ações pensadas pela ONU-Habitat, destacamos aquelas que poderiam ser reforçadas e estruturadas no âmbito do Jardim Pantanal e no estágio de controle da pandemia em que nos encontraremos no momento da finalização deste Plano. Em relação às ações referentes às **soluções para os assentamentos informais**, destacamos a preocupação com a subsistência e segurança alimentar; com o acesso à água e o saneamento seguros e economicamente acessíveis; medidas para reduzir o custo do aluguel e fornecer alojamento temporário para os desabrigados e infectados; e apoio aos governos locais para gerir a mobilidade e o transporte urbano seguros.

Sobre as **ações de mapeamento para a tomada de decisões baseadas em evidências**, destacamos a necessidade de mapear focos de infecção emergentes, reorganizar mercados informais e planejar espaços públicos; e, ainda, de mobilizar a extensa rede de parceiros globais e locais para apoiar a coleta, o mapeamento e a análise de dados usando tecnologias inteligentes, incluindo água e saneamento, alimentação, moradia, serviços de saúde e meios de subsistência.

Em relação à **mitigação do impacto econômico e sua recuperação**, foram propostas ações como a formulação de medidas e políticas que considerem os setores formal e informal, e o aumento da capacidade de prestadores de serviços locais para garantir a disponibilidade de serviços essenciais.

HABITAT PARA A HUMANIDADE BRASIL

A Habitat para a Humanidade Brasil, com o apoio do Fórum Nacional de Reforma Urbana, do BR Cidades, do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU), do Observatório das Metrópoles, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e da Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), formou uma Articulação Nacional de monitoramento da atuação do poder público para proteger as populações mais pobres e vulnerabilizadas do país. Utilizamos esse monitoramento como base para analisar a situação do Jardim Pantanal e avaliar como o poder público atendeu as necessidades estruturais e emergenciais do território durante o período da pandemia, a fim de que as necessidades locais sejam compreendidas para subsidiar propostas do futuro Plano de Bairro.

O monitoramento levantou questões como:

- o agravamento da fome e da falta de renda;
- abastecimento de água;
- a forma como as operações policiais incidiram sobre os territórios;
- o enfrentamento da violência doméstica;
- a incidência de despejos e ameaças de remoções relacionadas ao pagamento de aluguéis, obras de infraestrutura e processos de reintegração de posse;
- a incidência de pagamento de auxílio aluguel para as famílias removidas ou despejadas.

Neste momento em que as cidades estão retomando as atividades, é fundamental que muitas das iniciativas do poder público que tiveram algum nível de proteção à população continuem, e aquelas que não foram implementadas sejam iniciadas.

NATIONAL ASSOCIATION OF CITY TRANSPORTATION OFFICIALS (NACTO)

De um ponto de vista focado nas questões de mobilidade urbana e de uso dos espaços públicos, a National Association of City Transportation Officials (NACTO) divulgou diretrizes e estratégias a serem usadas por autoridades municipais “para redesenhar e adaptar suas ruas para novos usos, tanto durante a crise de Covid-19 quanto na recuperação”. O documento destaca as abordagens projetuais mais atuais empregadas em ruas de todo o mundo. As políticas compiladas incluem, principalmente, informações detalhadas de implementação sobre ciclovias e ciclofaixas; extensões de calçada; pistas de trânsito; ruas lentas; zonas de carga e entregas; refeições ao ar livre e mercados (Figura 01).

Financiada pela Bloomberg Philanthropies, a iniciativa apresenta diretrizes que visam “manter trabalhadores e mercadorias essenciais em movimento, fornecer acesso seguro a supermercados e outras empresas essenciais, e garantir que as pessoas tenham espaço seguro para o distanciamento social enquanto estão fora de casa”. Oferece informações sobre exemplos implementados em todo o mundo, desde o planejamento e engajamento público, até o projeto e execução.

Um dos exemplos de abordagem inclui seis princípios que podem ser usados para informar fases contínuas de resposta e recuperação:

1. Ajudar primeiro as pessoas mais vulneráveis;
2. Amplificar e apoiar as orientações de saúde pública;
3. Tornar as ruas mais seguras para hoje e amanhã;
4. Apoiar trabalhadores e economias locais;
5. Estabelecer parcerias com organizações comunitárias;
6. Agir agora e adaptar-se ao longo do tempo.

O manual traz diretrizes de políticas para cada uma das fases de enfrentamento da pandemia, no que diz respeito à adequação das ruas e passeios públicos e circulação de modais ativos, apresentadas na Figura 02.

O documento traz também práticas contínuas e emergentes para melhorias rápidas na mobilidade, sejam temporárias ou permanentes, que garantam a acessibilidade dos usuários nas fases de recuperação da pandemia. Para garantir o distanciamento nas ruas são apontadas práticas como: remover vagas de estacionamento individuais, estreitar as faixas de veículos, afastar a área de estacionamento ou carga e descarga, designar apenas uma rua como acesso local e fechar faixas de veículos. São propostos também o uso de materiais leves para implementação temporária e os mais duráveis para uma implantação mais longa, garantindo um bom posicionamento que permita a visibilidade e sinalização vertical e horizontal.

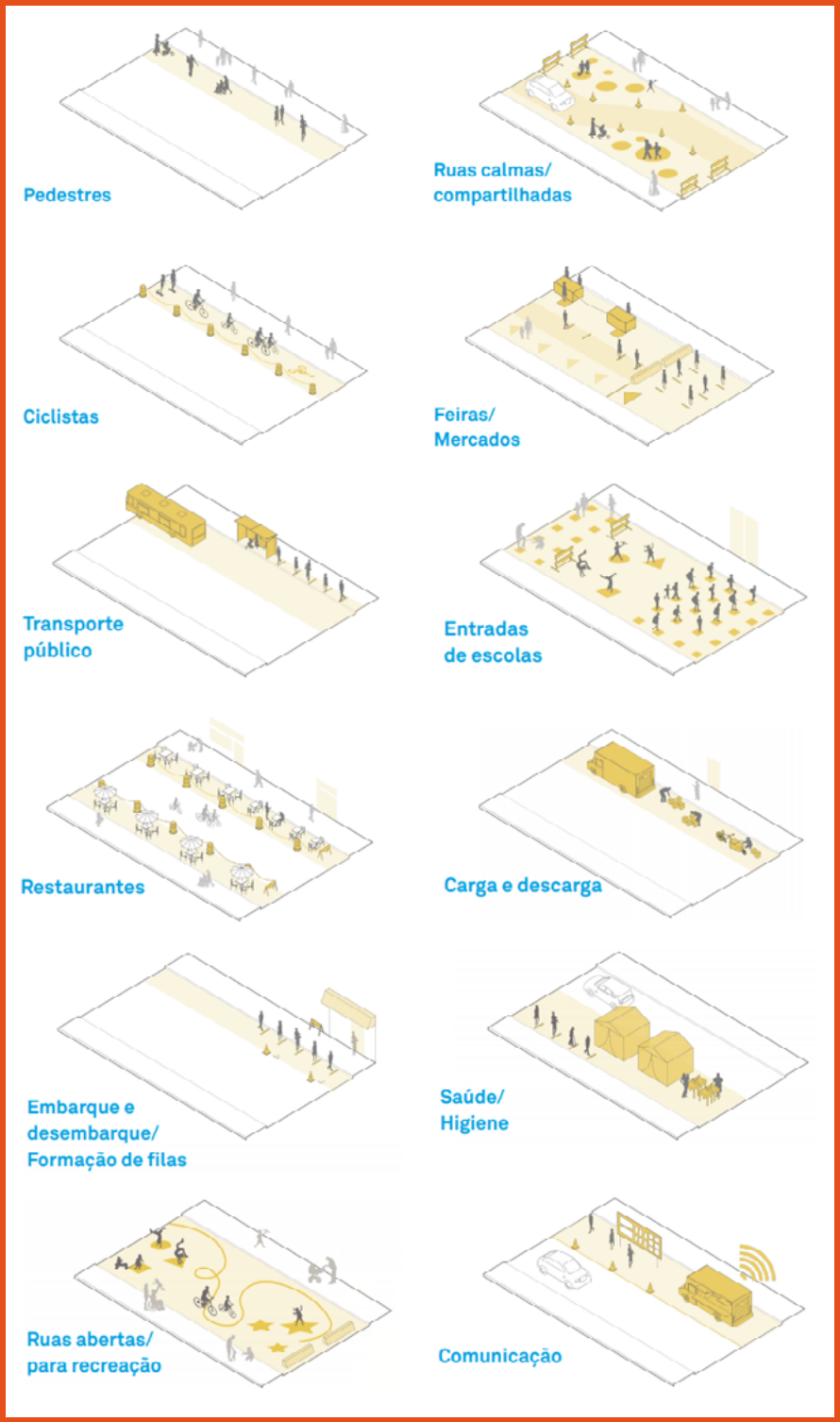


Figura 01
Categorias de abordagem projetual frente à pandemia de Covid-19.

Fonte: NACTO, Ruas para resposta e recuperação da pandemia, p. 6-7.

Resposta da saúde pública	Ruas de bairro (local/residencial)	Ruas principais/ comerciais de bairro (pequeno varejo/escritório, residencial, escolas, instituições)	Principais ruas urbanas (transporte público, varejo/escritórios, instituições, escolas)	Ruas de orlas e alamedas (em/ao lado de parques, beira-mar etc.)
Pedidos de "fique em casa" em vigor	• "ruas abertas" (parques pop-up) • ruas calmas ou apenas para acesso local • gerenciamento de velocidade (barreiras móveis, tratamentos de portal, sinalizações verticais) • pontos de acesso Wi-Fi • postos de higienização	• expansões de calçada para filas, mercados ao ar livre e acesso • ciclofaixas pop-up • zonas de entrega e embarque/desembarque temporárias	• expansões de calçada para acesso e filas • zonas de embarque/ desembarque temporárias • ciclos semafóricos mais curtos • colocação de semáforos de pedestres em ativação constante	• fechamento de ruas para tráfego de veículos, para serviços médicos, recreação, mercados etc.
Reabertura pré-vacina	• tratamentos de acesso local de veículos • remoção de faixas/ fechamento de ruas para escolas e prestadores de serviços religiosos/ culturais	• remoção tática de áreas de estacionamento/faixas de tráfego, fechamento de ruas para mesas de restaurantes e mercados ao ar livre etc. • expansões de calçada para formação de filas e acesso • ciclofaixas táticas • zonas de entrega e embarque/desembarque designadas • áreas de estacionamento de bicicleta e micromobilidade compartilhada • remoção de faixas/ fechamento de ruas para escolas e prestadores de serviços religiosos/culturais	• faixa exclusiva de ônibus, ilhas táticas/ paradas na pista, semáforos de prioridade de ônibus, paradas de ônibus ampliadas • remoção de faixa/espaço de estacionamento para colocação de mesas de restaurante e mercados ao ar livre • expansões de calçadas para formação de filas e acesso • ciclofaixas protegidas • gerenciamento de velocidade	• fechamento de ruas ao tráfego de veículos, ex., para recreação, mercados, escolas etc. • ciclofaixas expandidas e zonas de estacionamento de bicicleta/ micromobilidade compartilhada • gerenciamento de velocidade
Vacina/pós-COVID-19	• gerenciamento de velocidade (ex., mudanças no limite de velocidade e geometria) • políticas e desenho de ruas para recreação, ruas calmas e apenas para tráfego local	• alargamentos de calçadas • gerenciamento de velocidade (ex., geometria e alterações dos limites de velocidade) • ciclofaixas expandidas e zonas de estacionamento de bicicleta/ micromobilidade compartilhada	• faixas exclusivas para ônibus com tarifa pré-embarcada, ilhas de ônibus e comodidades • serviço de ônibus com alta frequência • ciclofaixas expandidas e zonas de estacionamento de bicicleta/ micromobilidade compartilhada • alargamentos de calçadas • gerenciamento de velocidade	• expansões de espaço aberto • ciclofaixas expandidas e zonas de estacionamento de bicicleta/ micromobilidade compartilhada • gerenciamento de velocidade

Figura 02
Diretrizes de políticas para enfrentamento da pandemia de Covid-19.
Fonte: NACTO, Ruas para resposta e recuperação da pandemia, p. 12. [adaptado]

IABsp e APEOESP

O **Manual Técnico para Escolas Saudáveis**, elaborado pelo IABsp e pela APEOESP aponta a importância de estratégias projetuais do espaço urbano como ferramentas de redução de danos e controle epidêmico, essenciais para atravessarmos o período de desenvolvimento de uma vacina e tratamento eficazes, ao mesmo tempo que promovendo um ambiente saudável. O manual, que vai abordar com detalhes o espaço físico das escolas, aborda também o contexto urbano no qual elas estão inseridas, tratando as ruas e praças como extensão do espaço de ensino.

O aprendizado fora da escola é analisado como gerador de oportunidades para despertar a curiosidade e evocar diálogos nos mais diferentes tópicos como sociedade, meio ambiente, inclusão social, diversidade cultural, consciência histórica, desenvolvimento da cidade, urbanismo e habitação, que irá gerar um impacto positivo a longo prazo e deve ser parte da cultura da escola e, portanto, deve ser planejado como parte da rotina das aulas.

O manual aponta as possibilidades de uso de outros equipamentos do bairro como clubes, associações ou institutos, além dos equipamentos públicos. Para ajudar a pôr em prática essa proposta, a sugestão é que se explore o bairro para a escolha do lugar para a sala de aula, juntamente aos estudantes.

O documento ressalta a importância de que as escolas tenham planos alinhados e construídos conjuntamente com planos urbanos. Assim, indicam que o uso dos espaços externos devem ocorrer com a garantia qualitativa desse uso, sendo intervenções urbanas importantes nesse sentido, como a melhoria e alargamento dos calçamentos, inserção de faixas de pedestres e intervenções qualitativas nas praças (inserções de bancos, poda de árvores e limpeza).

A partir destes princípios, estruturamos nesse relatório o que denominamos de Plano emergencial, que precederá a elaboração de um Plano de Bairro de caráter mais permanente e consolidado. São ações de curto e médio prazo que podem ser estruturadas em parceria com a comunidade local e fomentadas com o apoio da sociedade civil organizada ou do executivo. As ações previstas podem ser de caráter diverso, temporárias ou permanentes, a partir das necessidades identificadas na leitura dos documentos existentes e nas etapas participativas que ocorrerão ao longo da elaboração do plano.

Sabemos que o Jardim Pantanal está localizado em uma região de extrema vulnerabilidade, seja pelas condições socioeconômicas da população local e pela fragilidade da estrutura urbana, seja pelas condições geográficas e os constantes alagamentos a que o território está sujeito. O que nos permite concluir que somente ações como o urbanismo tático não darão conta das complexidades existentes na região, e o Plano emergencial certamente examinará camadas mais profundas do planejamento urbano e de questões emergenciais estruturais, como drenagem e melhorias habitacionais.

“O que a praça pode proporcionar versus o cemitério? A praça pode encorajar atividades mais barulhentas e o cemitério exercícios que requerem mais concentração e silêncio. Identificar o local apropriado para a proposta de trabalho é muito importante. É importante garantir calçadas largas e com qualidade, se não houver, as ruas devem ser fechadas. O lugar escolhido deve contemplar áreas de sombreamento, abrigo de chuva e descanso. É muito importante a garantia dos protocolos pelas outras Secretarias do Estado, como segurança e saúde. Propor uma força tarefa para retirar o lixo do local. Higienizar as mãos imediatamente. Co-criar algo nesse lugar, como um varal de ideias, desenhos, projetos promoverá senso de pertencimento e orgulho de algo que foi feito por todos. Outros exercícios podem ser propostos, como a construção de um banco. Ou outros equipamentos que o grupo entenda que são necessários. É importante definir um local de encontro e os limites espaciais dessa sala de aula externa. O local de encontro deve ter uma característica muito fácil de ser reconhecida, como uma grande árvore, um grafite marcante ou um poste colorido.”

Manual Técnico para Escolas Saudáveis, pág.39

01

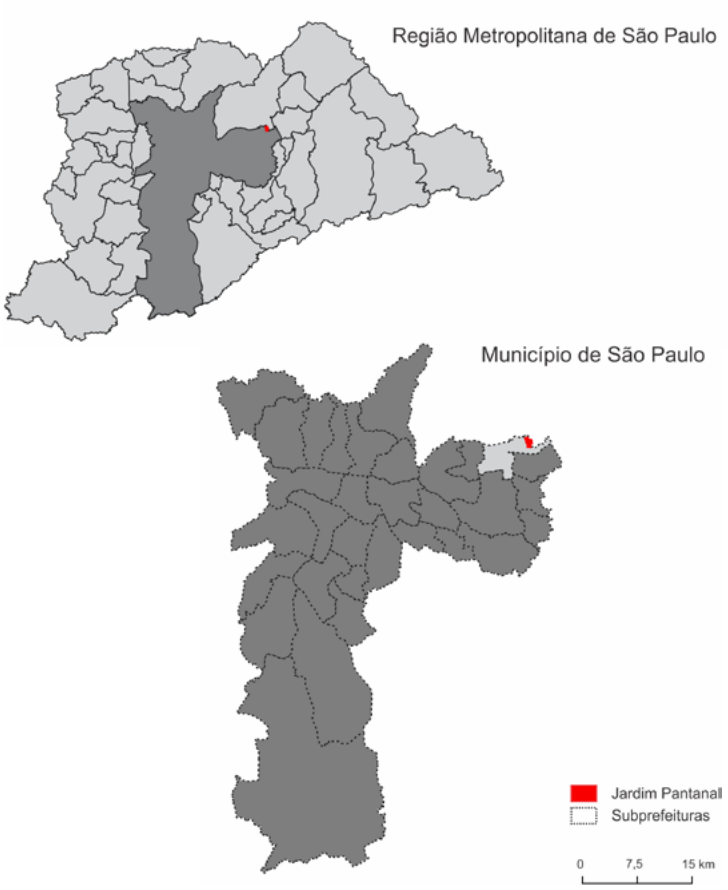
JARDIM PANTANAL - ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO TÉCNICA

jardim pantanal
análise e caracterização técnica

A elaboração da análise foi realizada a partir de dados secundários. Para os dados pertinentes aos serviços e equipamentos utilizou-se, principalmente, as informações do **Diagnóstico Preliminar à Regularização Fundiária**, realizado pelo Instituto Pólis (2019), que tem como base os dados do **Mapa das Desigualdades** realizado pela Rede Nossa São Paulo e o Censo de 2010 realizado pelo IBGE, e da dissertação de mestrado "**Jardim Pantanal: atores e interesses, desalento e esperança"** de Silva (2016).

O bairro Jardim Pantanal, identificado como Perímetro de Interesse, localiza-se no distrito do Jardim Helena, na área de abrangência da Subprefeitura de São Miguel Paulista (Mapa 01).

O território da subprefeitura é de 24,3 km^2 e agrupa uma população de 369.496 habitantes, cuja densidade demográfica era de 15.206 hab/km^2, segundo os dados do Censo (IBGE, Seade, 2010). Nos respectivos distritos, o número de habitantes é de 92.081 pessoas em São Miguel, 142.372 pessoas na Vila Jacuí e 135.043, no Jardim Helena. O distrito Jardim Helena é o maior em termos de extensão, circunscrito em 9,1 km^2, e o segundo em densidade demográfica, com 14.840 hab/km^2, sendo pouco mais de 10.336 pessoas residentes do Jardim Pantanal, segundo Censo.



Mapa 01
Localização do Jardim Pantanal.
Elaboração: Equipe IABsp, 2020.

1.1 SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

A disposição da rede de serviços públicos essenciais na Subprefeitura de São Miguel atende os princípios de cobertura e atendimento à população nas pastas de Saúde, Educação, Assistência Social, Habitação, Cultura e Lazer. Os mais de 369 mil moradores acessam os 147 equipamentos e serviços públicos, sendo 112 de Educação, 27 de Saúde e 8 de Cultura e Lazer.

No distrito do Jardim Helena há uma rede de 61 serviços e equipamentos públicos, sendo: 10 de educação pública de ensino fundamental e médio, 20 de educação pública infantil, 01 hospital, 01 equipamento de saúde mental, 02 unidades básicas de saúde (UBS), 03 clubes da comunidade, 05 de assistência social, 09 de direitos humanos (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA), 07 feiras livres, 01 praça de wi-fi, 01 equipe da Polícia Civil, 01 estação da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos- Estação Jardim Helena-Vila Mara).

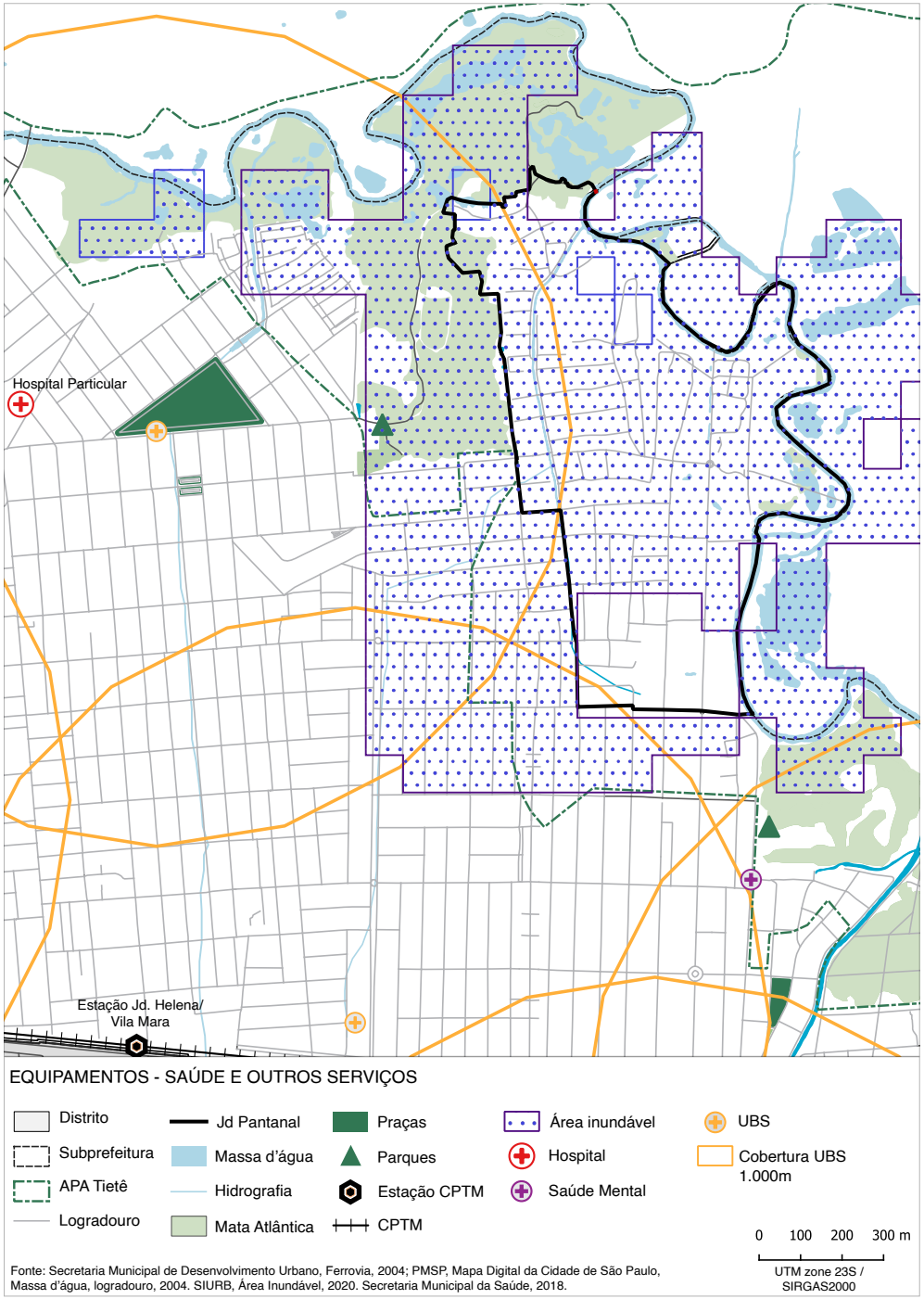
O perímetro do Jardim Pantanal, entretanto, é escasso de serviços e equipamentos públicos. Na área de abrangência há apenas 01 equipamento de Educação Infantil (CEI). A maioria dos equipamentos e serviços está disposta a oeste do Perímetro e nas proximidades da estação CPTM. Nessas áreas há melhor infraestrutura urbana, loteamentos regulares e, por conseguinte, poucos domicílios precários.

A falta de cobertura de serviços e equipamentos certamente está relacionada ao terreno, que é majoritariamente formado por uma vasta planície aluvial, terra mole e solo compressível, igualmente, uma grande extensão de áreas inundáveis e massa d'água. Há, portanto, fatores propícios ao alto risco de alagamentos, que se constituem como dificultadores para o atendimento da demanda pertinente às políticas públicas.

1.1.1 SAÚDE

Na região de abrangência da Subprefeitura de São Miguel há 27 equipamentos de saúde, classificados em cinco categorias: Hospital, Unidade Básica de Saúde, Emergência e Urgência, Ambulatório de Especialidades e Saúde Mental. Estes equipamentos estão, contudo, concentrados ao sul da linha férrea, sobretudo próximo à Av. Marechal Tito e no entorno da Jacu Pêssego, onde há uma rede de transporte público mais estruturada.

Já no perímetro do Jardim Pantanal, que é a área mais densa e com maior vulnerabilidade social, não há oferta de equipamentos de saúde. As Unidades Básicas de Saúde existentes no Jardim Helena estão a mais de 1 km de distância, conforme mostra o Mapa 02, gerando a necessidade de grandes deslocamentos.



Mapa 02
Equipamentos – Saúde e outros serviços.
Elaboração: Equipe IABsp, 2020.

1.1.2 CULTURA, LAZER E ESPORTES

A disposição dos serviços de cultura e esportes concentra-se no Centro Educacional Unificado, o **CEU Vila Curuçá**, localizado na Subprefeitura de São Miguel, e eventualmente também nos CEUs Três Pontes e Parque Veredas, mais distantes da área do Jardim Pantanal.

Os equipamentos de lazer e esporte mais utilizados pelos moradores são o Parque Jardim Helena e Parque Itaim Biacica, ambos com amplas áreas verdes e localizados em distância passível de ser percorrida a pé.

O Parque Jardim Helena foi inaugurado no início de 2019 pelo Departamento de Águas e Energia (DAEE) e faz parte do Programa Parque Várzeas do Tietê, que visa preservar a área de várzea e de proteção ambiental e propiciar atividades de lazer, educação, esporte e cultura para os moradores da região. Os frequentadores têm acesso a qualificação profissional, oficinas culturais, cursos de educação ambiental, entre outros. A infraestrutura para realização das atividades inclui espaços para eventos e exposições, 23 churrasqueiras, playground, pista de skate, quatro campos de futebol e outras quatro quadras poliesportivas, academia para terceira idade, vestiários, estacionamento para bicicletas, biblioteca, restaurante, auditório com 192 lugares, sala de projeção para 122 pessoas e salas de atividades para todas as idades.

Já o Parque Biacica foi implementado em 2018, também como parte do Programa Parque Várzeas do Tietê. O parque possui quadras poliesportivas, 16 churrasqueiras, parquinhos, aulas de dança aos domingos, oficinas e cursos de contação de histórias. Há a previsão ainda de um Centro Educacional em um casarão histórico localizado dentro do parque.

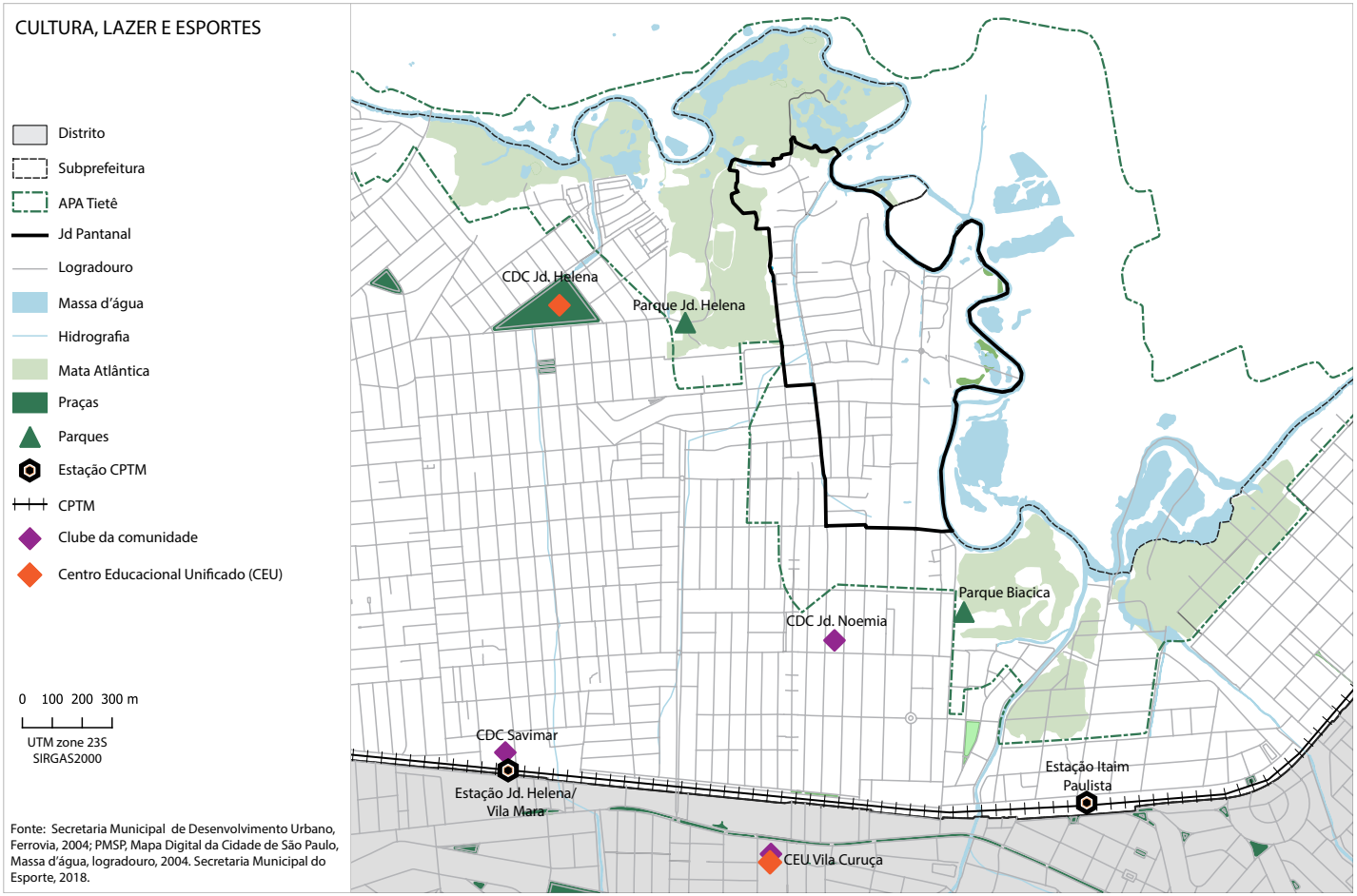
Além dos dois parques, que possuem maior estrutura de lazer, a comunidade também utiliza as quadras das escolas e o Centro Desportivo. Há, porém, uma carência de praças e espaços livres no miolo do perímetro, e uma das áreas com grande potencial de lazer, que são as margens remanescentes da várzea do Rio Tietê, não possui infraestrutura para permanência da população e é utilizada como depósito de lixo, descarte de automóveis e ocupações irregulares.

1.1.3 EDUCAÇÃO

Na Subprefeitura de São Miguel o número de equipamentos de educação destaca-se quando comparado à disposição dos equipamentos de saúde, de cultura e de esportes. Existem 112 equipamentos de ensino (02 CEUs, 44 equipamentos de ensino fundamental e 66 de ensino infantil), no entanto, somente um deles está dentro do perímetro de Jardim Pantanal. Em 2018, havia deficit por vagas em equipamentos de creches e pré-escolas – uma vaga a cada duas crianças, segundo o Mapa da Desigualdade da Rede Nossa São Paulo. As crianças e os adolescentes, que frequentavam o Ensino Fundamental e Médio, por terem mais mobilidade para o acesso às escolas nas áreas localizadas no entorno, possivelmente eram melhor atendidos.

No Mapa 04 são apontados 27 equipamentos de educação infantil (creche e pré-escola) para atendimento da população de zero até três anos

de idade e de quatro a seis anos de idade. A maioria dos equipamentos está localizada a oeste no mapa, apenas um deles dentro do Perímetro de Interesse e outros dois em seu entorno próximo. Igualmente, os 12 equipamentos de educação para ensino fundamental e médio estão localizados a oeste, dois deles junto aos de educação infantil. Pontuamos que existem, ainda, 12 equipamentos de educação privada, também a oeste no Mapa 04.



Mapa 03
Equipamentos – Cultura, Lazer e Esportes.
Elaboração: Equipe IABsp, 2020.

Figura 03
Várzea do Rio Tietê no Jardim Pantanal.
Foto: Equipe IABsp, 2020.

Figura 04
Parque Jardim Helena.
Fonte: DAEE.

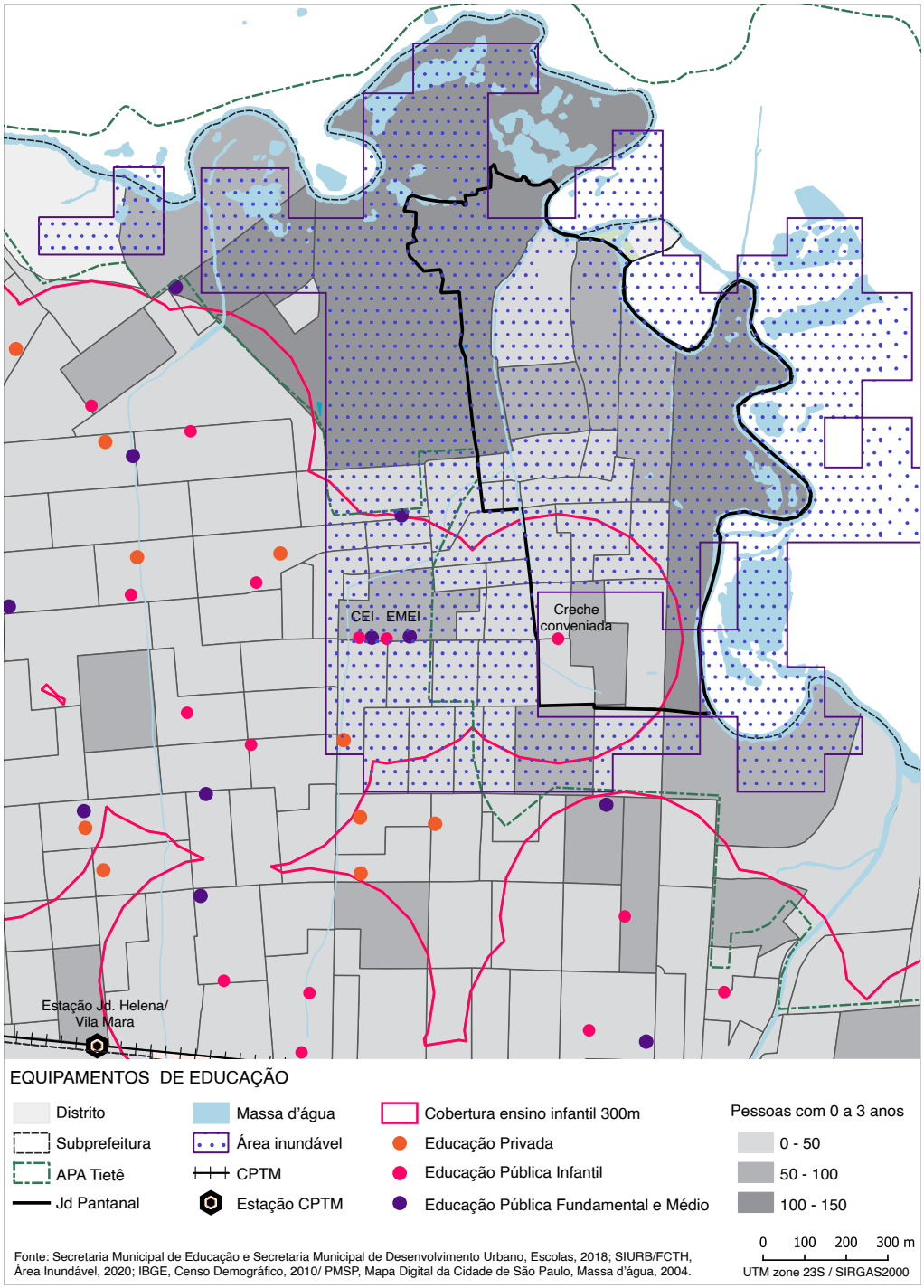
Figura 05
Núcleo de Lazer Itaim Biacica.
Fonte: DAEE

Portal de Entrada

Pavilhão Multiuso

Área de lazer

Escola do Jd. Helena



Mapa 04
Equipamentos - Educação
Elaboração: Equipe IABsp, 2020.

1.1.3.1 Equipamentos de Creche e Pré-Escola

Ainda que a quantidade de equipamentos de educação no território da Subprefeitura de São Miguel se destaque em relação a outras pastas, a demanda por equipamentos de educação infantil e creches não é atendida. No Perímetro de Interesse, por exemplo, há somente uma creche conveniada à municipalidade e nenhum equipamento educacional de pré-escola. Além disso, como apontado anteriormente, o deficit chegou a 3.800 vagas em 2018 (Mapa da Desigualdade da Rede Nossa São Paulo).

A maioria da população de zero até três anos de idade - que deveria ser atendida pelas creches - reside à margem do Rio Tietê, onde a cobertura ao atendimento da educação nos equipamentos públicos é bastante deficiente (INSTITUTO PÓLIS, 2019). As características geomorfológicas, juntamente à legislação ambiental, corroboram para os entraves ao aporte de equipamentos públicos no Jardim Pantanal, visto que parte do território está em uma Área de Proteção Ambiental (APA).

O Mapa 04 mostra que os raios de 300 metros a partir das creches existentes não alcançam parte do território do Jardim Pantanal, sobretudo a área com maior concentração de crianças ao sul e a leste do perímetro, provocando a necessidade de longos deslocamentos, dificultando o acesso à educação infantil e, consequentemente, a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

1.1.3.2 Equipamentos de Ensino Fundamental

Os moradores de sete a quatorze anos de idade são os que frequentam o Ensino Fundamental. Na análise da cobertura de equipamentos de educação (INSTITUTO PÓLIS, 2019), considerando a distância 1.500m (1,5 km) como raio máximo de acessibilidade em relação à moradia, do ponto de vista de abrangência territorial, não haveria necessidade de se implantar novos equipamentos na região. Porém, é necessário verificar de forma mais apurada se existe deficit de vagas para crianças e adolescentes que utilizam esses equipamentos.

1.1.3.3 Equipamentos de Ensino Médio

A população de jovens de quinze até dezessete anos de idade frequenta o Ensino Médio. Do mesmo modo, a análise da cobertura de equipamentos de educação à acessibilidade dos equipamentos de educação de Ensino Médio está contemplada, mantendo-se a necessidade de averiguar o deficit de vagas para adolescentes que utilizam esses equipamentos (INSTITUTO PÓLIS, 2019).

1.1.4 FEIRAS LIVRES

A espacialização das feiras na área de abrangência de São Miguel Paulista mostra que há uma distribuição homogênea no perímetro da gestão da subprefeitura. A região do Jardim Helena é atendida por 7 feiras livres mais próximas. No perímetro do Jardim Pantanal acontece às quintas-feiras a feira da Rua Borboleta Amarela e, aos domingos a feira na Av. José Martins Lisboa- ambas feiras pequenas.

1.2 MOBILIDADE E ESPAÇOS PÚBLICOS

As informações para a leitura e análise dos espaços públicos e viários do Perímetro de Interesse foram pesquisadas por meio do Mapa 05, elaborado pela Equipe IABsp, e pelo Diagnóstico do Instituto Pólis (2019). Também foram considerados relatos da equipe do projeto Urbanizar, e o Diagnóstico elaborado para o projeto **Para Onde Vamos – Por uma agenda de mobilidade nas periferias de São Paulo**, elaborado pelo IABsp e Aromeiazero, com o apoio da 99.

O sistema de mobilidade do Jardim Pantanal precisa ser analisado sob muitos aspectos: a sua relação com o restante do município de São Paulo e as condições de acessibilidade às regiões da cidade com maior oferta de emprego e oportunidades de trabalho, as relações com os demais municípios, o acesso aos equipamentos de saúde e educação, e também as condições de circulação e a qualidade do deslocamento local.

1.2.1 ACESSIBILIDADE: METROPOLITANA, INTERMUNICIPAL E LOCAL

A configuração de importantes vias regionais, como a Av. Jacu Pêssego, a Rodovia Ayrton Senna e a Av. Marechal Titto, reforça a estruturação metropolitana de vias radiais que ligam as áreas periféricas da cidade ao seu centro sem estabelecer conexões adequadas nos miolos de bairros. Assim, as viagens pendulares (casa-trabalho) são facilitadas, mas as viagens locais para afazeres cotidianos são prejudicadas (INSTITUTO PÓLIS, 2019).

Neste contexto de articulação metropolitana, o Jardim Pantanal, inserido na extremidade norte da Subprefeitura, não possui grandes vias que o articulem ao sistema viário principal, dificultando a mobilidade de seus moradores. Existem, ainda, barreiras físicas que limitam a comunicação com os demais municípios como, por exemplo, a várzea do Tietê, que impede a ligação regional com a Rodovia Ayrton Senna, e a linha férrea ao Sul que não permite a ligação viária direta com a Avenida Marechal Tito, principal ligação rodoviária com o centro da cidade.

Em relação ao transporte coletivo, o Jardim Pantanal possui uma acessibilidade metropolitana por meio da linha de trem da CPTM, a Linha 12-Safira, acessada pelas estações Jardim Helena e Itaim Paulista, que fazem conexão com a Linha 3-Vermelha do Metrô na estação Tatuapé, ainda que as viagens por transporte individual motorizado prevaleçam. Há, contudo, sobrecarga desse sistema sobre trilhos nos horários de pico (Figura 06).

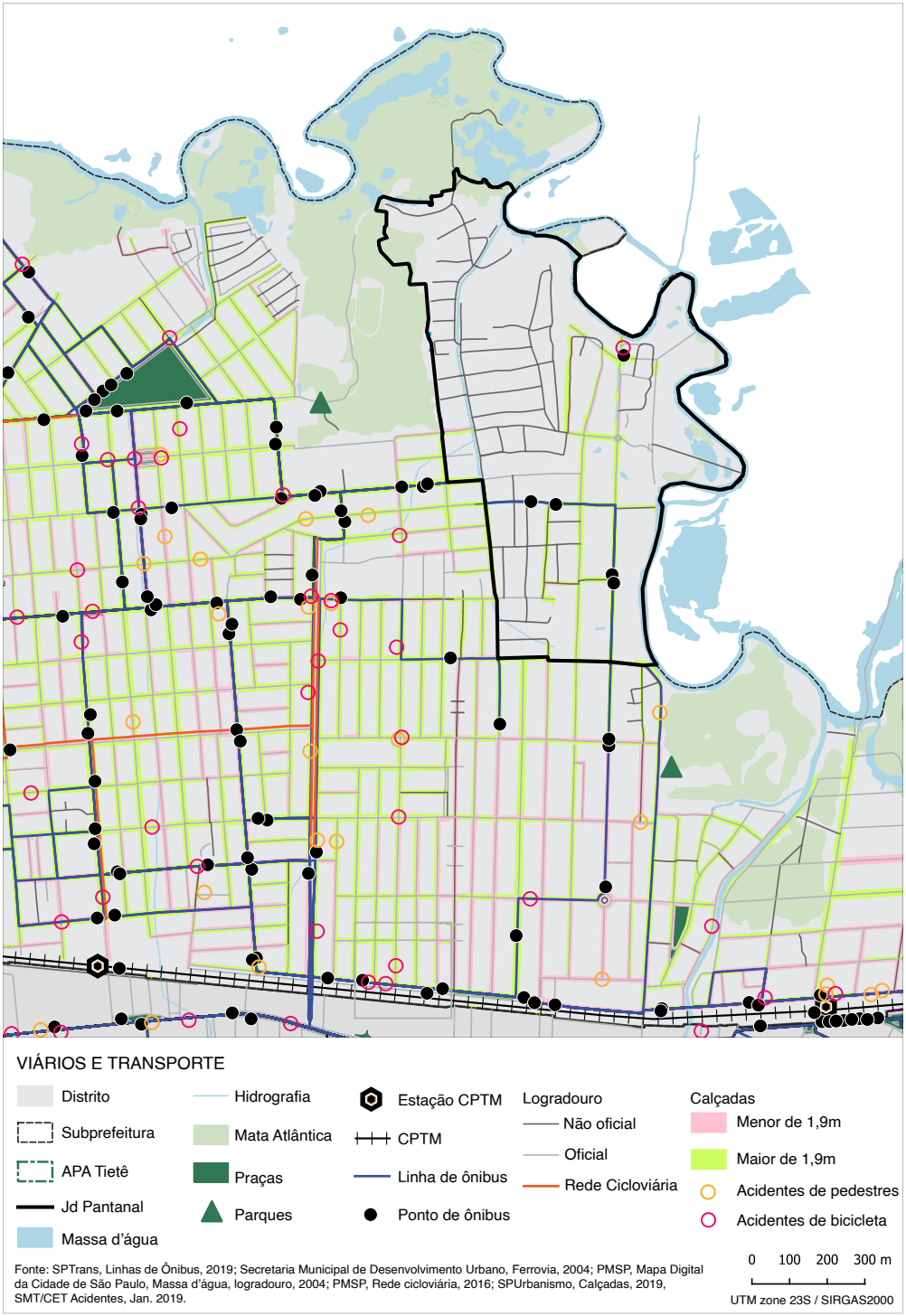
As linhas de ônibus convencional e paradas de ônibus são mais escassas do que em outras áreas da

mesma Subprefeitura, dificultando as possibilidades de viagens para fora do bairro e aumentando os percursos a pé. As paradas de ônibus não são cobertas, não possuem assentos e são pouco visíveis, conforme observado em foto satélite da Rua Erva de Santa Luzia (Figura 08). A despeito dos pontos de ônibus existentes, cabe dispor de mais paradas no sentido bairro, visto que a população que reside mais afastada da parada de ônibus - que fica próxima à Avenida Marechal Tito - encontra dificuldade para acessar seus domicílios.

Recentemente, o bairro passou a contar com uma linha de ônibus adicional, que o conecta à Estação da CPTM Jardim Romano. O trecho da linha atende a área mais ao sul do Perímetro, pois há apenas um ponto no extremo norte, que é a área de maior concentração da vulnerabilidade social e de moradias precárias. Dentro do Perímetro de Interesse circulam as linhas de ônibus, a 3003-10 (Jd. São Martinho/CPTM- Vl. Mara/Itaim) que percorre a distância de 1km na extremidade norte e 800m na extremidade leste, circulando pelas vias principais, e a linha circular 3004-10 (Jd. São Martinho/CPTM- Vl. Mara/Itaim).

Existem apenas cinco paradas para ônibus, conforme identificado no Mapa 05, e quase toda a região norte do Jardim Pantanal, não asfaltada, permanece desabastecida pela circulação de transporte público. No entorno e adjacências, contudo, existem muitas paradas para ônibus de outras linhas que cobrem a região. Na Figura 07, está indicado o trajeto da Estação da CPTM Jardim Helena-Vila Mara até o Jardim Pantanal, que possui a duração de aproximadamente 20 minutos.

Figura 06
Estação Tatuapé do metrô na conexão com a linha 12 da CPTM.
Foto: Equipe IABsp, 2020.



Mapa 05
Viário e Transporte
Elaboração: Equipe IABsp, 2020.

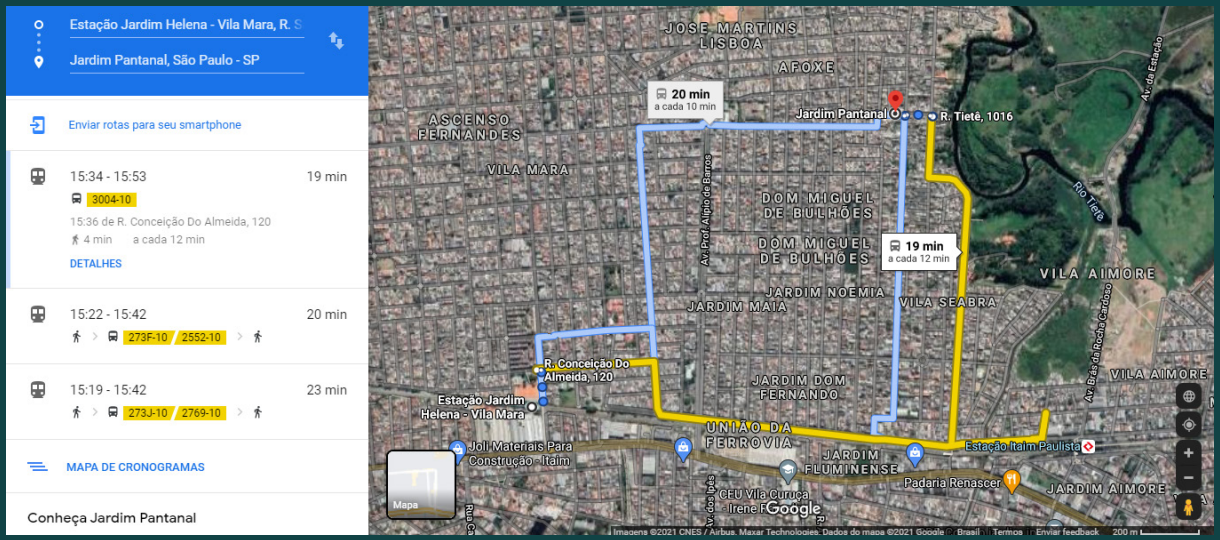


Figura 07
Itinerário da Estação Jardim Helena-Vila Mara x Jardim Pantanal.
Fonte: Google Maps, fevereiro, 2021.

Figura 08
Parada de ônibus da Rua Erva de Santa Luzia, altura do número 900.
Fonte: Google Street View, fevereiro, 2021.

1.2.2 VIELAS E VIÁRIO

As calçadas do Jardim Pantanal, em geral, são precárias e estreitas para a circulação de pedestres, e na parte ao norte, próxima à várzea do Tietê, nas áreas alagáveis, não há calçadas nem asfalto. As ruas, contudo, são calmas, com pouca circulação de veículos motorizados, e muito utilizadas para as brincadeiras das crianças, como extensão da própria casa.

O Mapa 05 mostra a existência e a largura das calçadas, e nas imagens a seguir, é possível visualizar a precariedade existente dos passeios públicos e das áreas de circulação, que se somam aos problemas de drenagem e à ausência de saneamento.

Nota-se a mesma situação nos leitos carroçáveis, pavimentados com "borra de asfalto", que se desfazem com as chuvas e outros desgastes temporais. Um exemplo é a Rua Freguesia de São Romão, na Figura 11.

Figura 09
Áreas de ocupação informal ao norte do Jardim Pantanal.
Foto: Equipe IABsp, 2020.

Figura 10
Áreas de ocupação informal ao norte do Jardim Pantanal.
Foto: Equipe IABsp, 2020.

Figura 11
Vista da Rua Freguesia de São Romão.
Fonte: Google Street View, fevereiro, 2021.

1.2.3 INFRAESTRUTURA PARA BICICLETA E SEU USO

Os modos ativos de transporte são muito utilizados na Zona Leste, onde há uma média de 18 mil viagens diárias com bicicletas por motivos de trabalho; entretanto, a região conta com poucos quilômetros cicloviários. No Jardim Pantanal, a bicicleta também é muito utilizada para viagens locais, fazendo com que os números de deslocamentos a pé e de bicicleta sejam bem superiores à média da região metropolitana. A linha 12-Safira, que liga o Brás até Calmon Viana, é uma das que mais contam com vagas em seus bicicletários. A estação Jardim Helena-Vila Mara possui espaço para guardar 256 veículos, mas opera na sua capacidade máxima, pelo alto uso compartilhado entre os dois modais, bicicleta e trem.

A infraestrutura para a circulação de bicicleta, contudo, é muito precária, tal como a de vias e calçadas. O Mapa 05 mostra que a rede cicloviária

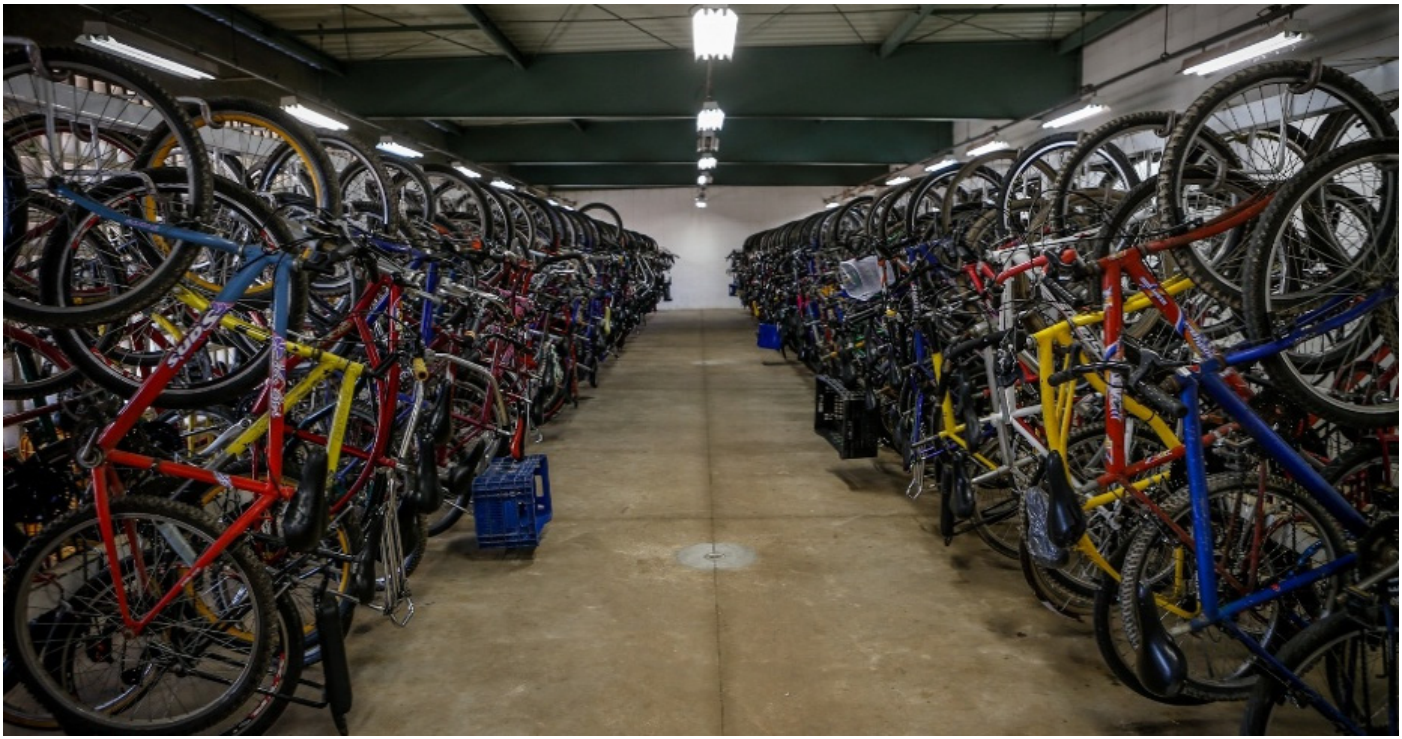


Figura 12
Bicicletário da Estação Jardim Helena.
Fonte: Leandro Moraes, UOL.

se concentra nas vias principais, a oeste do Jardim Pantanal. Dentro do perímetro, entretanto, não há vias cicláveis que favoreçam a mobilidade interna ou que conectem o Jardim Pantanal aos bairros do entorno e demais infraestruturas como as estações de trem.

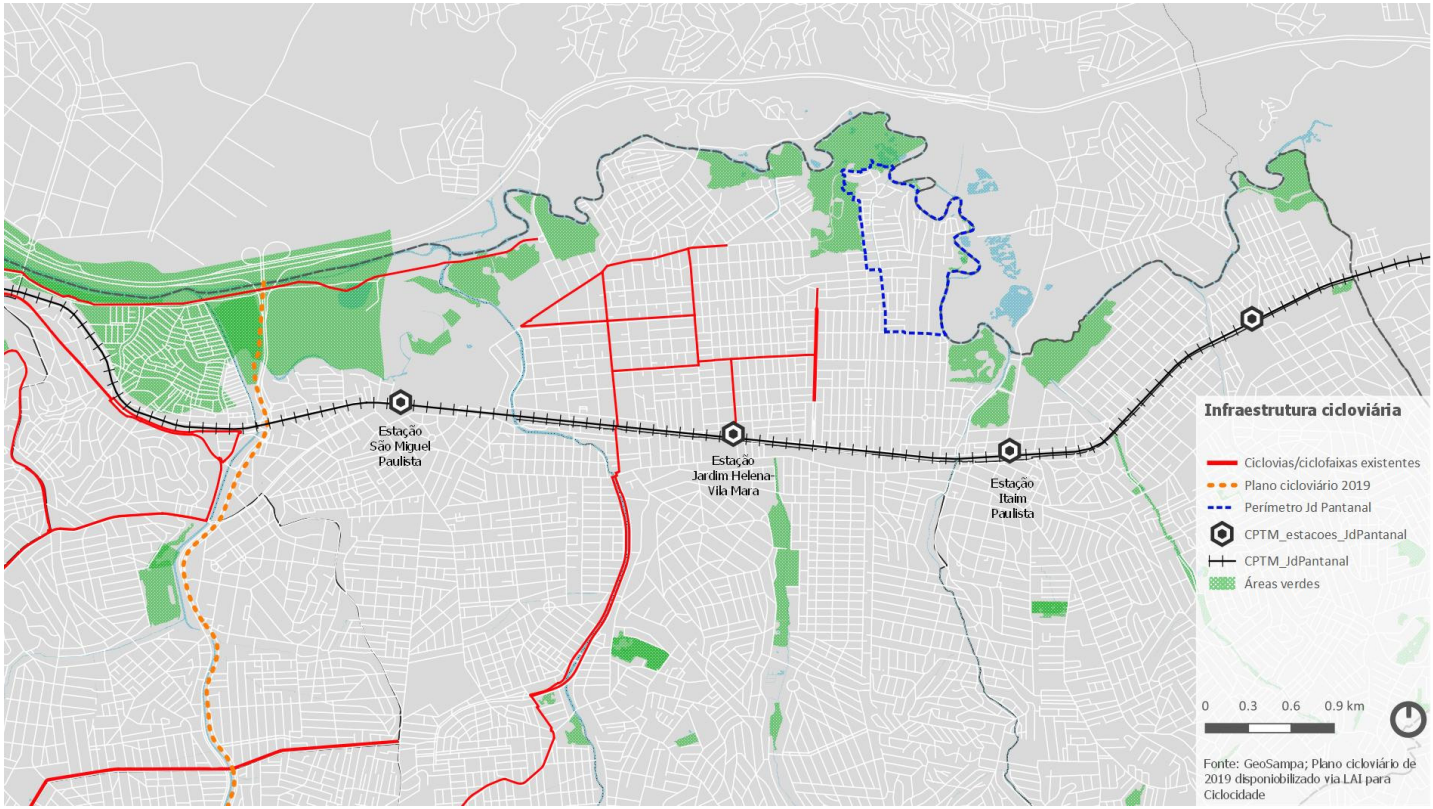
Há contudo de se ressaltar que em áreas de trânsito local, como nas vias internas do Jardim Pantanal, não haveria necessidade de ciclofaixas ou ciclovias segregadas, já que o uso da bicicleta pode ser compartilhado com os demais modais, entretanto, existe a necessidade de melhoria da infraestrutura viária e da sinalização. No Mapa 05 verifica-se a alta incidência de acidentes envolvendo pedestres e ciclistas; o Jardim Helena lidera a morte de ciclistas em São Paulo.

Figura 13
Ciclistas no Jardim Helena.
Foto: Letícia Lemos, 2018.

Figura 14
Ciclista no Jardim Pantanal.
Foto: Equipe IABsp, 2020.

Ainda em relação a infraestutura cicloviária, há necessidade de integração do território por meio de ciclovias nas ruas principais de acesso aos bairros limítrofes e aos meios de transporte de alta capacidade, dada a forte incidência de integração entre a bicicleta e o trem, evidenciada na alta utilização dos bicicletários localizados nas estações da CPTM. O Mapa 06 mostra que o Plano Cicloviário Municipal, realizado em 2019, não amplia a atual malha cicloviária existente do Jardim Helena, bem como não propõe melhorias nas ciclovias existentes para melhorar a circulação dentro do bairro ou nas ligações intermunicipais.

A necessidade de ampliar a mobilidade motorizada e ativa permanece, seja para suprir as diferentes necessidades dos moradores como para atrair empresas e serviços para promover o desenvolvimento local. O Instituto Alana tem subsidiado pesquisas e consultorias a respeito desse direito (SILVA, 2016).



Mapa 06
Infraestrutura Cicloviária no Jardim Pantanal.
Fonte: Geosampa.

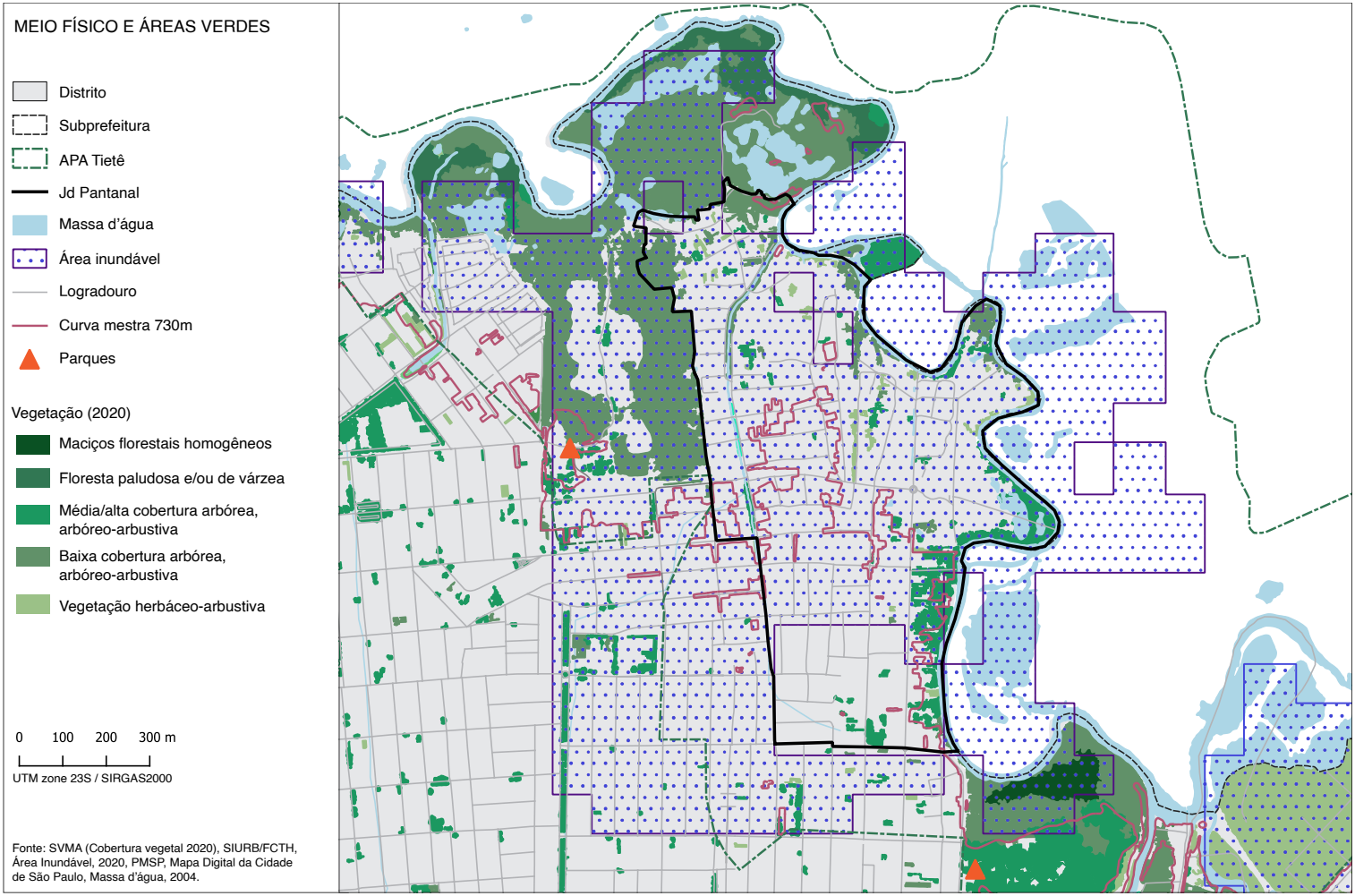
1.3 MEIO AMBIENTE

O Jardim Pantanal está inserido na Área de Proteção Ambiental Várzea do Tietê (APAVRT) regulamentada pela Lei Estadual nº 5.598, de 06 de janeiro de 1987, e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 42.837, de 03 de fevereiro de 1998. Trata-se de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável criada para proteger as várzeas e planícies aluvionares do Rio Tietê. Neste espaço público constitui-se em uma área multiuso agregando diferentes projetos e ações de políticas públicas com o intuito de garantir os Direitos Sociais Básicos aos moradores da região e adjacências (INSTITUTO PÓLIS, 2019; DAEE, 2020), entre eles, o Projeto Parque Várzeas do Tietê (PVT).

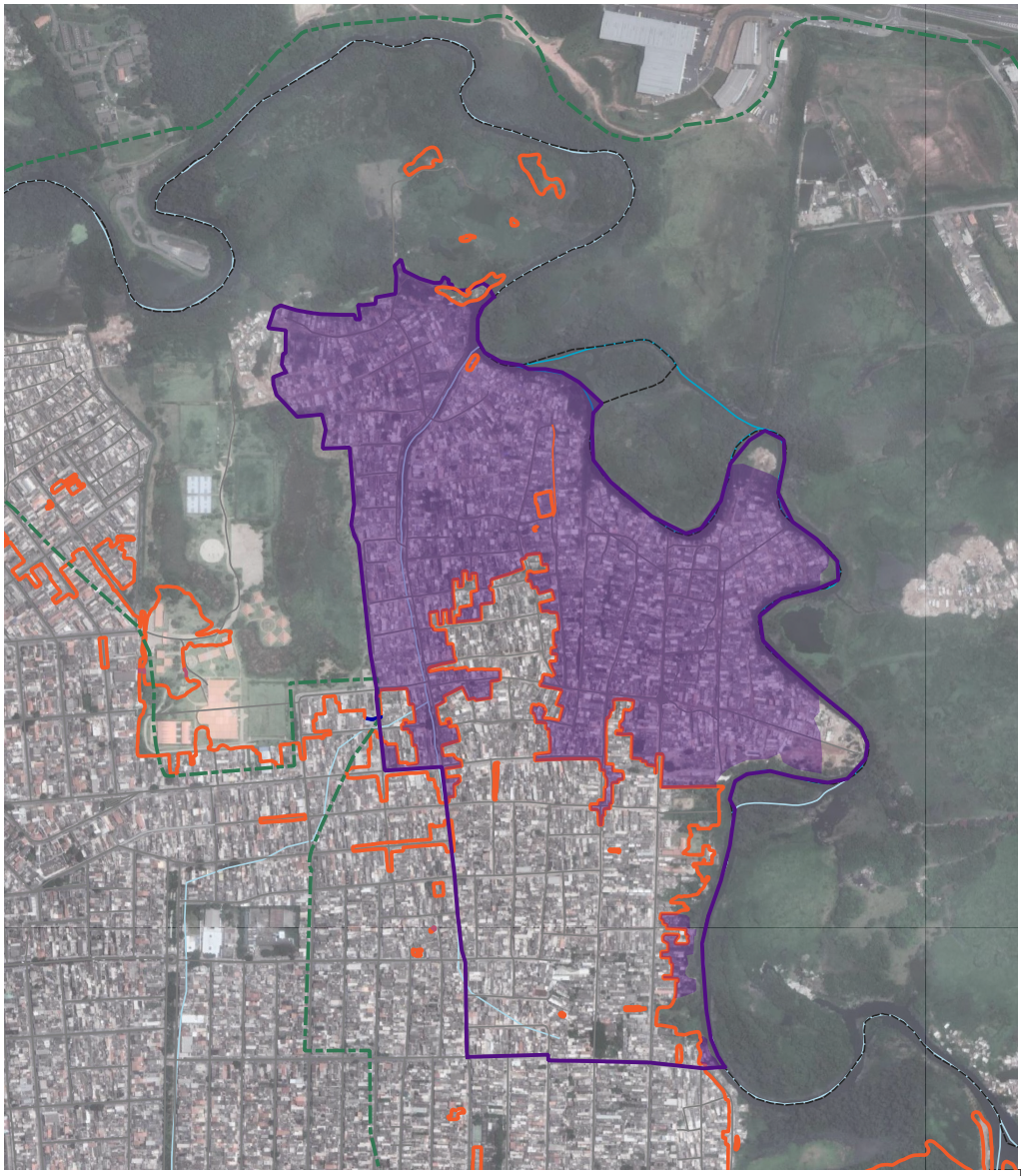
O Plano de Manejo da APAVRT reconhece "favelas" em uso urbano e coloca o objetivo de "Promover a melhoria da qualidade de vida das populações do território da APA" (SÃO PAULO, 2013), o que está alinhado com as definições para a regularização fundiária de assentamentos informais, validando a Zona Especial de Interesse Social (ZEIS-1) demarcada sobre o território e a possibilidade de permanência da população residente, bem como a necessidade de melhoria da qualidade de vida desta população (INSTITUTO PÓLIS, 2019).

A área que margeia o rio, no entanto, foi definida como uma Área Prioritária de Recuperação Ambiental (APRA), visualizada no Mapa 09, cujo objetivo principal é a recuperação da margem do rio "com vistas a minorar o nível crítico da cobertura vegetal existente na APA. Toda intervenção visando a recuperação da área deve ser objeto de estudo e projeto específicos, com a participação da comunidade atingida no âmbito do Conselho Consultivo da APAVRT, dialogando também com as determinações do PDE (2014) que demarca tal área como ZEIS 1, na qual é obrigatória a constituição de um Conselho Gestor (INSTITUTO PÓLIS, 2019).

Em relação aos cuidados ambientas da área já consolidada e com infraestrutura do Jardim Helena, quanto mais próximo às centralidades- Avenida Marechal Tito e a Estação da CPTM Jardim Helena-Vila Mara - os padrões de limpeza das ruas e córregos são melhores, quanto mais ao sentido Jardim Pantanal e próximo ao trecho do Parque Várzea do Tietê, as condições ambientais tornam-se inadequadas e insalubres, inclusive, com pontos "viciados" de descarte de lixo. Não por acaso, o PVT destinou dois Núcleos à educação ambiental interdisciplinar com atividades de lazer, cultura, educação social, preservação do patrimônio, fortalecimento comunitário e outras, como apresentado a seguir.



Mapa 07
Meio Físico e Áreas Verdes.
Elaboração: Equipe IABsp, 2020.



OCUPAÇÃO URBANA

Subprefeitura

APA Tietê

Jd Pantanal

Logradouro

Curva mestra 730m

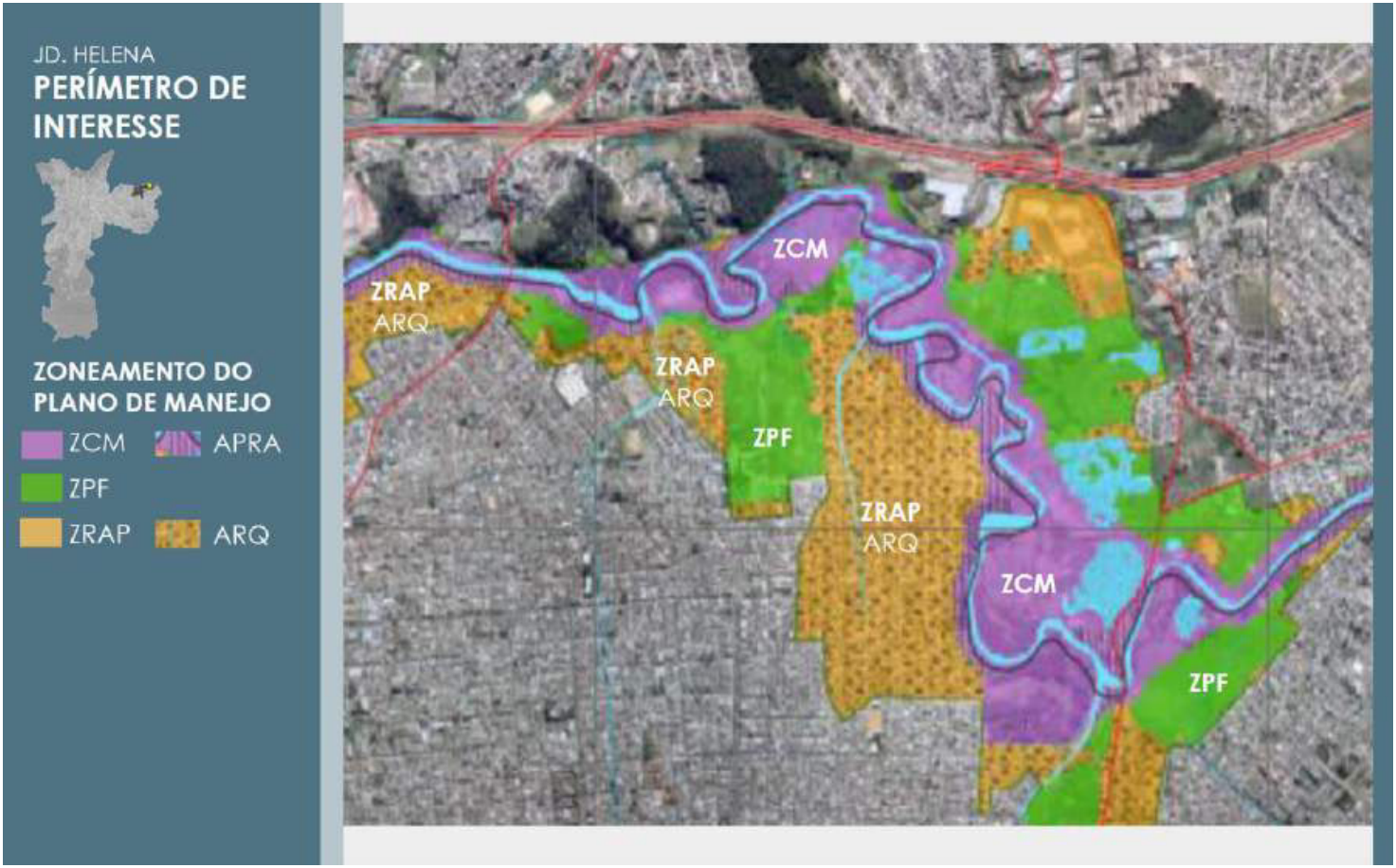
Área urbanizada abaixo da cota 730m

0 100 200 300 m

UTM zone 23S / WGS 84

Fonte: Imagem Google; PMSP, Mapa Digital da Cidade de São Paulo, Massa d'água, curva mestra e logradouro, 2004.

Mapa 08
Ocupação Urbana
Elaboração: Equipe IABsp, 2020.



Mapa 09
Zoneamento do Plano de Manejo para a área do Jardim Helena.
Fonte: Instituto Pólis, 2018.

1.3.1 PROGRAMA PARQUE VÁRZEAS DO TIETÊ (PVT)

O Jardim Pantanal está incorporado aos Núcleos Jardim Helena e Biacica, ambos no âmbito do Programa Parque Várzeas do Tietê[1] (PVT), do Governo do Estado de São Paulo, e atualmente sob responsabilidade do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). Ambos os parques já foram descritos nesse relatório no item de Equipamentos Urbanos: Cultura, Lazer e Esportes.

O programa tem como objetivo a recomposição da mata ciliar e a despoluição de córregos, propõe a realização de intervenções ao longo do Alto Tietê, na bacia do Penha, e a implantação de núcleos de lazer, práticas esportivas e cultura, além de projetos socioeducativos com os moradores, principalmente os do Jardim Pantanal, historicamente afetados pelas frequentes enchentes neste trecho do rio.

Segundo o DAAE, a implantação do Parque Várzea do Tietê tem como objetivos ambientais (i) recuperar e proteger as funções das várzeas dos rios, (ii) ser um regulador de enchentes e (iii) evitar desastres ambientais (SILVA, 2016).

O PVT é considerado como o maior parque linear do mundo, com 107 km² de área. O projeto prevê a construção de 33 centros de lazer, esportes, cultura, recreação e educação ambiental ao longo do parque, que beneficiarão diretamente mais de 3 milhões de moradores da zona leste da capital e dos municípios de Guarulhos, Itaquaquecetuba, Poá, Suzano, Mogi das Cruzes, Biritiba Mirim e Salesópolis, dotados de equipamentos como campos de futebol, quadras poliesportivas, pista de bicicross, campo para vôlei, pista de skate, áreas para recreação, quiosques, núcleo para educação ambiental, centros de atividades para terceira idade, salão para artes plásticas, entre outros.

Em decorrência das ações do PVT, atualmente os moradores do Jardim Helena contam com dois espaços importantes, a saber:

O **Núcleo de Lazer Jardim Helena**, que além da infraestrutura e equipamentos para lazer, teve como meta suprir a carência de equipamentos públicos para lazer aos moradores (DAEE; INSTITUTO PÓLIS, 2019).

O **Núcleo de Lazer Itaim Biacica**, próximo à Estação da CPTM Itaim Paulista, é uma antiga chácara do século XVII tombada pelo Departamento de Patrimônio Histórico desde 1994, e atualmente, consta grafada como Zona Especial de Preservação Cultural (ZEPEC). Com vegetação original, o local é aprazível às práticas esportivas e tem grande potencial turístico. O Núcleo foi inaugurado em abril de 2018, com uma área de 140 mil metros quadrados, apresenta vegetação nativa da Mata Atlântica.

Próximo à região, há ainda o Núcleo Any Jaci, no município de Guarulhos, previsto para ser implantado em área de fácil acesso, próximo à estrada do Capão Redondo e à Estrada do Itaim, a fim de beneficiar a população mais carente de Guarulhos.

1 O projeto contempla um programa de intervenções físicas ao longo da bacia do Alto Tietê, à montante da barragem da Penha, as quais visam recuperar as funções das várzeas remanescentes como regulador das enchentes do rio, para amortecer os efeitos de suas cheias (INSTITUTO PÓLIS, 2019).

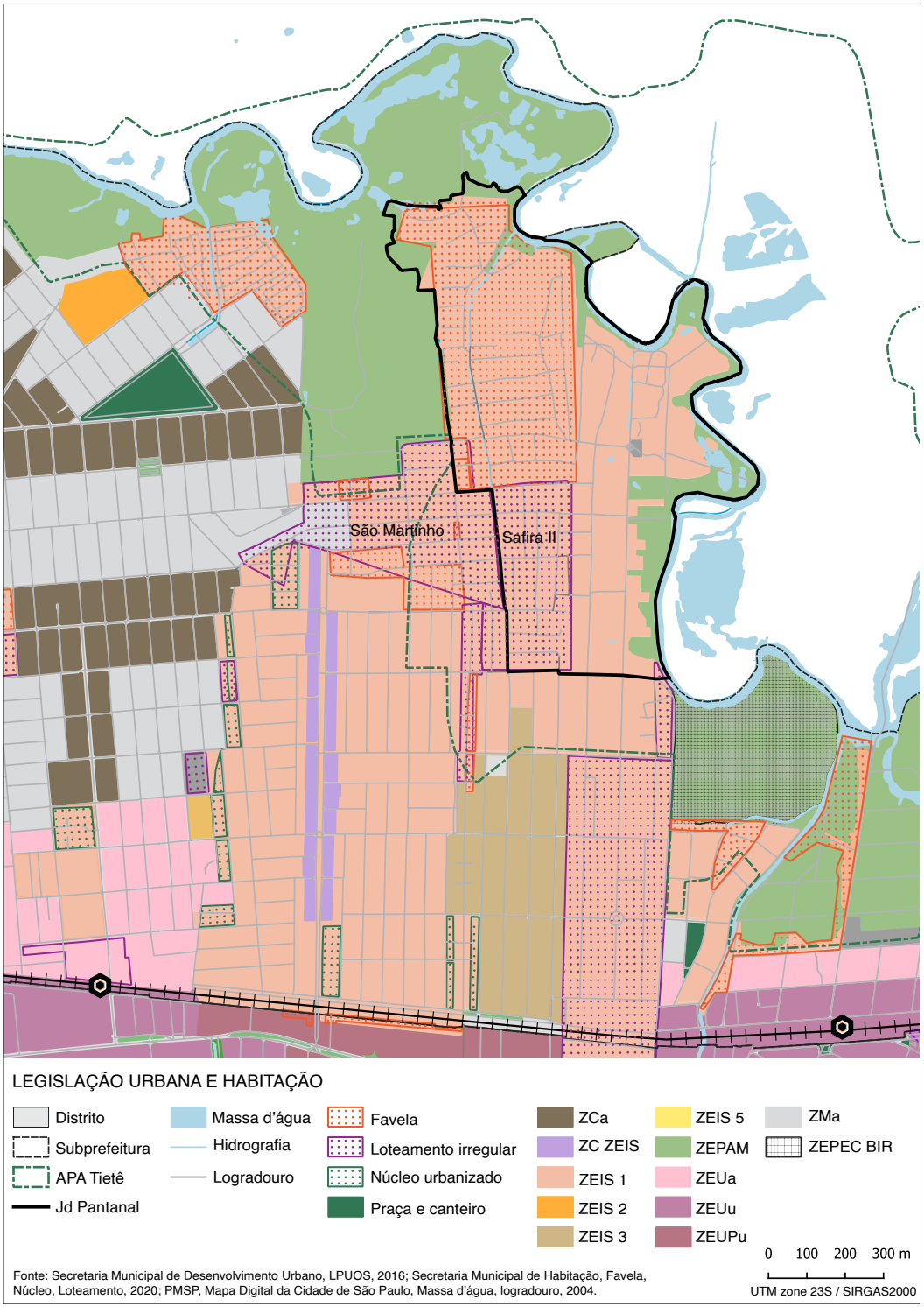
1.4 HABITAÇÃO

O Perímetro de Interesse está inserido no distrito do Jardim Helena, onde está grafada a Zona Especial de Interesse Social-1 (ZEIS-1) homônima ao distrito (Mapa 10). Parte dessa ZEIS-1, na porção sudoeste do território, está identificada como loteamento irregular.

A Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPAM), por sua vez, forma um meio arco no sentido leste-oeste no entorno do Perímetro de Interesse, fazendo limite com a margem do Rio Tietê (Mapa 10). A noroeste e a oeste encontra-se a maior porção dessa ZEPAM. Essa área concentra parte considerável dos domicílios próximos ao rio Tietê que estão localizados em favelas, ou seja, ocupações espontâneas com casas autoconstruídas sem infraestrutura em condições de alta vulnerabilidade. Neste trecho há predominância de casas de um ou dois pavimentos, a maior parte delas sem revestimento e também casas de madeira.

Figura 15
Área do Jardim Pantanal grafada como loteamento informal.
Foto: Equipe IABsp, 2020.

Figura 16
Área do Jardim Pantanal grafada como favela.
Foto: Equipe IABsp, 2020.



Mapa 10
Legislação Urbana.
Elaboração: Equipe IABsp, 2020.

A literatura produzida registra que a luta pelo direito à moradia é o elemento central na vida dos moradores do Jardim Pantanal.

Desde 2009, em razão da grande enchente, as famílias que perderam seus domicílios e/ou residiam em área de risco de alagamento foram removidas, e permanecem no Programa de Auxílio Aluguel aguardando atendimento habitacional definitivo (SILVA, 2016). Constavam então, 222 famílias ativas no Programa de Auxílio Aluguel para o distrito do Jardim Helena – essas famílias foram removidas das áreas de risco e aguardam atendimento por meio de uma Unidade Habitacional (UH). Nesse caso, permanecerão no programa até a entrega da UHs.

1.4.1 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Além das famílias citadas, há outras residentes em 1671 lotes, localizados ao sul da ZEIS-1 que integram o Processo Administrativo[2] fundiário da área denominada Safira II (Mapa 10).

Em 1994, inicialmente como um coletivo de voluntários, o Instituto Alana começa seu trabalho na região. A partir de 2003, o Instituto se consolida e muitos dos voluntários foram contratados. Ocasião da entrada do Instituto Alana na região, esse eixo norteador integrou as ações desenvolvidas ali.

A regularização fundiária é uma das formas de garantir o acesso ao direito à cidade, e é uma das mais importantes ações desenvolvidas pelos Instituto (SILVA, 2016). A posse de sua propriedade certamente trará outros benefícios e oportunidades aos moradores, desde melhores condições de geração de renda e até investimento na estrutura do domicílio.

Em 2020, o Arca+ realizou uma pesquisa domiciliar no Jardim Pantanal, com o objetivo de subsidiar o projeto de cartões de débito de transferência de renda aos moradores. A compilação dos dados, que nos ajuda a compreender as necessidades habitacionais do território e também entender melhor as características econômicas e sociais da população, está descrita a seguir.

1.4.1.1 Pesquisa Domiciliar Jardim Pantanal - ARCA +

COMPOSIÇÃO FAMILIAR E PERFIL DAS FAMÍLIAS

Na pesquisa realizada pelo Instituto Arca+ foram entrevistadas 1.901 pessoas moradoras no Jardim Pantanal (Tabela 01). Desse total, por identificação de gênero, 71% são mulheres, 29% homens e 0,1% identificaram-se como outros.

Os adultos são majoritários, mas a quantidade de crianças é significativa, 32% do total. Por outro lado, apenas 4% das pessoas tem mais de 60 anos. E, 2,5% das famílias contam com mulheres grávidas.

Nas famílias chefiadas por mulheres é significativo o número do público mencionado anteriormente, respectivamente, 78,3% de crianças;

2 O Processo Administrativo de número nº 6014.2019.005237-0 protocolado pelo Instituto Alana, tramita na Secretaria municipal de Habitação.

64,7% de pessoas acima de 60 anos e 75,4% de mulheres grávidas na família. Por sua vez, naquelas chefiadas por homens destacamos 35,3% de idosos. A percentagem de crianças e mulheres grávidas representam pouco mais de 21,5% e 24,6%, respectivamente. E aquelas chefiadas por outro gênero têm 0,1% de crianças, apenas.

Figura 17
Perímetro da Pesquisa Domiciliar Arca+
Fonte: Instituto Alana

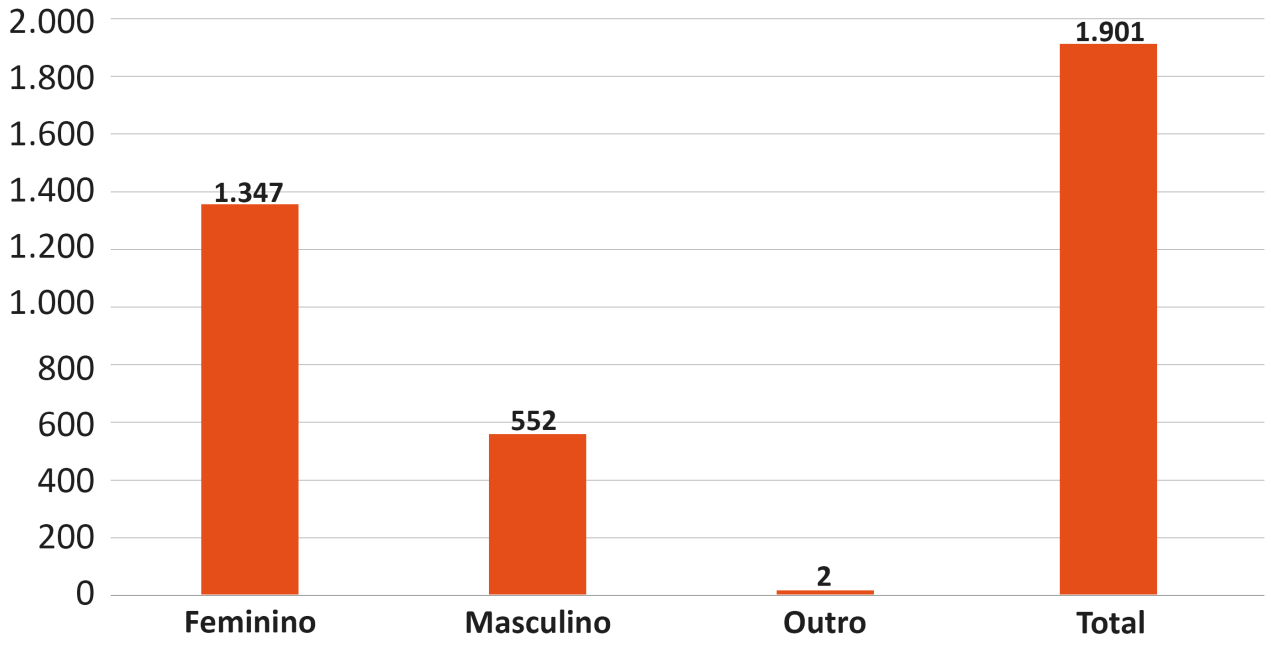


Gráfico 01
Fonte: Arca +, 2020.
Elaboração: Equipe IABsp, 2021.

Perfil Familiar	Distribuição de Moradores, por gênero, segundo Perfil Familiar				
	Feminino	Masculino	Outro	Total	
	% sobre total de Membros Família	% sobre total de Membros Família	% sobre total de Membros Família	No. ABS.	% sobre total de Membros Família
Quantidade de Pessoas na Família	**74,2**	**25,7**	**0,1**	**6.669**	**100,0**
Quantidade de Crianças na Família	78,3	21,5	0,1	2.140	100,0
Quantidade de Pessoas Acima de 60 anos	64,7	35,3	0,0	269	100,0
Existência de Mulheres Grávidas na Família	75,4	24,6	0,0	167	100,0

Tabela 01
Fonte: Arca +, 2020.
Elaboração: Equipe IABsp, 2021.

TIPO DE POSSE DO DOMICÍLIO

O tipo de posse de domicílio constitui fator fundamental à vida das famílias, no que tange os Direitos Sociais Básicos, as oportunidades de mobilidade social, as estratégias para organizar e estabelecer rotinas de vida das famílias, a inserção no território, etc. De forma distinta, quase 71% das mulheres representam a relação de posse dos domicílios.

Entre os mais de 1,9 mil entrevistados, 1.107 pessoas detêm a posse dos imóveis, desses, 74% pertencem às mulheres. Em menor proporção outras categorias de posse são representadas: Ocupação (413 domicílio), Alugadas (254 domicílios), Cedidas (76 domicílios), Financiadas (8 domicílios). Dos entrevistados 32 não informaram a condição de posse.

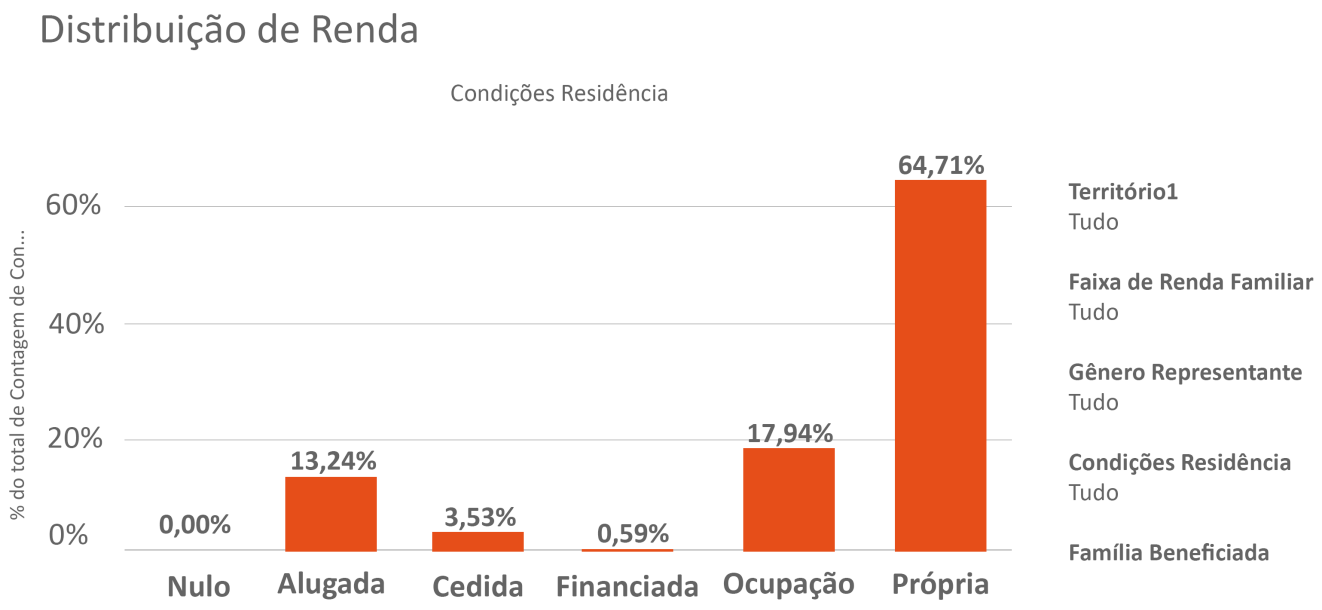


Gráfico 02
Fonte: Arca +, 2020.
Elaboração: Equipe IABsp, 2021.

Tipo de Posse do Domicílio	Distribuição de Moradores, por gênero, segundo Perfil Familiar e Tipo de Posse da Moradia							
	Feminino		Masculino		Outro		Total	
	No. ABS.	% sobre total de tipo de posses	No. ABS	% sobre total de tipo de posses	No. ABS	% sobre total de tipo de posses	No. ABS	% sobre total de tipo de posses
CONDIÇOES DE POSSE DA RESIDÊNCIA	**1.347**	**70,9**	**552**	**29,0**	**2**	**0,1**	**1.901**	**100,0**
Própria	818	73,9	288	26,0	1	0,1	1.107	100,0
Ocupação	277	67,1	135	32,7	1	0,2	413	100,0
Alugada	171	67,3	83	32,7	0	0,0	254	100,0
Cedida	51	67,1	25	32,9	0	0,0	76	100,0
Financiada	5	62,5	3	37,5	0	0,0	8	100,0
Não Informado	25	58,1	18	41,9	0	0,0	43	100,0

Tabela 02
Fonte: Arca +, 2020.
Elaboração: Equipe IABsp, 2021.

RENDA

A grande maioria dos quase 2000 moradores que participaram da pesquisa possui renda familiar inferior a um salário mínimo , ou R$1046. 22,03% se declararam sem renda; 23,50% declararam a renda da família até R$523; 31,81% disseram receber entre R$523 e R$1046; 18,19% disseram que a renda está entre R$1046 e R$2091, e somente 4,47% possuem renda acima de R$ 2091, ou seja, dois salários mínimos.

Faixas de Renda Familiar

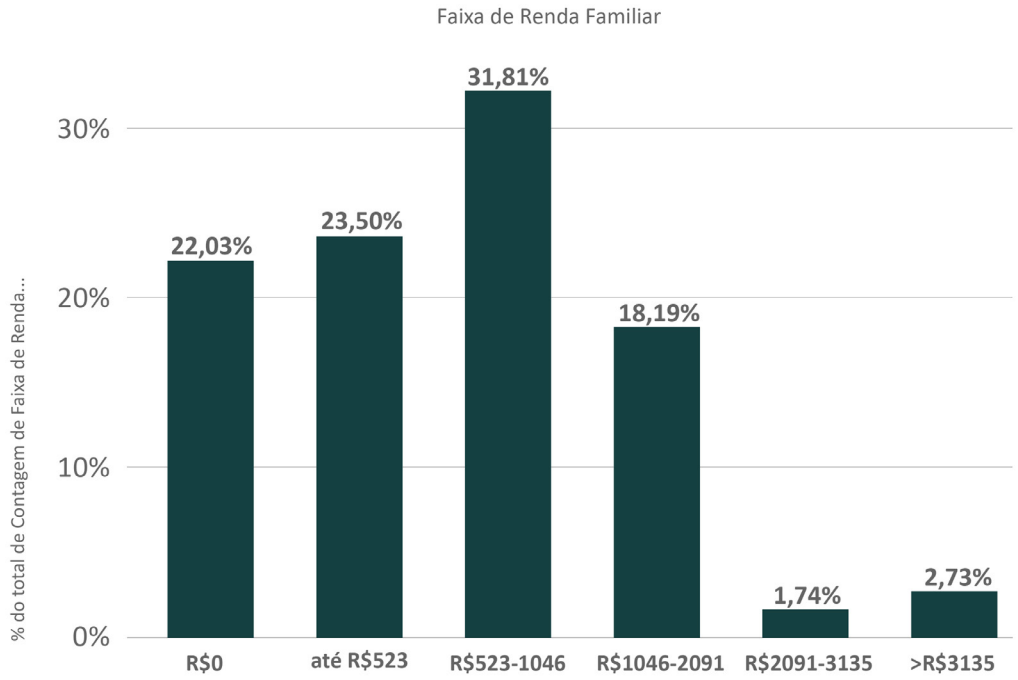


Gráfico 03
Fonte: Arca +, 2020.
Elaboração: Equipe IABsp, 2021.

Faixas de Renda Per Capta

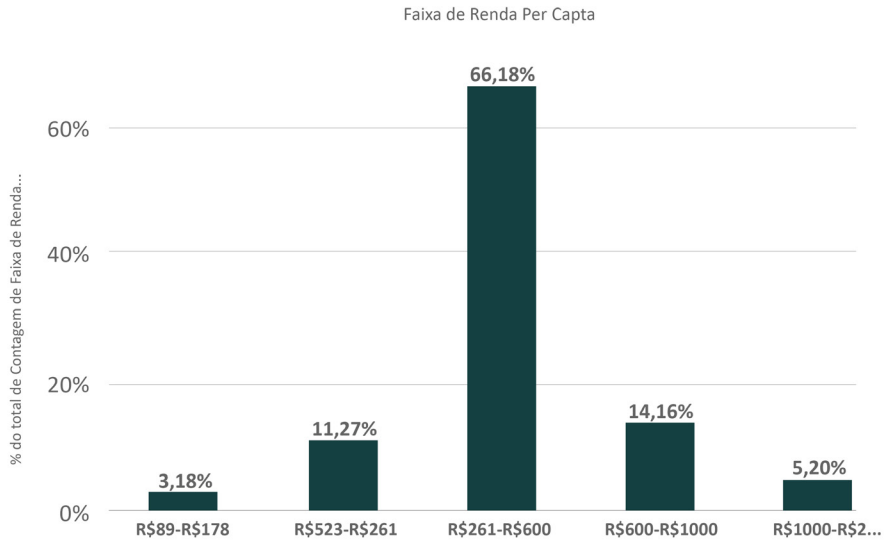


Gráfico 04
Fonte: Arca +, 2020.
Elaboração: Equipe IABsp, 2021.

Faixas de Renda Familiar (Caixa Econômica Federal)

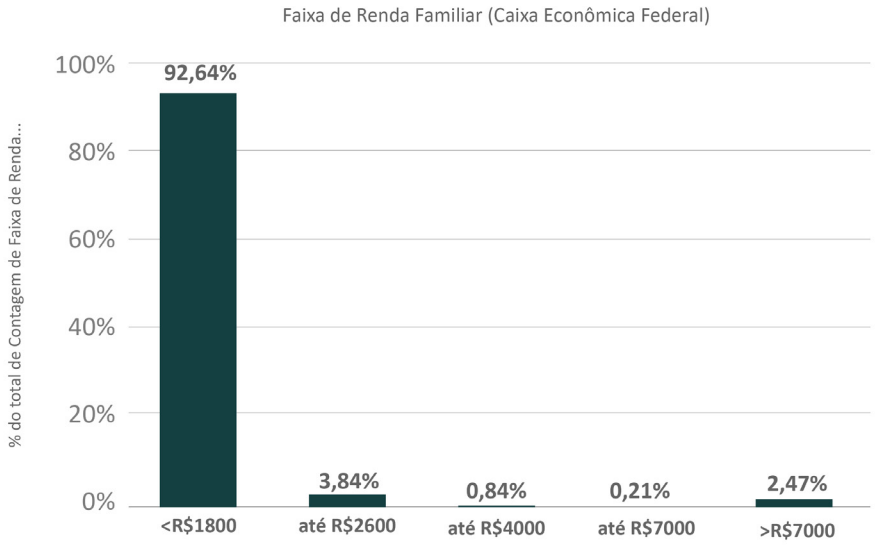


Gráfico 05
Fonte: Arca +, 2020.
Elaboração: Equipe IABsp, 2021.

TRANSFERÊNCIAS E APOSENTADORIAS

Entre os participantes 51% não acessam nenhum programa de Distribuição de Renda. Outros 2,5% são aposentados e receberam o Auxílio Emergencial, menos de 1% recebe Pensão Vitalícia.

Os programas de distribuição de renda atendem cerca de 47% dos respondentes e todos os beneficiários foram atendidos com Auxílio Emergencial. Os Programas atendem prioritariamente as mulheres. O Programa Bolsa Família atende 32% das pessoas e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Auxílio-Doença atendem 2,5%, respectivamente. Por outro lado, 10,2% dos entrevistados eram atendidos somente pelo Auxílio Temporário/ Renda Emergencial. Menos de 1% recebiam o Seguro-Desemprego.

Os gráficos a seguir apresentam as relações entre renda e tipo de residência, onde é possível observar a concentração de imóveis próprios e ocupados entre as faixas mais pobres, e o aluguel também aparecendo com representatividade.

Fonte de Renda	Distribuição de Moradores, por gênero, segundo Renda Programas Transferências Renda e Aposentadoria			
	Feminino	Masculino	Outro	Total
	% sobre total de respondentes	% sobre total de respondentes	% sobre total de respondentes	% sobre total de respondentes
Total	**70,9**	**29,0**	**0,1**	**100,0**
Bolsa Família + Outros Programas	28,1	3,7	0,0	31,9
Auxílio Temporário/ Renda Emergencial	6,0	4,2	0,0	10,2
BPC (LOAS) + Auxílio Emergencial	2,0	0,4	0,1	2,5
Aposentadoria + Auxílio Emergencial	1,4	1,1	0,0	2,5
Auxílio-Doença	0,2	0,4	0,0	0,6
Auxílio Maternidade	0,3	NA	0,0	0,3
Pensão Vitalícia	0,4	0,1	0,0	0,5
Seguro-desemprego	0,3	0,4	0,0	0,7
Nenhum Programa Distributivo	32,0	18,8	0,1	50,9

Tabela 03
Fonte: Arca +, 2020.
Elaboração: Equipe IABsp, 2021.

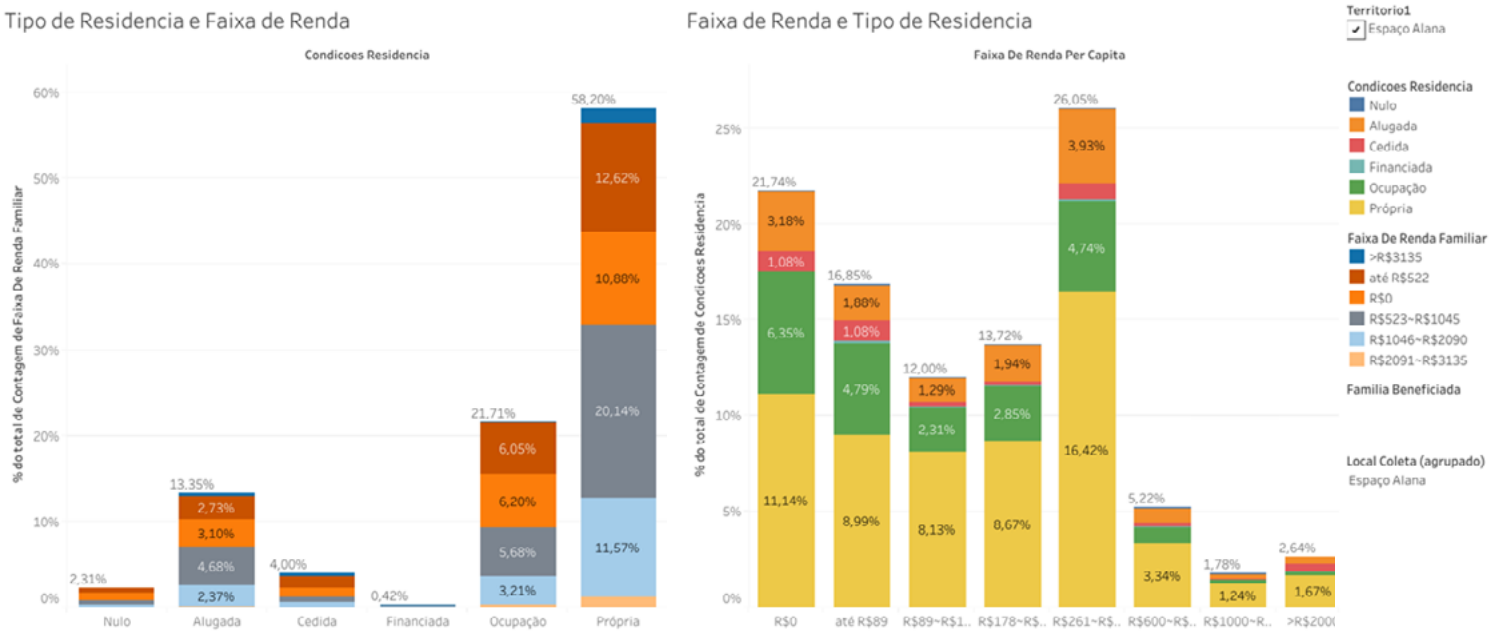


Gráfico 06
Fonte: Arca +, 2020.

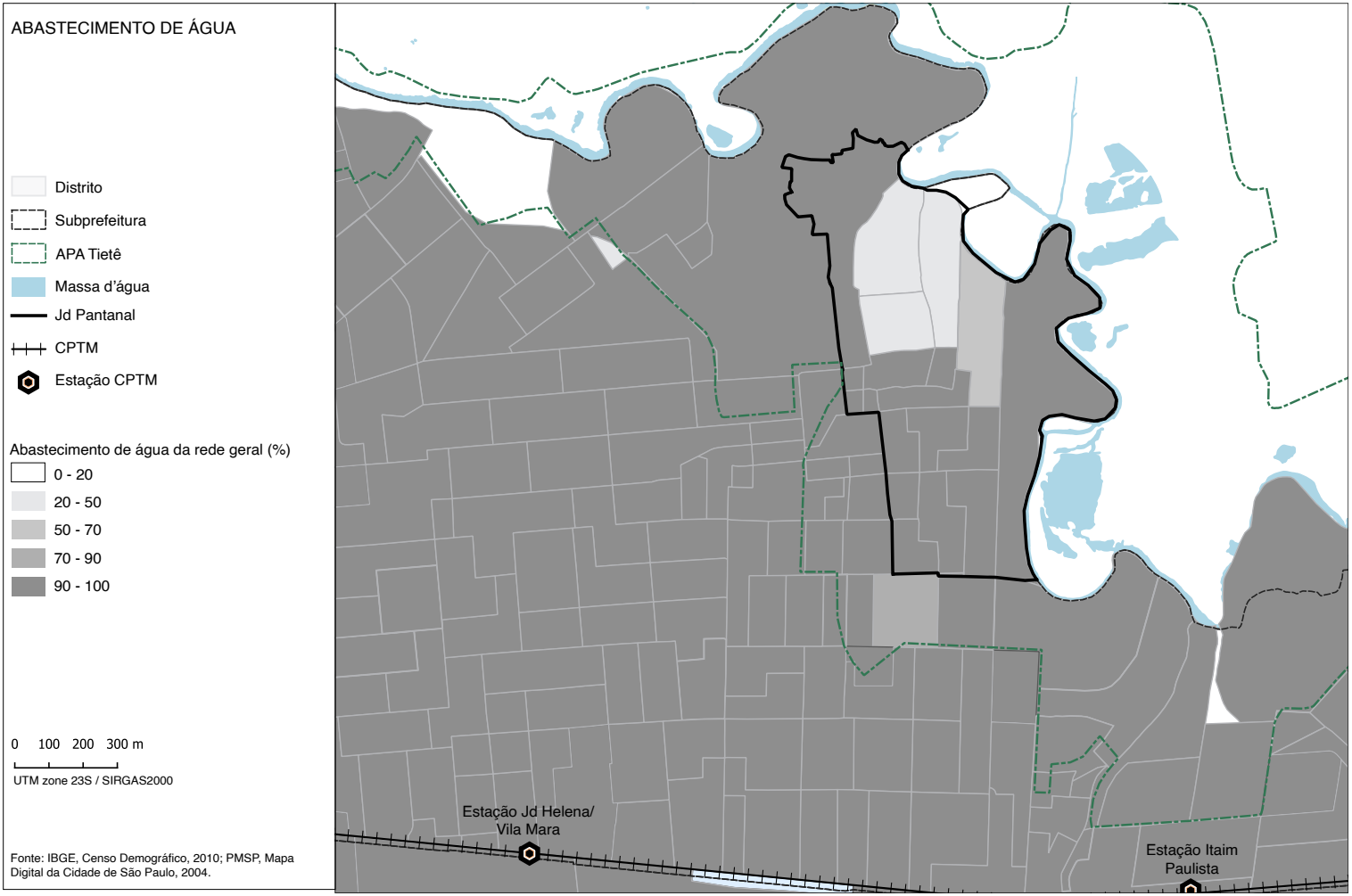
PONDERAÇÕES

As entrevistas realizadas apontam que as mulheres são maioria entre os mais de 1,9 mil respondentes. Os adultos predominam (quase 70%) na região, as crianças representam pouco mais de um terço, e os idosos somam menos de 4% nas famílias. A maioria dos imóveis são próprios e pertencem às mulheres. Os domicílios em situação de ocupação, alugados, cedidos e financiados somam 751 (39,5% das residências).

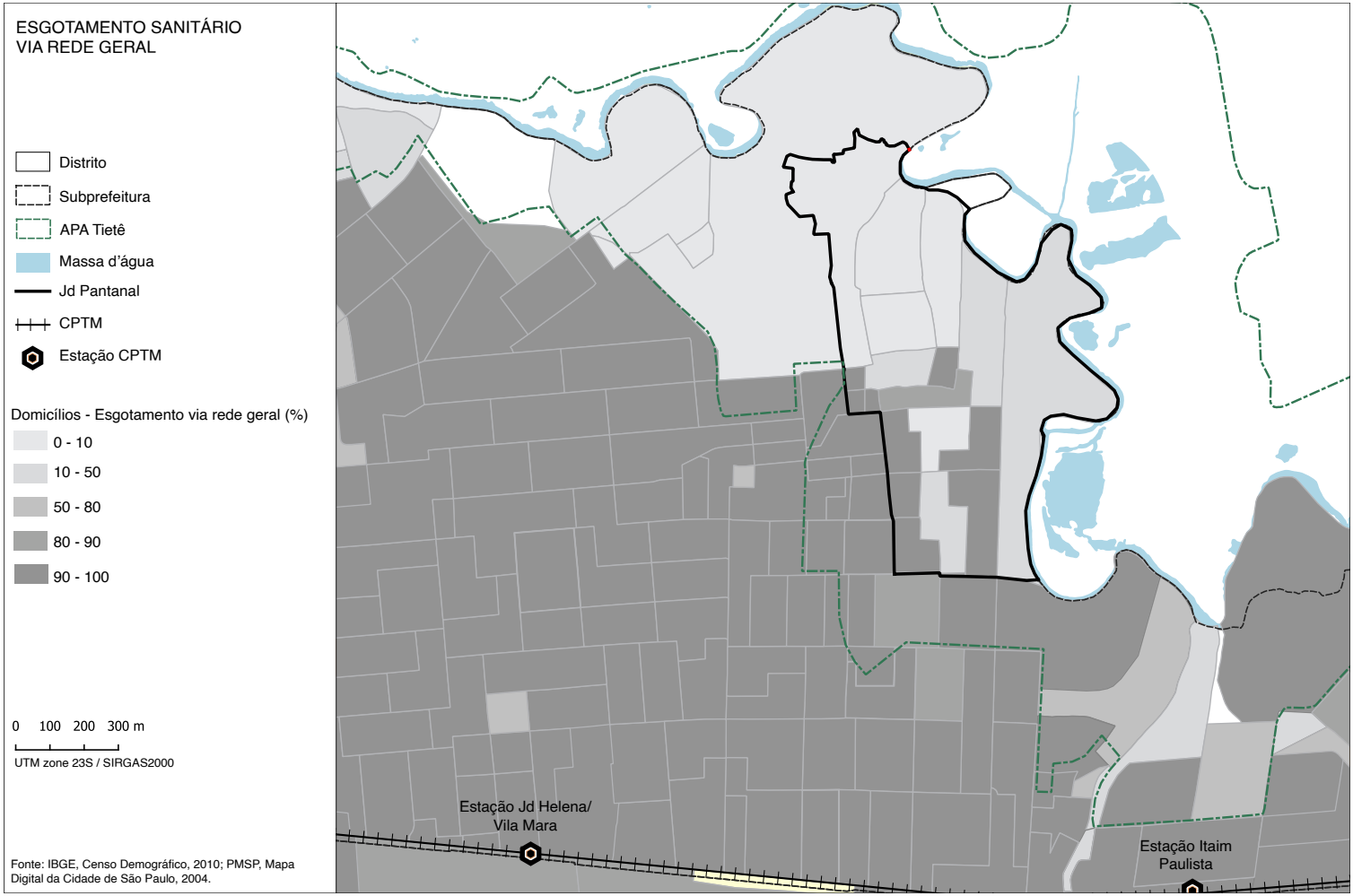
O tema renda revelou dados imprescindíveis, como o alto percentual de famílias sem renda ou com renda muito baixa. Mais da metade dos entrevistados responderam ainda não receber nenhum Programa de Distribuição de Renda. Por outro lado, não consta informação se têm outras fontes de renda seja formal, informal, pequenos negócios ou prestação de serviços. Os Programas de Distribuição de Renda atendem quase metade dos entrevistados. O Bolsa Família atende mais de um terço dos moradores. Depois, o Auxílio Emergencial, com cerca de 10%. Menos de 6% recebem BPC, Auxílio-Doença e Seguro-Desemprego. Cabe destacar que o Auxílio Emergencial, Auxílio-Doença e Seguro-Desemprego são transitórios e cessaram após o período determinado. Logo, mais de 15% dos entrevistados supostamente deixaram de ter acesso à renda desde a data da pesquisa realizada pelo Instituto Arca+.

1.5 INFRAESTRUTURA

No que tange aos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto, o Diagnóstico realizado pelo Instituto Pólis (2019) analisou os dados do Censo 2010. No perímetro de estudo, 3% dos domicílios adjacentes ao rio Tietê não têm acesso à água encanada. Em relação ao esgotamento sanitário no cômputo da região da Subprefeitura de São Miguel Paulista, 75% dos domicílios não são atendidos por coleta de esgoto. Embora existam setores atendidos pela coleta de esgoto, no Jardim Pantanal cerca de 25% dos domicílios não são atendidos por esse serviço, sendo os domicílios próximos às bordas do rio os que possuem menos atendimento.



Mapa 11
Abastecimento de Água
Elaboração: Equipe IABsp, 2020.



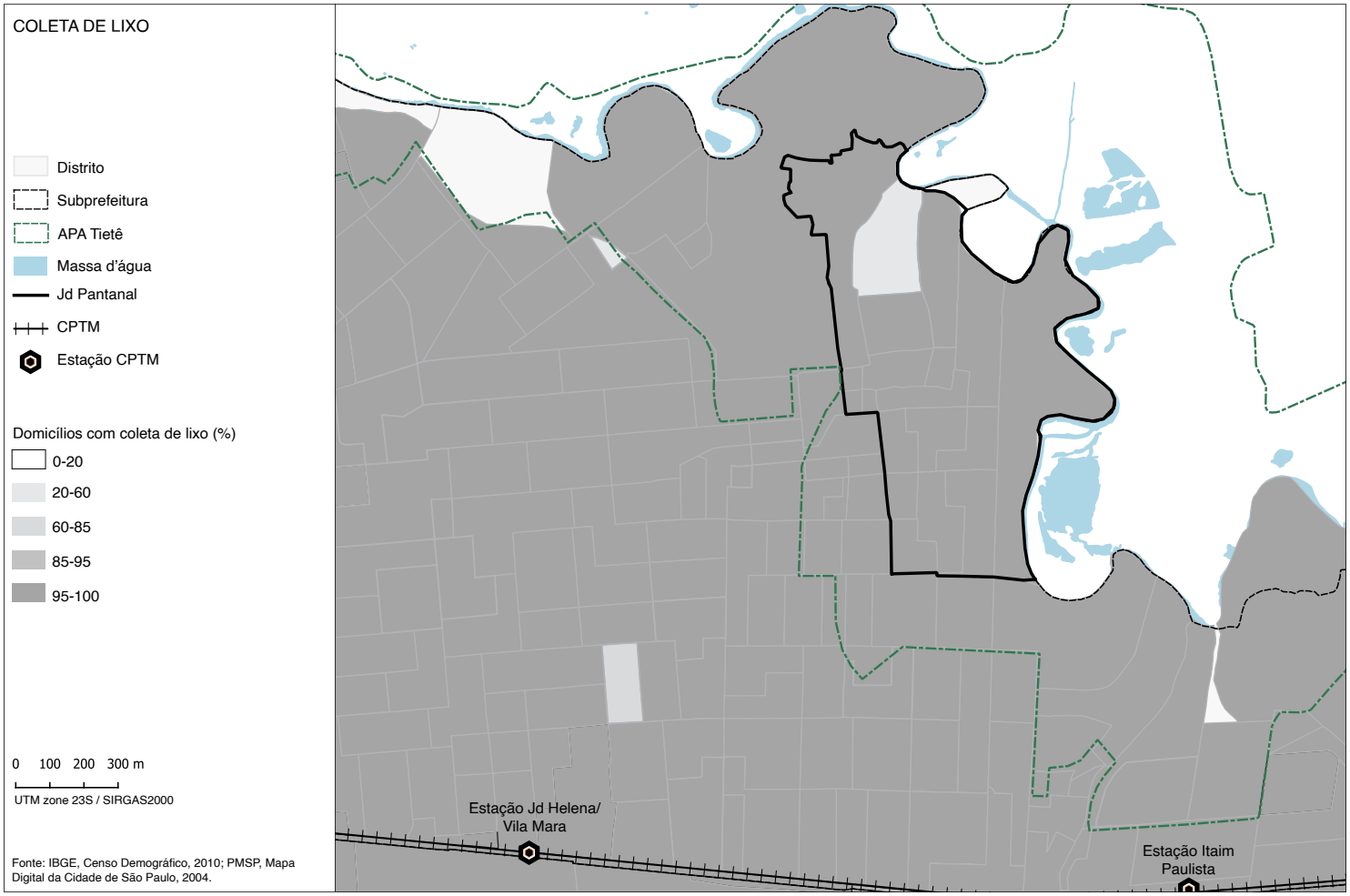
Mapa 12
Esgotamento Sanitário Via Rede Geral
Elaboração: Equipe IABsp, 2020.

A coleta dos resíduos sólidos segue a mesma tendência, ou seja, quanto mais próximo à margem do rio, menos atendimento. Há acúmulo de resíduos ao longo das vias ou dos córregos de drenagem, o que reforça a falta ou ineficiência do serviços de coleta domiciliar.

Por outro lado, cabe destacar que o fornecimento de energia elétrica atende praticamente a todos os domicílios.

Os serviços de infraestrutura atendem a população, grosso modo. Segundo o relato do senhor Antônio Carneiro, entrevistado de Silva (2016), houve melhorias na região, já que anteriormente haviam muitas ligações clandestinas, esgoto a céu aberto e muitas inundações. Os moradores tinham que levantar os móveis e eletrodomésticos quando chovia. Ainda assim, estas ocorrências não foram sanadas por completo, e é possível observar grande acúmulo de água nas ruas após a ocorrência das chuvas.

Figura 18
Áreas de ocupação informal ao Norte do Jardim Pantanal.
Fonte: Equipe IABsp, 2020.



Mapa 13
Coleta de Lixo.
Elaboração: Equipe IABsp, 2020.

1.5.1 PROJETO SABESP

Segundo o Relatório de Avaliação Socioambiental das Obras de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Jardim Pantanal, realizado pela Sabesp em 2020, o abastecimento no território é efetuado por procedimento informal, através de conexões sanitariamente precárias, irregulares, à rede pública. A Sabesp, portanto, está trabalhando para realizar a extensão e regularização dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no território. O empreendimento previsto abrange um universo de 8.645 ligações, incluindo a execução de 6.000 novas ligações de água e de esgotos (com a consequente supressão das conexões precárias) e a investigação e regularização de 1.345 ligações inativas e de 1.300 ligações ativas (mas que apresentam consumo de água igual a zero).

Considerando o universo completo de ligações de água, a área de projeto ou área de intervenção possui um contingente populacional estimado em 30.200 moradores a serem beneficiados com as obras.O empreendimento faz parte do Programa Água Legal, que a Sabesp vem desenvolvendo desde 2016. A implantação da obra, a ser licitada proximamente, deverá ser apoiada por trabalho de comunicação, com preocupações ambientais e sociais, visando especialmente à adesão voluntária das famílias às condições e benefícios do Programa. As famílias que optarem pela adesão serão enquadradas, por um prazo de dois anos, na denominada tarifa social pela prestação dos serviços. Esse prazo poderá ser estendido em função das condições de renda de cada família. Os recursos para o empreendimento serão providos pela Sabesp e pelo Banco Mundial.

Mapa 14
Área de intervenção da Sabesp
Fonte: Google Earth (área demarcada pela ML/ Sabesp

1.5.2 DRENAGEM URBANA

A área localizada ao norte do Jardim Pantanal, próxima ao rio Tietê, dadas as condições objetivas do meio físico, é onde ocorrem alagamentos e enchentes, segundo a literatura analisada e a interpretação das informações grafadas no Mapa Meio Físico e Áreas Verdes (Mapa 07).

O mapa também evidencia que quase metade da área do Jardim Pantanal, ao norte, está localizada abaixo da curva mestre de 730m. Na hipótese do aumento do nível do rio em 1m, por qualquer evento climático, o alcance da enchente poderia encobrir tudo que está abaixo dos 730m, ainda que esta suposição possa não se comprovar, já que a atual ocupação do território provocou mudanças nas feições do terreno. Podemos considerar então que essa área possui uma vulnerabilidade maior, mas sem certezas de como ela responde às cheias do rio, ainda que a área tenha passado por quatro grandes eventos de inundação.

Há informações diferentes sobre as áreas inundáveis. No mapa Meio Físico e Áreas Verdes (Mapa 07), foram utilizados como fonte os dados de SIURB/FCTH (Área Inundável 2020) que demarca quase toda a área do Jardim Pantanal como inundável, com exceção de um pequeno perímetro ao sul. Já o diagnóstico do Plano de Manejo da APA Várzea do Rio Tietê (2011), apresenta toda a área com vulnerabilidade de inundação baixa, e dois pequenos trechos com vulnerabilidade alta, que não coincide com as margens dos rios ou dos córregos (PÓLIS, 2019).

Considerando a ocupação em área de várzea e o terreno alagadiço com propensão a inundações, medidas de drenagem são fundamentais para garantir a salubridade da vida urbana. Tais medidas, porém, não são necessariamente as medidas tradicionais de escoamento de águas pluviais, utilizadas em áreas urbanas consolidadas, como vias pavimentadas e existência de bueiros. Em áreas de várzea, manter a permeabilidade do solo, inclusive no leito carroçável das ruas, é desejável para evitar os alagamentos.

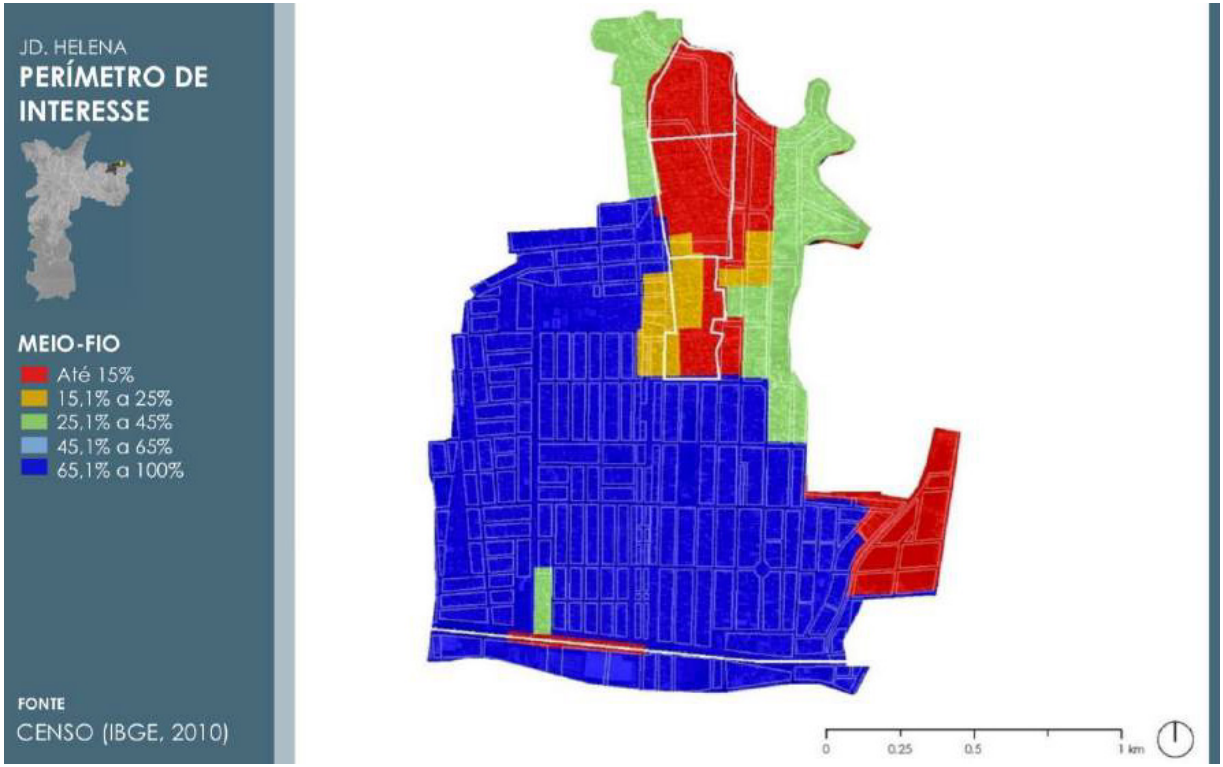
Já a existência ou não de meio-fio foi considerada pelo diagnóstico do Instituto Pólis (2019) como uma aproximação adequada para avaliar o sistema de microdrenagem do local. E este é um dado relevante no Jardim Pantanal, que possui na maior parte de seu território até 15% de ruas com meio-fio.

Ao sul, sentido via férrea da CPTM, existem quatro logradouros sujeitos à inundação, inclusive onde localiza-se o hospital. Esta área não está inserida no Perímetro de Interesse, mas, em razão da localização da estação da CPTM a sudoeste, em períodos de fortes chuvas certamente afeta a mobilidade cotidiana dos moradores da área de estudo.

1.6 GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

A geração de emprego e renda é um dos principais eixos da atuação do Espaço Alana e do Urbanizar. O intento é promover negócios sociais, realizando novos empreendimentos por meio de parcerias com empresas e fundos públicos e privados buscando criar impacto positivo de forma consciente. Seus princípios são: (i) negócios sociais que surgem da demanda da sociedade em resolver um problema social ou ambiental; (ii) gerar impactos positivos na vida das pessoas para além da geração de emprego e renda; (iii) devem ser economicamente viáveis e gerar lucros a serem reinvestidos em negócios atuais ou em novos empreendimentos; (iv) devem incentivar o consumo consciente, especialmente às crianças (SILVA, 2016).

A Subprefeitura de São Miguel define como objetivo para área da Várzea do Tietê (área do Jardim Pantanal) "Promover ações indutoras do desenvolvimento econômico local pela implantação de cursos profissionalizantes" visando atrair novos empregos para a região e, potencialmente, diminuir o fluxo pendular que afeta sobremaneira a mobilidade urbana do Município de São Paulo (INSTITUTO PÓLIS, 2019).



Mapa 15
Percentual de meio-fio no Jardim Pantanal.
Fonte: Instituto Pólis, 2019.

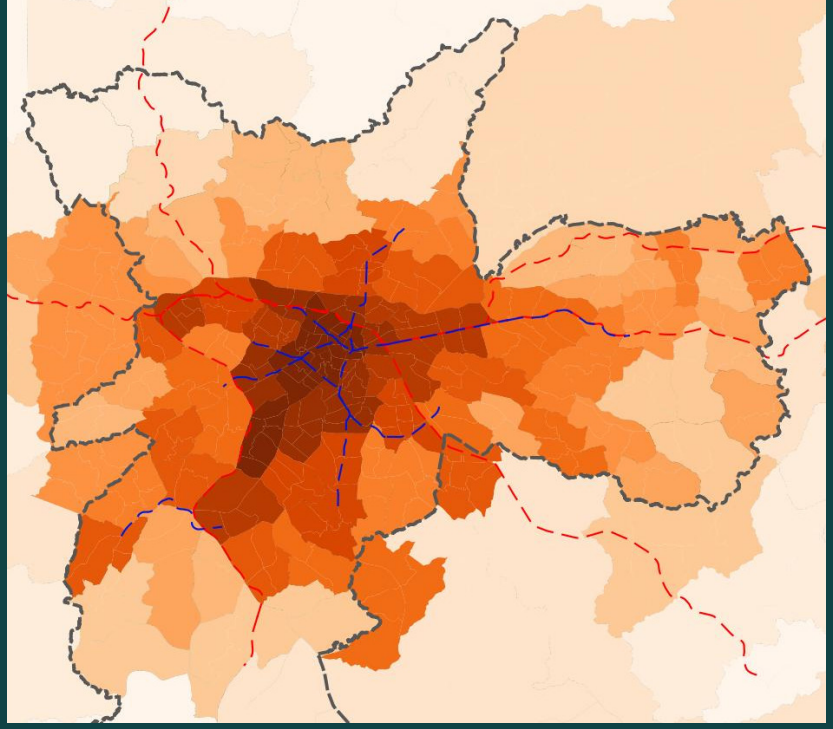
Segundo o artigo “São Paulo: o caleidoscópio urbano” de TASCHNE & BÓGUS:

> “A periferia é o local da pobreza onde a renda média desce para 6,38% salários mínimos, a proporção de chefes com até um salário mínimo de renda mensal é de quase 6%, e a de chefes com até dois salários mínimos alcança 24%. Entre os 12 distritos com maior proporção de chefes pobres no município, 9 estão na periferia leste (Itaim Paulista, com 34,03% de chefes pobres; Jardim Helena, 33,93%, Lageado, 33,00%, Guaianazes, 28,72%, São Miguel, 28,70%, Vila Curuçá, 27,87%, Vila Jacuí, 27,78%, Iguatemi, 26,39% e Ermelino Matarazzo, 26,10%),[...].”

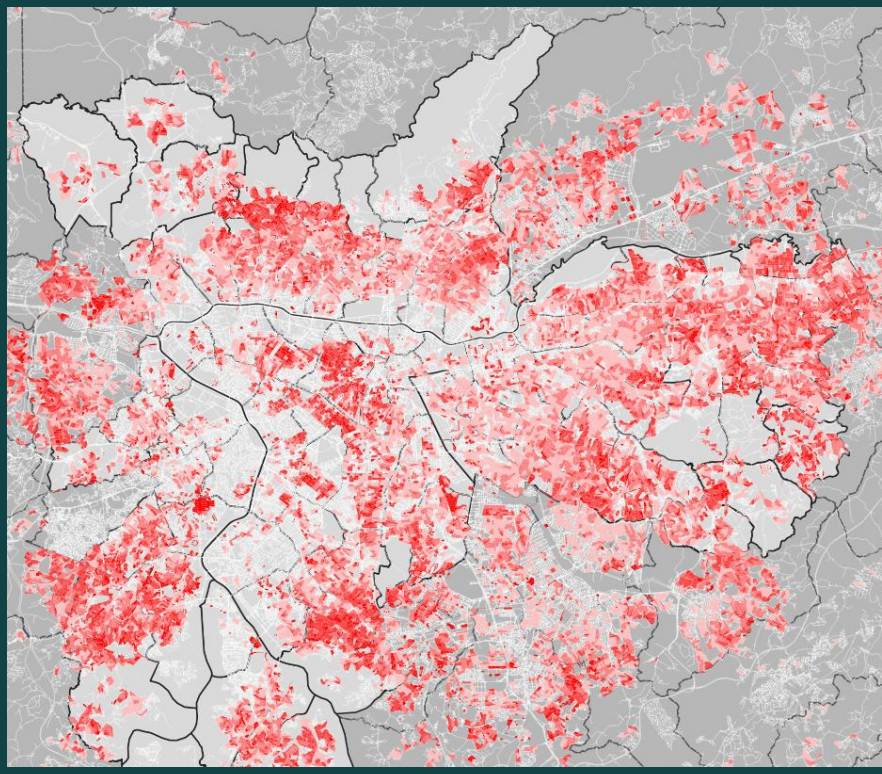
(Seade, São Paulo em Perspectiva, 2001, v.15, p.30-37).

No caso do distrito do Jardim Helena, e mais precisamente da região do Jardim Pantanal, a concentração de vagas de emprego por hectare está abaixo da média municipal ficando em torno de 30 vagas por hectare, um número cerca de 50 vezes menor do que o de áreas com maiores concentrações de emprego (Pesquisa Origem e Destino - OD 2017). Tal dado demonstra a pouca disponibilidade de oportunidades de emprego na região, o que obriga a população residente a se deslocar para regiões com maior oferta emprego provocando concentração de viagens nos horários de pico. Em contrapartida, a região apresenta uma alta densidade populacional, equivalente a 150 habitantes por hectare (Pesquisa Origem e Destino, OD-2017).

Não obstante as ações cujos eixos são a geração de emprego e renda, convém considerar ações para promover e garantir a sustentabilidade dos chefes de família e suas gerações futuras.



Mapa 16
Densidade de emprego no município de SP.
Fonte: Pesquisa Origem e Destino (OD), 2017.



Mapa 17
Densidade populacional no município de São Paulo.
Fonte: Pesquisa Origem e Destino - OD 2017.

1.7 SEGURANÇA PÚBLICA

Segundo o Índice de Vulnerabilidade Juvenil, elaborado pela Fundação Seade em 2000, o distrito do Jardim Helena figurava no Grupo 5, ou seja, distritos com mais de 65 pontos[3], com muita vulnerabilidade. Os jovens, portanto, são os que se encontram em situação de maior vulnerabilidade em relação à violência e, entre as dificuldades de coesão aos interesses comuns estão a violência, o fluxo de drogas e o roubo na região.

Já no Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) sistematizado pela Fundação SEADE, o Jardim Pantanal apresenta, em sua maior parte, um índice muito alto, índice 6.

1.8 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

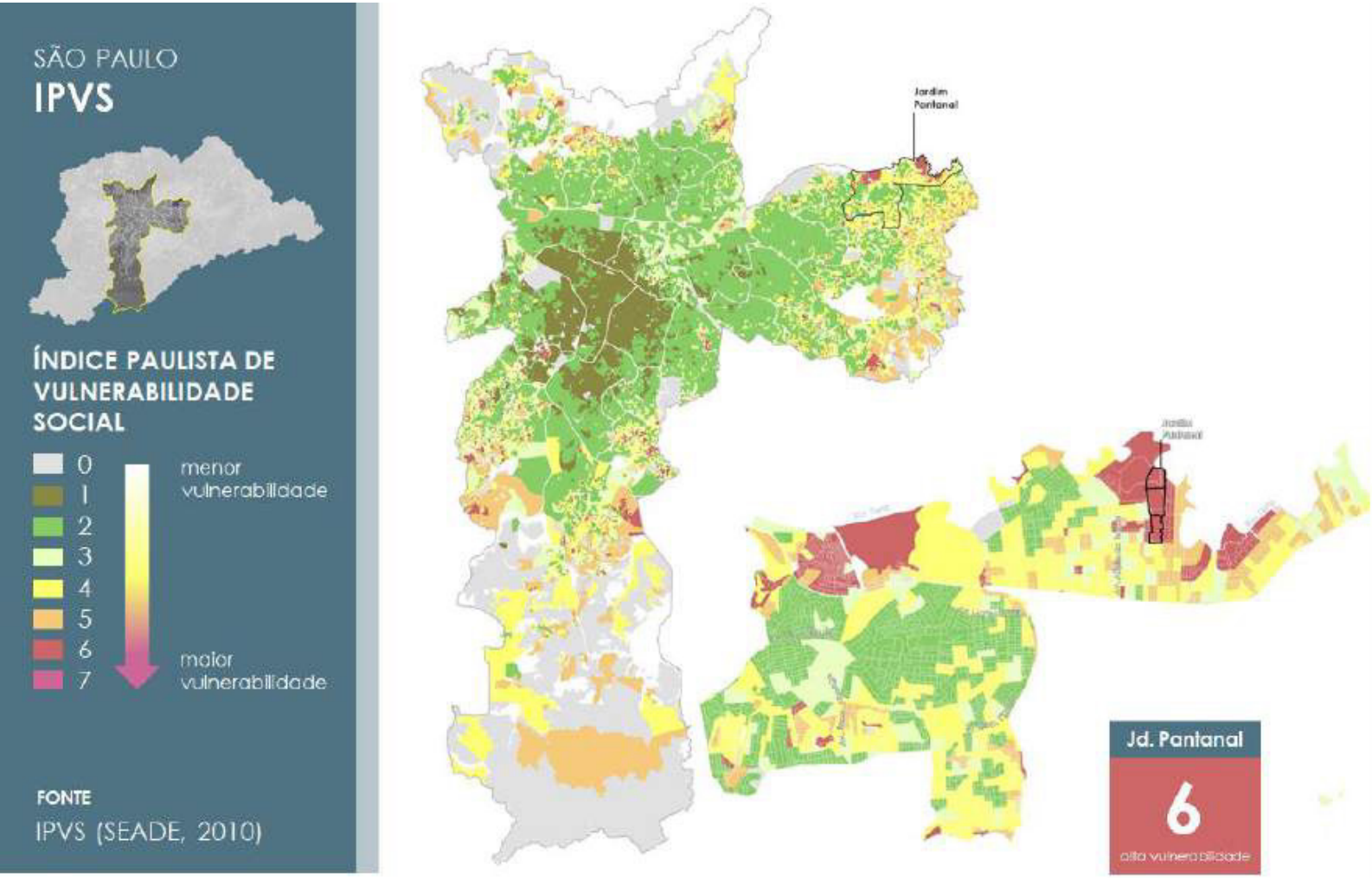
Não encontramos dados específicos sobre a violência doméstica no Jardim Pantanal, mas o mapa da Desigualdade de 2020 apontou um aumento de 64% nos índices de violência contra a mulher no município de São Paulo. No período da pandemia esse quadro se agravou ainda mais.

Com a quarentena, passou a vigorar no Estado o serviço da Delegacia Eletrônica para ajudar vítimas que, por causa do isolamento decorrente da pandemia do coronavírus, não conseguem sair de casa para registrar a queixa contra o agressor.

O estado de São Paulo, por sua vez, contabilizou 5.559 boletins de ocorrência de violência doméstica feitos pela internet entre abril e junho de 2020. No período da pandemia, com a Delegacia Eletrônica, também foi contabilizado o crescimento dos pedidos de medidas protetivas de urgência feitos pela Polícia Civil, que estão previstas pela Lei Maria da Penha, em vigor em todo o país desde 2006.

Estes dados nos trazem alertas para a necessidade de ampliar medidas que possam coibir os casos de violência doméstica e trazer maior segurança para o uso dos espaços públicos pelas mulheres.

3 Para compor o Índice de Vulnerabilidade Juvenil a Fundação Seade utilizou as seguintes variáveis selecionadas para compor o índice: taxa anual de crescimento populacional entre 1991 e 2000; percentual de jovens, de 15 a 19 anos, no total da população dos distritos; taxa de mortalidade por homicídio da população masculina de 15 a 19 anos; percentual de mães adolescentes, de 14 a 17 anos, no total de nascidos vivos; valor do rendimento nominal médio mensal, das pessoas com rendimento responsáveis pelos domicílios particulares permanentes; percentual de jovens de 15 a 17 anos que não frequentam a escola. Disponível em <http://produtos.seade.gov.br/produtos/ivj/index.php?tip=pri> Consulta em 16 Set 2020.



Mapa 18
Vulnerabilidade Social.
Fonte: Fundação Seade, 2010, apud Instituto Pólis, 2019.

1.9 CONSTRUÇÃO COMUNITÁRIA

O Instituto Alana, através do Espaço Alana, é a principal organização social presente no Jardim Pantanal. De início, o Instituto Alana buscou criar condições sociais e ambientais para a melhoria das condições de vida das pessoas. Entretanto, no decorrer do tempo de atuação, percebeu que deveria buscar a elaboração de ações para o desenvolvimento e o fortalecimento comunitário, para que a população acessasse políticas e serviços públicos, buscando a melhoria da condição de infraestrutura urbana e da qualidade de vida dos moradores.

Na literatura analisada, é notório que as ações de advocacy e de desenvolvimento local, estabelecidas pelo Instituto Alana, potencializaram o fortalecimento comunitário, haja vista a atuação de órgãos públicos e instituições que dialogam com os moradores.

Além do Instituto Alana, o poder público estadual, por meio do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), atua na região para implantação do Parque Várzeas do Tietê.

Outra organização social importante no Jardim Pantanal, que trabalha na construção comunitária junto à população, é a AMOJAP- Associação de Moradores e Amigos do Jardim Pantanal, criada também para trabalhar na regularização fundiária no território, mas que hoje atua em diversas ações que envolvem a vida comunitária do bairro.

1.10 ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira elaborado pelo Ministério da Saúde (2006), a alimentação adequada e saudável é um direito humano básico que envolve a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais do indivíduo e que deve (i) estar em acordo com as necessidades alimentares especiais; (ii) ser referenciada pela cultura alimentar e pelas dimensões de gênero, raça e etnia; (iii) ser acessível do ponto de vista físico e financeiro; (iv) ser harmônica em quantidade e qualidade, atendendo aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação e prazer; e (v) estar baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis (BRASIL, 2014).

As feiras livres constituem um dos meios para garantir uma alimentação saudável. Segundo o Diagnóstico Preliminar à Regularização Fundiária elaborado pelo Instituto Pólis (2019), a existência de feiras livres pode ser um importante indicador de desenvolvimento humano local desde que combinada com outras informações, que ajudem a entender a formação de desertos alimentares e a consequente deficiência no acesso a alimentos saudáveis. Como apresentado anteriormente, na área de abrangência da Subprefeitura de São Miguel há uma distribuição homogênea de feiras livres, sendo que a região do Jardim Helena conta com 7 feiras livres nas proximidades.

O alto índice de vulnerabilidade social das famílias e os dados sobre a renda levantados pela

Pesquisa Arca + nos mostraram, no entanto, que o território do Jardim Pantanal apresenta extrema fragilidade econômica. A quase totalidade das famílias com renda inferior a 1 s.m. (75%) sugerem que a qualidade da alimentação dessas famílias está em risco, e que ações e projetos para geração de renda devem ser pensados com celeridade, visto que parte das famílias entrevistadas deixaram de ser atendidas pelos benefícios sociais à época da pesquisa.

1.11 PROJETOS E PLANOS PARA A REGIÃO

Considerando as ações previstas pelo poder público, entidades e movimentos sociais, vislumbra-se que as condições de infraestrutura da região tendem a melhorar nos próximos anos. Um fator importante é a construção do citado Parque Várzeas do Tietê e do Projeto de Urbanização "Água Vermelha 2", entre outras iniciativas que reunimos a seguir.

1.11.1 PARQUE VÁRZEAS DO TIETÊ

O Parque Várzeas do Tietê (PVT) é um projeto criado em 2011 pelo Governo do Estado de São Paulo, que está sob responsabilidade do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). O projeto visa recuperar as funções das várzeas remanescentes como regulador das enchentes do rio, para amortecer os efeitos de suas cheias. O total de recursos previstos é de R$1,7 bilhão até 2022 e conta com financiamento parcial do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (INSTITUTO PÓLIS, 2019).

Os parques Biacica e Jardim Helena são dois equipamentos do PVT já instalados na região, que fazem parte da primeira etapa do programa. Há ainda a previsão de requalificação das margens do rio Tietê, recomposição da mata e despoluição dos córregos, bem como de ciclovia que acompanha todo o leito do rio e de um parque linear.

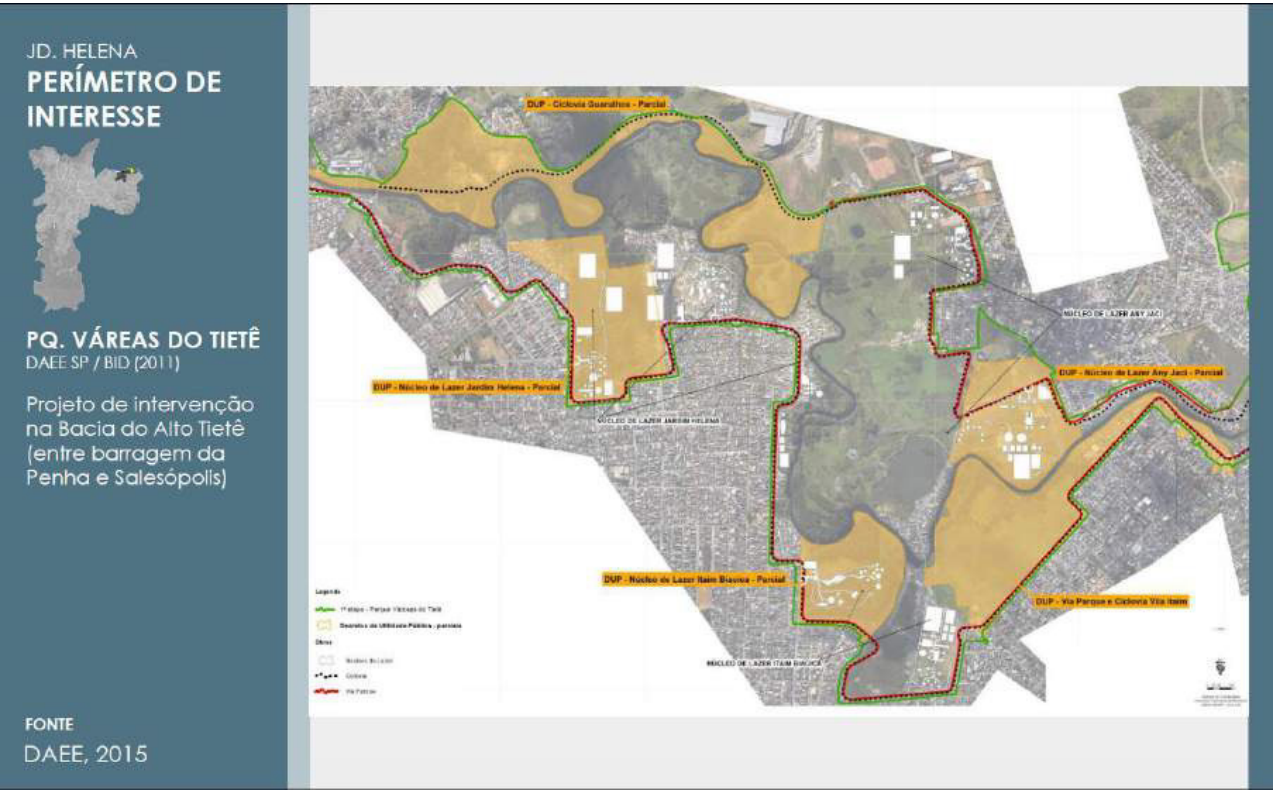
1.11.2 PROJETO ÁGUA VERMELHA 2 – CONCURSO RENOVA SP

Realizado em 2011 pela Secretaria de Habitação do Município de São Paulo (SEHAB), como forma de licitação de projetos arquitetônicos e urbanísticos para 22 perímetros definidos como prioritários.

O projeto, "Água Vermelha 2", desenvolvido pelo escritório Libeskind Arquitetos, está na área da Subprefeitura de São Miguel Paulista e compreende 458 hectares; 10 favelas; 4 loteamentos irregulares e 9 núcleos urbanizados. Segundo o escritório, o objetivo do projeto é aproximar o rio da população, por meio de um parque linear. Apresentam também a proposta de operações técnicas para a redução das inundações e a realocação de pequena parte da população num terreno próximo ao rio Tietê e, considerando o alto valor ambiental das terras e a indicação de baixa densidade no Plano Diretor Regional, o restante dos domicílios será realocado em outras regiões.

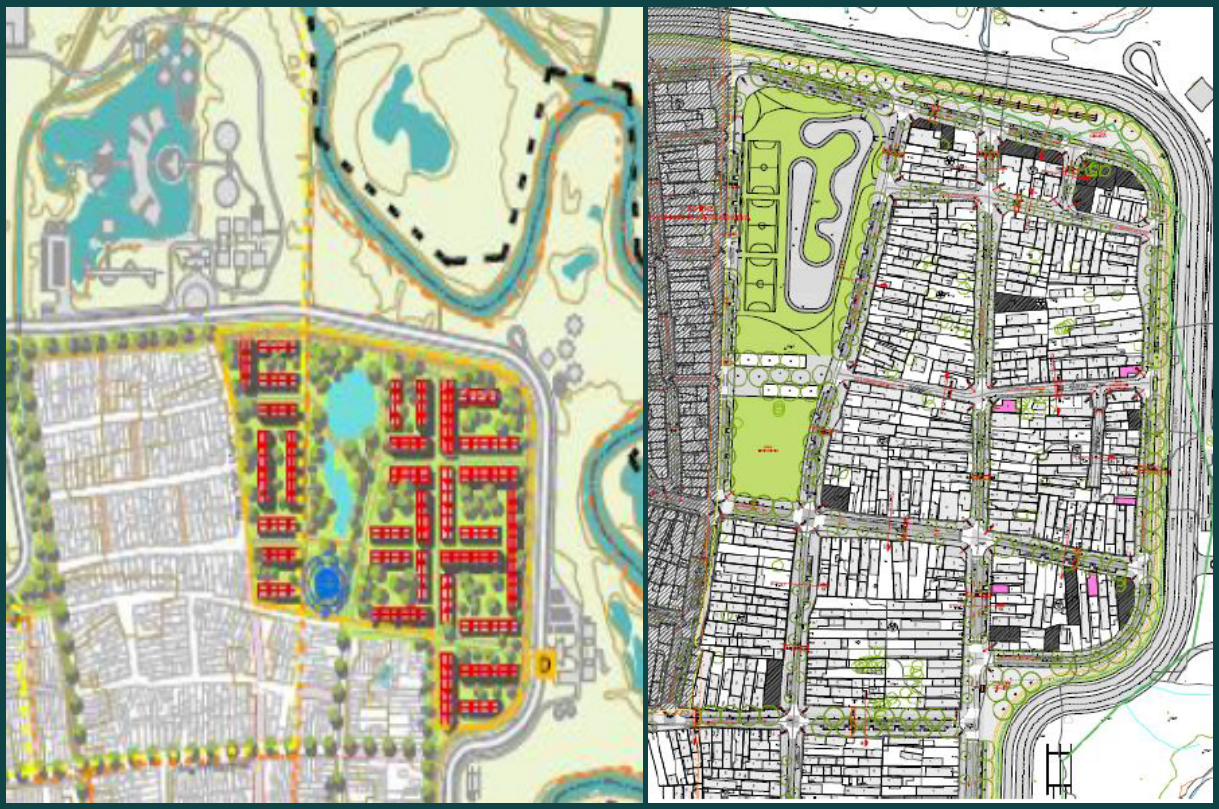
O projeto previa a remoção de 5.097 domicílios – ao todo – frente a 1200 novos. No Jardim Pantanal seriam realizadas 720 remoções, identificadas em vermelho no Mapa 19. Em 2014, entretanto, para adequação da proposta foram apontados: indefinição dos limites e parâmetros urbanísticos da APA Várzea do Rio Tietê, necessidade de minimizar remoções; permitir a regularização dos loteamentos; preservar moradias existentes e consolidadas; falta de áreas adequadas para reassentamento.

As Figuras 20 e 21 evidenciam as adequações no projeto realizadas a partir da proposta original, onde é possível verificar a redução de remoções. No entanto, essas informações são de 2014 e não obtivemos informações atualizadas sobre o andamento do projeto.



Mapa 19
Projeto Parque Várzeas do Tietê no entorno do Jardim Helena.
Fonte: Relatório de Avaliação Intermediária (Produto 3) do Programa Parque Várzeas do Tietê apud Instituto Pólis, 2019.

Figura 19
Projeto “Águas Vermelhas-2”.
Fonte: Habisp/Sehab.



Figuras 20 e 21
Versão preliminar e adequação do projeto para o perímetro “Água Vermelha 2”seguindo as diretrizes da Secretaria de Habitação de São Paulo.
Fonte: SEHAB apud Instituto Pólis, 2019.

1.11.3 PLANO REGIONAL DE SÃO MIGUEL PAULISTA

Os Planos Regionais são instrumentos previstos no Plano Diretor Estratégico de São Paulo (PDE) para o planejamento de cada uma das 32 Subprefeituras do Município, de modo a detalhar diretrizes do PDE, articulando políticas setoriais às questões urbanísticas e ambientais.

A área do Jardim Pantanal está inserida no Plano Regional de São Miguel Paulista, dentro de dois perímetros de ação: Perímetro de Ação Várzea do Tietê e Perímetro de Ação Jardim Helena, que possuem os seguintes objetivos em comum:

- Atender a demanda por equipamentos e serviços públicos sociais;
- Atender a população em situação de vulnerabilidade social e a população em área de risco;
- Implantar os parques planejados;
- Promover a recuperação e conservação ambiental dos cursos d´água e das áreas verdes;
- Solucionar os problemas de saneamento ambiental esgotamento sanitário e drenagem;
- Promover a coleta e destinação de resíduos sólidos, de acordo com o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de São Paulo – PGIRS;
- Melhorar a acessibilidade e mobilidade local;
- Promover o atendimento habitacional e a regularização fundiária de acordo com as diretrizes do Plano Municipal de Habitação – PMH;
- Promover ações indutoras do desenvolvimento econômico local pela implantação de cursos profissionalizantes visando atrair novos empregos para a região e, potencialmente, diminuir o fluxo pendular.

1.11.4 PROJETO ZL VÓRTICE: SOLUÇÕES DE DRENAGEM

O ZL Vórtice é um projeto colaborativo de urbanização, recuperação ambiental e inovação tecnológica na várzea do Rio Tietê. O projeto tem como objetivo desenvolver novas tecnologias de drenagem, pavimentação e conservação de margens de córregos; dispositivos de tratamento de água e restauro de áreas degradadas e sistemas de monitoramento de águas superficiais e deposição de detritos.

Foram agenciados, sob coordenação do Prof. Nelson Brissac Peixoto, laboratórios de pesquisa para desenvolver tecnologia e materiais específicos para situações críticas. São pesquisas de caráter experimental, voltadas para a inovação tecnológica, que incluem transferência de conhecimento e capacitação técnica dos moradores, para enfrentar os eventos extremos cada vez mais recorrentes nas áreas de várzeas.

A seguir (Figura 22), um modelo esquemático das intervenções propostas:

Figura 22
Modelo esquemático das intervenções propostas no Projeto ZL Vórtice.
Fonte: Projeto ZL Vórtice, 2020.

INTERVENÇÃO 1
GALERIAS DRENANTES
Módulos pré fabricados para drenagem de águas pluviais

Paulo Fonseca [Laboratório de Fabricação Digital da FAU-USP]

O projeto consiste em um sistema de calçadas drenantes, com galeria para escoamento de água pluvial e tubulações para esgoto, composto por moldes pré-fabricados em micro-concreto de alto desempenho. Articulação do esgoto residencial com a galeria das calçadas drenantes.

As formas serão modeladas e executadas a partir de processo de fabricação digital, permitindo obter elementos pré-fabricados que variam conforme a topografia.

INTERVENÇÃO 2
WETLANDS

Eng. Luiz Orsini Yazaki [Coordenou a Área de Manejo de Águas Pluviais da Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica (FCTH)]

A implementação de wetlands consiste em pesquisar e testar novas tecnologias sustentáveis e de baixo custo para tratamento de água em áreas críticas. Uma wetland construída é um sistema artificial manejável que reproduz as funcionalidades dos alagados naturais na purificação de águas residuais, com regime hidrológico controlado. O tratamento dos efluentes é essencial para a recuperação das condições hidrológicas e ambientais locais e para a operacionalização de sistemas de drenagem.

INTERVENÇÃO 3
CONTENÇÃO E PRESERVAÇÃO DE MARGENS DE CÓRREGOS

Marina Correia [UsCA FAU-UFRJ]

O projeto consiste em experimentação de métodos para estabilização de taludes fluviais através de blocos articulados de concreto.

INTERVENÇÃO 4
CALÇADAS PERMEÁVEIS

Regina Silveira [Laboratório de Microestrutura e Ecoeficiência Poli-USP- Rafael Pileggi]

Trata-se da implantação de uma calçada permeável, desenhada em conjunto com as comunidades. Os elementos modulares coloridos formam palavras e imagens, sugeridas pelos moradores. Uso de piso intertravado em concreto, permeável e colorido, que permite a fabricação, implantação e a manutenção do calçamento pelas próprias comunidades.

1.11.5 AÇÕES LOCAIS: INSTITUTO ALANA E WRI

Durante o período de isolamento social, em decorrência da pandemia de Covid-19, o Instituto Alana ampliou as ações no Jardim Pantanal, realizando a distribuição de cestas básicas e e kits de higiene e limpeza. Em parceria com WRI Brasil (World Resources Institute) conceberam um Projeto de Intervenção para a extensão de calçadas, conforme Mapa 20, que também contempla a localização das pias que a Sabesp instalou na comunidade.

A requalificação do espaço público proposta pela equipe da WRI Brasil objetivaram o convívio seguro em área social e ambientalmente vulnerável. As ações ocorreram na Rua Serra do Apodi esquina com a Rua Cachoeira Itaguassava, no início dezembro de 2020.

As intenções do projeto envolveram:

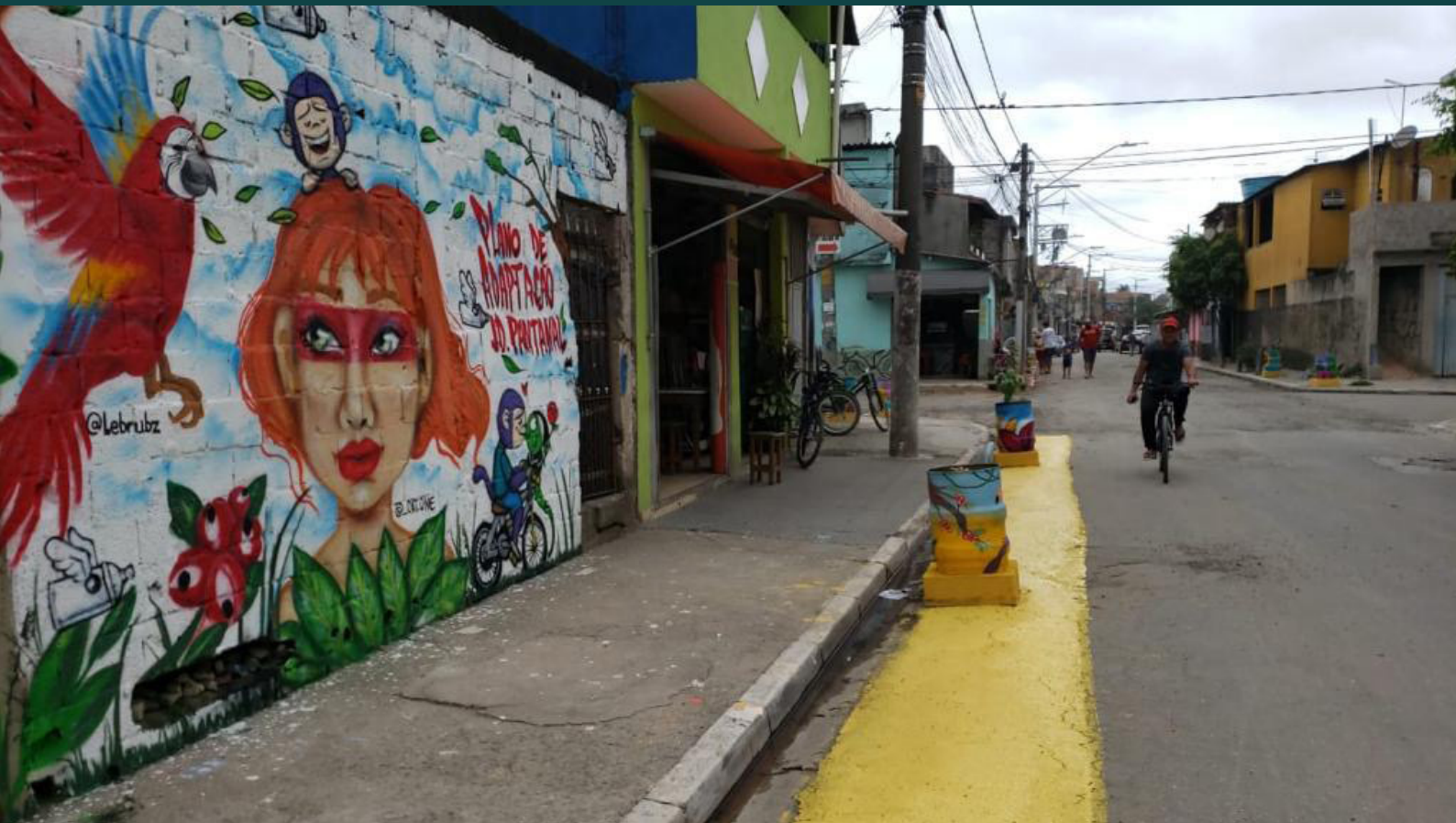
- Ação de urbanismo tático com materiais leves;
- Extensão das calçadas nas esquinas, em frente a pontos comerciais;
- Estreitamento do leito viário;
- Implementação de travessias de pedestres;
- Delimitação do espaço com vasos, cujo plantio de mudas ocorrerá no evento de montagem pela comunidade;
- Implementação de bancos;
- Criar condições de conforto e de delimitação de distanciamento seguro para o público consumidor e frequentadores.

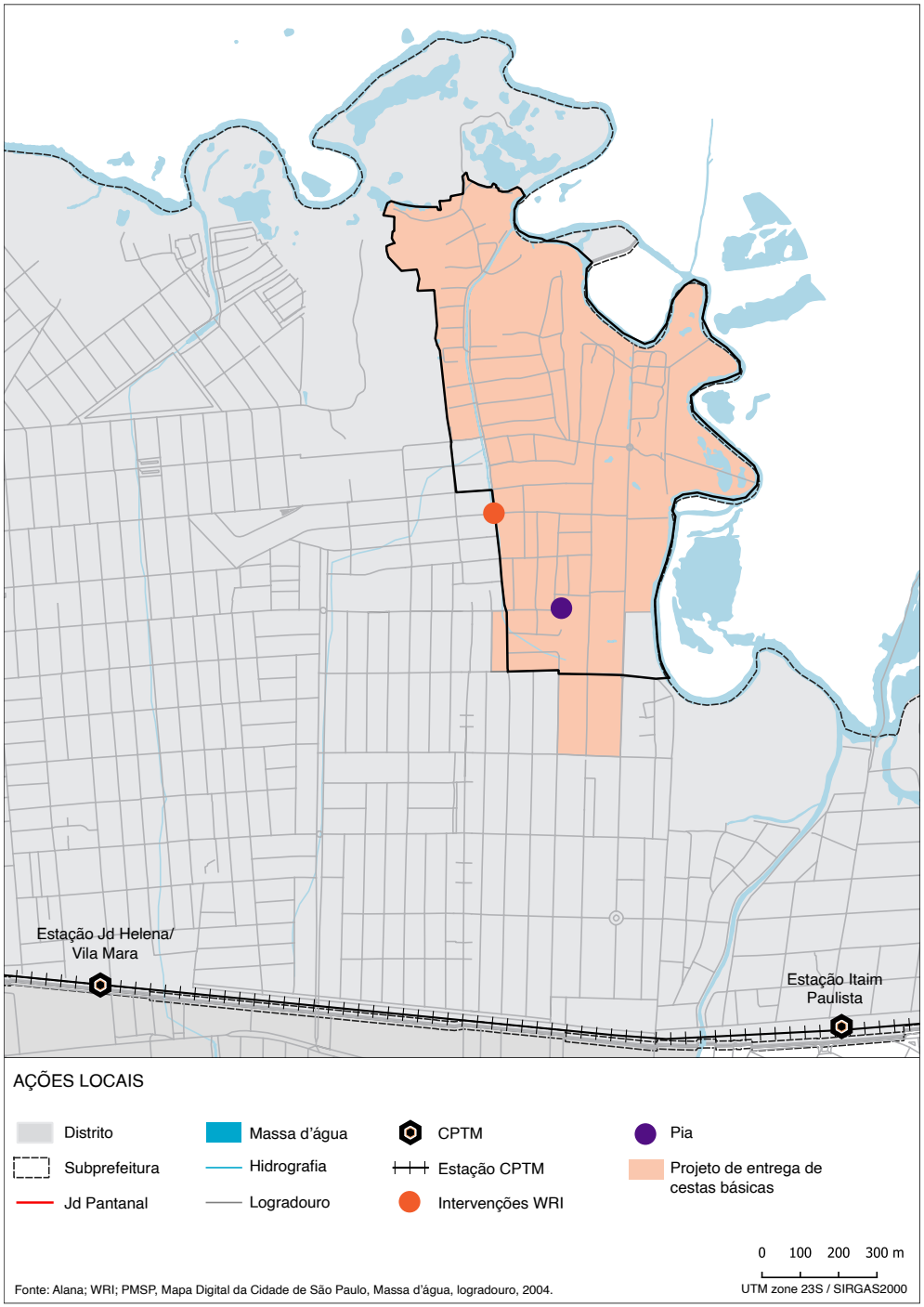
Figura 23
Área do Recorte para Intervenções.
Fonte: WRI Brasil

Figura 24
Simulação das ações propostas
Fonte: WRI Brasil

Figura 25
Mural do o Plano emergencial e propostas iniciais para o Plano de Bairro do Jardim Pantanal
Foto: Marcia Duarte, Instituto Alana, 2020.

Figura 26
Intervenção finalizada
Foto: Marcia Duarte, Instituto Alana, 2020





Mapa 20
Projeto de Intervenção. Instituto Alana e WRI.
Elaboração: Equipe IABsp, 2020.

02

DIRETRIZES EMERGENCIAIS E ESTRUTURAIS PARA O JD PANTANAL

NOTAS SOBRE A ELABORAÇÃO DAS DIRETRIZES

Como já ressaltamos na introdução deste relatório, a epidemia do novo coronavírus trouxe para os territórios periféricos como o Jardim Pantanal não apenas os impactos na saúde e nas relações econômicas e sociais inerentes à pandemia, mas também acirrou as precariedades já existentes.

Com base nessa premissa, foram pensadas diretrizes emergenciais, relacionadas às necessidades de cuidados e prevenção até a imunização completa da população, e também diretrizes estruturais, com foco nos problemas previamente existentes e que se agravam em situações emergenciais, cujo enfrentamento se refletirá diretamente na melhoria da qualidade de vida da população que reside e trabalha no território.

Importante ressaltar que não abordaremos aqui as condições habitacionais do Jardim Pantanal, apesar de ser uma das maiores precariedades do território, já que este tema está sendo debatido pelo Projeto de Regularização Fundiária em andamento, e não nos caberia propor diretrizes para um processo que demanda grande complexidade de resolução de conflitos no âmbito jurídico. O mesmo vale para o saneamento básico, que também não está sendo objeto de diretrizes em função do projeto de saneamento que está sendo realizado pela Sabesp.

Já em relação aos projetos de drenagem, cujos estudos também estão em andamento pela Sabesp, DAEE e Subpreteitura de São Miguel Paulista, acreditamos que seria importante apresentar uma reflexão com alternativas aos projetos padrão apresentados pelas concessionárias, pois acreditamos que a aplicação de tecnologias que trabalham a drenagem superficial são necessárias e podem ser, até mesmo, complementares às obras de maior porte. Temos no Brasil ainda uma forte resistência em aplicar tais métodos, o que faz com que a população viva por longos períodos a espera das grandes obras. Essa é portanto a motivação maior das diretrizes aqui apresentadas.

diretrizes emergenciais para contenção da pandemia e mitigação dos seus impactos

A segunda oficina participativa realizada com a comunidade no dia 20 de janeiro de 2021 trouxe à tona grande preocupação dos moradores em relação a forma como a população está lidando com as medidas de precauções e isolamento. Foram relatadas questões relativas à ociosidade dos alunos que não poderão ir às escolas, aos adultos e crianças que não usam máscaras nas ruas, à realização de festas e aglomerações, aos equipamentos de saúde lotados e que não oferecem distanciamento ao público, à necessidade de oferta de álcool gel no transporte coletivo, entre outras.

Com base nesse debate, na bibliografia específica que tem sido produzida sobre o tema e nos protocolos oficiais, destacamos algumas medidas importantes, que devem ser aplicadas pela população, por prestadores de serviços e pelo poder público, juntamente com medidas de informação à população, conscientização e fiscalização por parte dos agentes públicos para o cumprimento adequado dessas medidas.

> “Sobre a pandemia, estamos com um sério problema dos bailes funks e de festas comemorativas no fim de semana, que começam na quinta e terminam só na segunda. Também tem muita criança sem máscara na rua. No hospital, eu tive uma crise na semana passada e precisei ir, e não tinha distanciamento, mais de 30 pessoas, algumas sem máscara e outras sem máscara do lado de fora. Nos bailes funks, tem muita gente, aglomeração, bebem um do copo do outro, usam narguilé, etc. Estão falando disso em todo lugar, na mídia, mas eles não escutam e ninguém mais pode falar nada, porque é julgado. A polícia não vem e se vier, depois chega o dobro de gente. Eles não estão respeitando mais ninguém, e já morreu muita gente. E no posto de saúde também não tem distanciamento. Como agir num posto de saúde? Se ninguém escuta, nem o diretor?”
>
> (Moradora do Jardim Pantanal)

2.1. MEDIDAS DE ATENÇÃO ATÉ A IMUNIZAÇÃO EM MASSA DA POPULAÇÃO

A) RETORNO GRADATIVO ÀS ESCOLAS COM MEDIDAS DE HIGIENE E DISTANCIAMENTO SOCIAL

O retorno às aulas presenciais é uma das medidas mais polêmicas e debatidas pela sociedade no período da pandemia. Enquanto a recuperação do ano letivo e o retorno da sociabilidade se fazem fundamentais para a educação e para a saúde mental de crianças e jovens, há uma grande preocupação com o aumento da transmissão do vírus e a piora da pandemia.

As decisões governamentais têm se alterado com frequência, à medida que os quadros de saúde pública se agravam ou se estabilizam. Mas há algumas medidas que são permanentes, no que se refere às orientações para a manutenção do distanciamento e nos níveis seguros de convivência no ambiente escolar, que já foram abordadas em publicações especializadas, e que reforçaremos aqui.

• **Sinalização para orientar o espaçamento e o percurso de alunos e professores**, que pode ser feita através de desenhos nos pisos que orientem os caminhos dos estudantes pelo espaço da escola;

Figura 27
Fonte: Manual Técnico para Escolas Saudáveis (IABsp - APEOESP)

Figura 28

Sinalização para orientar o distanciamento

Fonte: Manual Técnico para Escolas Saudáveis (IABsp - APEOESP)

Foto: EE União de Vila Nova III e IV.

Projeto: H+F. Foto: Nelson Kon

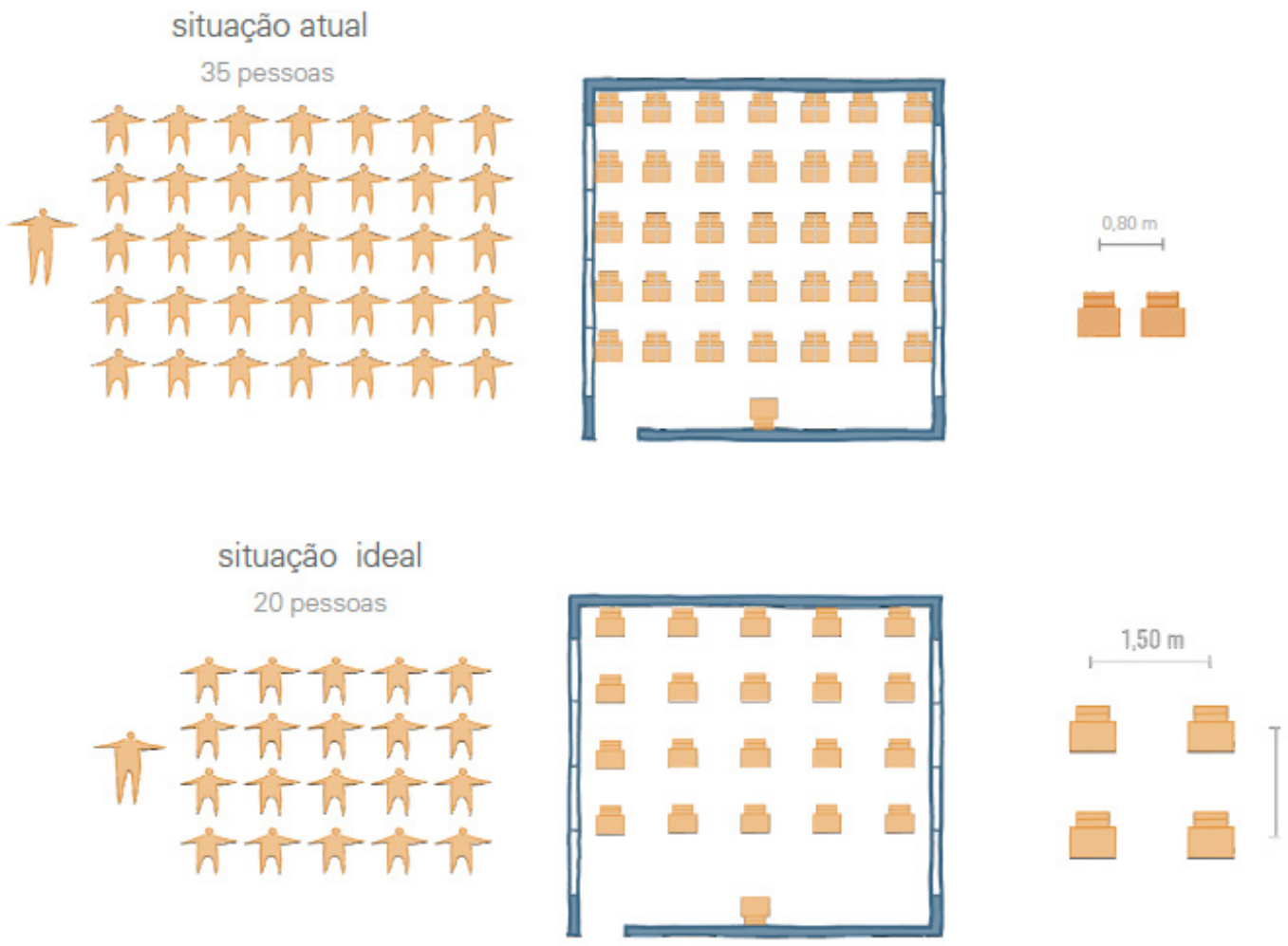


Figura 29
Fonte: Manual Técnico para Escolas Saudáveis (IABsp - APEOESP)

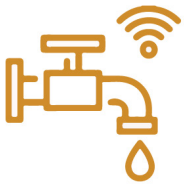
• **Orientações para o distanciamento seguro entre os estudantes e entre alunos e professores**, para as atividades que aconteçam fora e dentro das salas de aulas, o que fará com que o uso dos espaços seja remanejado, a depender do percentual da capacidade operante das escolas, indicada pelos governos municipal e estadual;

• **Orientações para hábitos de higienização nos espaços comuns, banheiros e áreas de alimentação**, além de distribuir recipientes de álcool em gel 70% espalhados pela escola.

• **Criação, em todas as escolas, de uma comissão para a segurança no retorno às aulas presenciais**, que possa elaborar e acompanhar as medidas de distanciamento, higienização e remanejamento do espaço escolar;

• **Priorização dos espaços ao ar livre e ventilados existentes nas escolas**, bem como a utilização de parques e praças da região para as atividades escolares;

Lavar bem as mãos previne diversas doenças, para além da Covid-19.



O acionamento automático por sensor evita o contágio pelas mãos em torneiras, saboneteiras, papeleiras e válvulas de descarga.

Os banheiros e vestiários da escola devem apresentar condições adequadas de higienização.

Recomenda-se que as lixeiras fiquem sem tampa, de modo a evitar qualquer tipo de contato.

Figura 30
Fonte: Manual Técnico para Escolas Saudáveis (IABsp - APEOESP)

• **Implementação, pela Subprefeitura e pela Prefeitura Municipal, de acesso à internet banda larga para os alunos e professores da rede pública** que exercerão suas atividades no formato virtual, seja pelo revezamento imposto pela capacidade máxima de operação das escolas ou por se encontrarem no grupo de risco e sem possibilidades de retorno presencial às aulas.

Figura 31
Foto: Joel Reichert. Acervo Programa Criança e Natureza

Figura 32
Fonte: Acervo Green Schoolyard America

B) MEDIDAS DE CONTROLE DO DISTANCIAMENTO SOCIAL, PELA POPULAÇÃO, POR PRESTADORES DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

• **Cumprimento, por parte da população, e fiscalização, por parte do poder público, da medida que determina a obrigatoriedade da utilização de máscaras em todas as áreas públicas e estabelecimentos comerciais, transporte público, ruas e praças**, em como o fornecimento de máscaras para os funcionários e disponibilização de álcool em gel 70% para o público em geral, em cumprimento à Lei Municipal nº 17.340 de 06 de maio de 2020 e à Lei Nacional nº 14.019 de 03 de julho de 2020;

• **Fiscalização da comunidade no período noturno, pelo poder público, a fim de garantir a proibição das festas e bailes funks**, que atuam como veículos de contágio e disseminação do coronavírus para a população;

• **Distanciamento social e controle de público nos equipamentos públicos de saúde**, garantindo número restrito de pessoas nas áreas de espera, através de agendamentos, realizações de procedimentos com hora marcada e implementação de sinalização para evitar aglomerações.

• **Disponibilização de álcool em gel 70% nos veículos de transporte público**, em especial ônibus, que circulam pelo Jardim Pantanal.

2.2 MEDIDAS PARA MITIGAR OS IMPACTOS DA PANDEMIA

Os impactos da pandemia do novo coronavírus se deram em múltiplas escalas, provocando o aumento da violência doméstica, o agravamento da situação econômica das famílias e os agravamentos dos casos de saúde, seja pelo próprio vírus ou por outras doenças.

Elencamos aqui os três temas prioritários: saúde, violência doméstica, e emprego e renda.

A) SAÚDE

Em uma pandemia, certamente a saúde é o ponto de maior preocupação, e consequentemente, deve receber atenção prioritária. Os atendimentos e internações para tratar a Covid-19 acabam por sobrecarregar o sistema de saúde e inviabilizar atendimentos básicos cotidianos e as chamadas cirurgias eletivas, além de muitas vezes dificultar os atendimentos de urgência da população.

Com o agravamento contínuo da pandemia desde o início de 2021, o Governo do Estado determinou que 4 hospitais da cidade exerçam atendimento exclusivo de pacientes com coronavírus. Dentre eles estão dois hospitais na Zona Sul, e dois na Zona Leste, Vila Alpina e Itaim Paulista, este bem próximo ao Jardim Pantanal.

Com isso, a população que precisar de atendimento terá de recorrer apenas a UBS, UPA, AMA ou prontos socorros e aguardar transferência pela central de regulação em casos graves, o que traz uma preocupação a mais para a população destas áreas periféricas, e a importância de reforçar algumas medidas:

- **Reforço no sistema de prevenção da população à contaminação do Covid-19**, através das medidas de isolamento social e higienização. Recomendamos que a subprefeitura, em parceria com organizações sociais locais, escolas e unidades de saúde, intensifiquem uma campanha de conscientização junto às famílias, para tentar evitar colapsos no sistema de saúde;

- **Intensificação da Estratégia Saúde da Família (ESF)** por parte da Prefeitura Municipal, a fim de desenvolver ações de saúde a partir do conhecimento da realidade local e das necessidades da população, favorecendo a aproximação da unidade de saúde das famílias, promovendo o acesso aos serviços, possibilitando o estabelecimento de vínculos entre a equipe e os usuários, a continuidade do cuidado e aumentando, por meio da corresponsabilização da atenção, a capacidade de resolutividade dos problemas de saúde mais comuns, produzindo maior impacto na situação de saúde local.

B) VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Os números de violência doméstica aumentaram consideravelmente durante os meses de isolamento social em todo o mundo. São registrados casos de agressões e feminicídios, bem como o aumento de gravidez indesejada e mutilações. A ONU Mulheres divulgou em setembro

de 2020 dados sobre os as denúncias ou ligações para as autoridades por violência doméstica, que com o confinamento cresceram em 30% no Chipre, 33% em Singapura, 30% na França e 25% na Argentina.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado em outubro de 2020, houve um aumento de 3,8% nas chamadas para o 190 sobre casos de violência doméstica no Brasil, chegando a um total de 147.379 chamadas, somente nos primeiros 3 meses da pandemia. O Brasil registrou 648 feminicídios no primeiro semestre de 2020, 1,9% a mais que no mesmo período de 2019, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

Em 2020, a Prefeitura de São Paulo atendeu 24.113 mulheres que sofreram algum tipo de agressão ou abuso. Mas os locais de atendimento em casos de violência contra a mulher ainda são restritos. Na zona leste, o ponto mais próximo do Jardim Pantanal é o Centro de Defesa e Convivência das Mulheres- CDCM Casa de Isabel – Projeto Nana Serafim, localizado na Rua Prof. Zeferino Ferraz, 369, no Itaim Paulista.

Para tentar mitigar os impactos da pandemia na violência doméstica, propomos as seguintes medidas complementares:

• **Criação de pontos de apoio à violência doméstica**, em parceria com a AMZOL (Associação de Mulheres da Zona Leste), com os Centros de Atendimento para Mulheres Vítimas de Violência, com a Defensoria Pública e associações locais, em lugares de fácil acesso como postos de saúde, e ainda em supermercados (como na França) e farmácias (como na Espanha);

• **Projeto itinerante de Defesa à Mulher**, em parceria com a AMZOL, as UBSs e com a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, através do trabalho de campo de assistentes sociais voltado para levar informação e atendimento às mulheres do Jardim Pantanal;

• **Implementação de canal online de denúncias**, como o Maria da Penha Virtual, lançada pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em dezembro de 2020, a ser implementado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, Ministério Público Estadual e/ou Defensoria Pública.

C) EMPREGO E RENDA

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que 25 milhões de empregos podem ser perdidos em decorrência da crise causada pelo coronavírus. Os setores que enfrentam as maiores crises são o hoteleiro, de alimentação, manufaturas e varejo.

A renda dos trabalhadores em todo o mundo deve sofrer uma perda de até US$ 3,4 trilhões, e as mulheres trabalhadoras serão algumas das mais afetadas, já que são maioria entre os trabalhadores informais. Segundo pesquisa do Instituto Locomotiva realizada em abril de 2020, 39% dos empregadores do país dispensaram diaristas sem pagamento.

Desde o início da pandemia, muitas famílias que dependem do trabalho informal ficaram impossibilitadas de trabalhar com as medidas de isolamento social. Trabalhadores informais que mantinham algum vínculo no setor privado foram os mais atingidos com a perda de trabalhos no segundo trimestre de 2020, quando 40% dos trabalhadores informais perderam suas fontes de renda, de acordo com levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), que usou como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE.

Os impactos dessa condição econômica em crise são muitos, afetando sobretudo a segurança alimentar da população e a segurança da posse das famílias, pela possibilidade de despejo pelo não pagamento dos aluguéis.

Sabemos que a medida mais urgente e eficaz para conter essa crise na renda dos trabalhadores é o Auxílio Emergencial governamental, seguido de medidas redistributivas e Renda Básica permanente, considerando que o impacto da crise econômica advinda da pandemia do coronavírus permanecerá por um longo tempo. Mas há ainda medidas complementares que podem ser trabalhados pelos diferentes setores do poder público e da sociedade civil. Ressaltamos aqui três delas:

- **Distribuição de cestas básicas para a população de menor renda**, a ser realizada pela Prefeitura Municipal e pelas organizações não-governamentais com atuação local;

- **Negociações com os proprietários dos imóveis alugados, para impedir os despejos**, a ser realizado pelos moradores, com apoio jurídico das Defensoria Pública e das organizações não-governamentais com atuação local;

- **Ações de qualificação profissional para jovens e adultos e reintegração profissional**, a ser fomentada em parceria com o Centro de Integração da Cidadania (CIC) Leste, localizado na Rua Padre Virgílio Campelo, 150, ou o CIC Guarulhos, localizado na Estr. Do Capão Bonito, 77.

03

DIRETRIZES ESTRUTURAIS PARA A REQUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO

diretrizes estruturais para a requalificação do território

A localização periférica do Jardim Pantanal traz consigo uma série de desafios a serem enfrentados, sobretudo em relação à sua localização distante do centro da cidade, que ainda é a região com maior percentual de serviços e ofertas de emprego. Essa distância provoca longas jornadas em deslocamentos diários nos horários de pico, em meios de transporte sobrecarregados. Por outro lado, a infraestrutura para o pedestre e para o ciclista é precária, mesmo sendo formas de deslocamento muito utilizadas pela população.

Do ponto de vista geográfico, a urbanização sobre a várzea do Tietê traz consigo a necessidade do enfrentamento dos alagamentos e problemas de drenagem. Toda a circulação por essas áreas é comprometida, independente do modal utilizado, provocando até a recusa de motoristas de aplicativos em adentrar no território. Os constantes alagamentos geram impactos também na saúde das famílias, principalmente nas áreas onde não há coleta e tratamento de esgoto e o acesso à água é precário.

Essas são algumas das questões estruturais mais críticas colocadas também como prioritárias em um plano emergencial, dada a urgência na resolução dos problemas para a melhoria da qualidade de vida da população que mora e trabalha no Jardim Pantanal.

3.1 DRENAGEM DO SOLO E CONTENÇÃO DE ALAGAMENTOS

Mais da metade da área do Jardim Pantanal está abaixo da curva mestre de 730 metros, como já observado no diagnóstico realizado, e a maior parte do território está em área demarcada como inundável (SIURB, 2020). No entanto, a urbanização avançou sobre as margens do Rio Tietê e hoje ocupa quase toda a área de várzea, o que demanda medidas de contenção e mitigação dos impactos.

Na oficina participativa realizada com a comunidade em janeiro de 2021, registramos algumas áreas que foram identificadas como as mais críticas em relação às inundações e alagamentos: a área da Chácara Três Meninas, a Vila Aimoré entre a ponte que liga São Paulo a Guarulhos, a área dos ciganos na Vila Aimoré e parte do cotovelo. Na Rua dos Anjos para cima, em direção ao rio, todas as travessas possuem pontos de alagamentos específicos devido à topografia do terreno, que foi completamente alterada pelos aterramentos e que impede que a água siga o caminho original do terreno até o rio. A Rua Liberdade é lembrada por não possuir canaletas para a escoação da água. Outro ponto de empoçamento é na esquina da Rua Manima com a Rua Tietê, onde há uma depressão muito significativa que altera o caminho das águas.

Há ainda, por parte da comunidade, relatos de que a construção do Parque Biacica piorou ainda mais a condição dos moradores na área envoltória. O aterramento realizado para a construção do parque deixou a rua, localizada no nível abaixo, sujeita a grandes alagamentos em qualquer chuva que acontece por ali. E há ainda um córrego que inviabiliza o acesso das pessoas ao parque, e quando chove, ele enche e alaga todas as ruas que o rodeiam.

Outra informação importante que recebemos diz respeito a Barragem da Penha:

> “(...) Eu fiz o curso de meio ambiente e de maneira alguma pode aquela Barragem da Penha fechar, ela é automática (...) e há duas entradas nessa barragem que ficam sempre abertas. O problema não está na barragem, mas na antiga Bauducco, que hoje é uma transportadora. Eles aterraram uma parte grande do rio Tietê, inclusive recebendo várias multas. Eu, antes de ter estudado sobre meio ambiente e de ir visitar, também acreditava que o problema que era a barragem. (...) A gente conseguiu o dinheiro pra fazer o desassoreamento pelo DAEE, mas ele foi feito pra baixo da barragem, e aí é que está o problema. (...) Cabe agora à SABESP fazer com que o esgoto não caia direto no Rio Tietê também, mas vá pra tratamento.”
>
> (Moradora do Jardim Pantanal)

Há muitos desafios para a implementação de soluções que não estão na planilha de obras das concessionárias de serviços públicos, sobretudo no que diz respeito às soluções para tratamento de água, ainda muito vinculadas às soluções de tratamento químico. Há, contudo, a necessidade de que o território do Jardim Pantanal possa ser visto com a complexidade que possui, e ali possam ser realizados laboratórios para solução de problemas de forma concomitante, sem depender exclusivamente das grandes obras que não necessariamente seriam as melhores soluções.

Além das questões específicas sobre a barragem e o aterramento realizado para a construção do Parque Biacica, que precisam ser revistos junto ao DAEE, elencamos a seguir algumas das principais medidas e tecnologias existentes que podem ser utilizadas para mitigação e contenção dos alagamentos existentes no Jardim Pantanal.

▪ RECUPERAÇÃO DA VÁRZEA DO RIO TIETÊ

A várzea do Tietê no Jardim Pantanal é uma Área Prioritária de Recuperação Ambiental (APRA) e deve ser recuperada para regular as enchentes e evitar desastres ambientais. Atualmente a área remanescente da urbanização tem servido como depósito de lixo, apesar do seu potencial para área de lazer e espaço livre dotado de infraestrutura para uso da comunidade.

Para que o trecho da várzea do Tietê localizado no Jardim Pantanal seja recuperado e preservado, é necessário que o Governo do Estado de São Paulo e o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE):

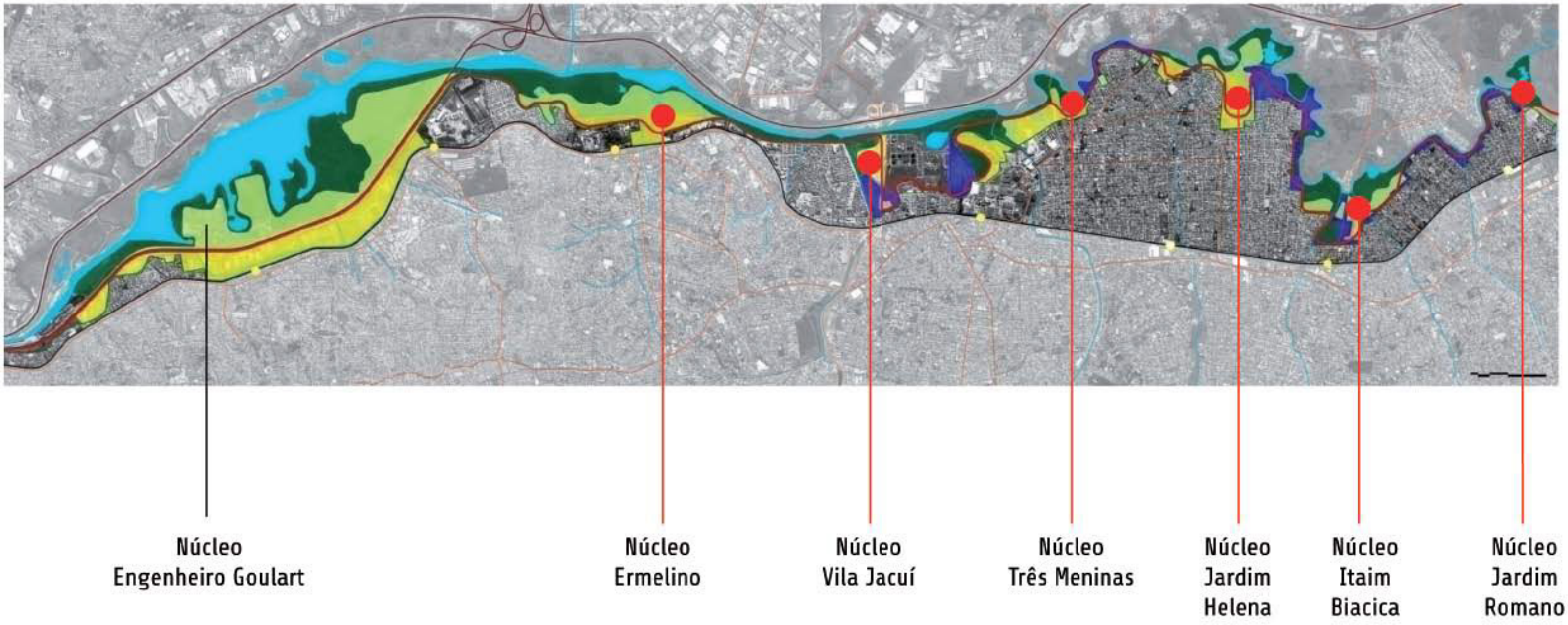
- recomponham a mata ciliar;
- despoluam os córregos;
- e implementem núcleos de lazer e esporte entre o Núcleo de Lazer Jd. Helena e o Itaim Biacica, garantindo a preservação das margens do rio através do uso para práticas de esporte e atividades de lazer.

Figura 33
Várzea do Rio Tietê no jardim Pantanal
Foto: Simone Gatti, IABsp, 2020

Mapa 21

Núcleos de lazer do Projeto parque Várzeas do Tietê.

Fonte: Secretaria do Verde e do Meio Ambiente



• ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO EM PAISAGENS ALAGÁVEIS:

É importante que o combate aos alagamentos e a resolução dos problemas de drenagem do solo sejam realizados por soluções complementares que, conjuntamente, poderão apresentar resultados eficientes. Além de pensar em projetos estruturais que absorvam a água das margens do rio nos períodos de cheia, como o caso da implantação dos parques lineares na várzea do rio Tietê, as águas da chuva que caem sobre o território urbanizado podem ser absorvidas de diferentes formas. Trataremos aqui das mais significativas e passíveis de implementação.

A) PARQUES OU PRAÇAS D'ÁGUA

Considerando se tratar de uma área inundável, a depender dos níveis de cheia do rio Tietê, intervenções sobre as suas margens deveriam se utilizar dos conceitos de Paisagens Alagáveis ou Praça d'Água (wattersquares), planejadas para utilizar a água como elemento da paisagem nos períodos de cheia, ao invés de tentar frear o seu acesso e percurso. O objetivo é que a água seja retida na origem, evitando que a velocidade e quantidade de escoamento sejam aceleradas e que o sistema de drenagem tradicional fique sobrecarregado, como ocorre atualmente.

O sistema de drenagem tradicional apenas "transfere a inundação de um ponto pra outro, além de ampliar a velocidade de vazão, causando erosão em certos pontos devido à canalização e à impermeabilização" (GONDIM, 2008). Essa abordagem tenta manter a água o mais longe possível, ao invés de acomodá-la, de tentar coexistir com ela e de absorver seu impacto no local de origem. Muitas vezes, o resultado é uma paisagem construída que não se relaciona com os corpos d'água e não interage com as paisagens naturais, e que muitas vezes não é eficiente na contenção de alagamentos e enchentes.

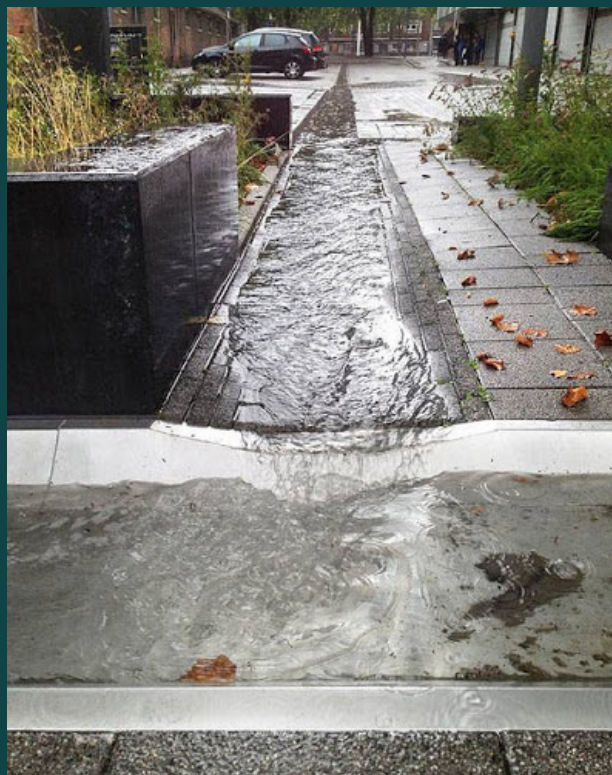
Planeja-se, com o conceito de Paisagens Inundáveis, espaços de lazer preparados para inundar, absorver ou armazenar a água da chuva quando necessário, que são diretamente conectados ao sistema de drenagem, com desenhos e materiais específicos para o escoamento da água e projetados para serem utilizados como espaço de lazer mesmo em períodos de chuva.

Há muitos exemplos de projetos que se utilizaram destes conceitos ao planejar intervenções sobre áreas alagáveis. Infelizmente soluções semelhantes no Brasil ainda estão apenas em projeto. A seguir, um destes exemplos, o Water Square Benthemplein, Rotterdam, Holanda.

Figura 34

Figuras 34, 35 e 36
Water Square Benthemplein, Rotterdam, Holanda.
Fonte: De Urbanisten

A partir da necessidade de lidar com o problema das chuvas de Rotterdam e dos caros projetos de drenagem subterrâneos, o escritório de arquitetura De Urbanisten projetou uma Praça d'Água onde a água funciona como elemento da paisagem e parte do espaço público. Em tempo de seca, cada parte do projeto, que se transformam em três 'bacias' de concreto, ou reservatórios de água, tem uma função diferente: uma possui um pequeno espaço central que pode servir como palco de dança, ou apenas um lugar para se sentar ao sol, outra possui paredes inclinadas para ser usada como pista de skate e a maior delas é uma quadra poliesportiva com arquibancada. Chuvas curtas apenas enchem as duas bacias menores com o escoamento de água da chuva dos telhados circundantes e de um estacionamento adjacente. Mas quando chove por mais tempo, o escoamento adicional de um dos telhados da escola principal e de outros locais inunda a maior bacia da quadra poliesportiva. Quando a chuva para, a água é retida nas bacias por 48 horas, antes de ser drenada diretamente para o solo ou bombeada para o canal próximo.



B) IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA VERDE

O uso de infraestrutura verde no planejamento e ordenamento urbano é tendência mundial, dado que sua implantação pode colaborar com o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável indicados pela Organização das Nações Unidas. Já na esfera das políticas públicas locais, essa abordagem pode auxiliar no avanço dos resultados de programas de gestão, como o Programa Município Verde Azul do Estado de São Paulo[4] (IPT, 2020).

No caso específico do Jardim Pantanal, a infraestrutura verde vem complementar as possibilidades de soluções de drenagem para combater os alagamentos, e podem se dar no âmbito local de muitas formas, a fim de trazer soluções para muitos dos problemas apontados pela comunidade, como o asfalto que 'derrete' com o acúmulo das águas, as áreas que são frequentemente empoçadas quando chove e fazem com que as crianças tenham que andar na lama para acessar às escolas, os córregos que transbordam, entre outras. A seguir, as principais soluções de infraestrutura verde:

Ruas Verdes / Caminhos Verdes

Foto: Araraquara, SP.
Luccas Longo (2019)

Descrição

São rua arborizadas que integram o manejo das águas pluviais compostas por canteiros pluviais; circulação viária mais restritae; preferência para pedestres e ciclistas e sem circulação de veículos pesados.

Limitações

Necessidade de calçada com espaço adequado para o plantio de árvores.

Aplicações

Nas ruas das cidades

Vantagens

- Conexão para avifauna e microfauna
- Amenização do clima
- Limitação do tráfego de veículos pesados
- Redução da carga difusa

4 O Programa Município Verde Azul (PMVA), do Governo do Estado de São Paulo, que tem como finalidade incentivar e contribuir com as prefeituras paulistas na elaboração e execução de suas políticas públicas estratégicas voltadas ao desenvolvimento sustentável do estado de São Paulo.

Lagoa Pluvial / Bacia de Retenção

Foto: Seattle, Washington. Paulo R. M. Pellegrino e Nathaniel S. Cormier (2008)

Descrição

São lagoas que funcionam como bacias de retenção recebendo o escoamento superficial de outros sistemas, onde a água pluvial permanece retida na estrutura, como se fosse um alagado construído, porém não destinado a receber efluentes.

Limitações

Necessidade de grandes áreas

Aplicações

Grandes áreas abertas

Vantagens

- Armazenamento de grandes quantidades de água
- Recuperação da qualidade da água
- Cooperação com o habitat

Alagado Construído / *Wetland*

Foto: Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo (São Paulo, SP). IPT (2019)

Descrição

Superfície vegetada coberta por água formada por zona de entrada: bacia de sediementação para remover sedimentos grossos e médios; zona macrófita: área rasa com vegetação para remover partículas finas e poluentes solúveis; e canal de “bypass”: alto fluxo para proteger a zona de macrófitas

Aplicações

Ambientes urbanos

Vantagens

- Purificação das águas pluviais
- Promoção da retenção e remoção de contaminantes

Limitações

Não identificadas

Lagoa Seca

Foto: Osasco (SP). IPT (2019)

Descrição

Depressão vegetada que recebe as águas das chuvas contribuindo para diminuir o escoamento superficial, retardando a entrada das águas no sistema de drenagem e possibilitando a infiltração com a recarga de aquíferos

Limitações

Não identificadas

Aplicações

- Vias urbanas
- Rios
- Parques lineares
- Jardins públicos e privados

Vantagens

- Redução do escoamento superficial
- Quando seca, possibilita o uso para recreação

Canteiro Pluvial

Foto: Portland, Oregon. Paulo R. M. Pellegrino e Nathaniel S. Cormier (2008)

Descrição

Jardins de chuva compactados para pequenos espaços auxiliando no processo de evaporação, evapotranspiração e infiltração

Limitações

- Risco de contaminar o solo
- Risco de contaminar o lençol freático

Aplicações

- Vias urbanas próximas ao meio fio
- Edifícios

Vantagens

- Purificação das águas pluviais
- Redução do escoamento superficial e de ilhas de calor
- Promoção da biodiversidade
- Captura de CO2

Jardim de Chuva

Foto: São Paulo (SP).
IPT (2019)

Descrição

Depressões topográficas existentes ou reafeiçoadas para receberem o escoamento da água pluvial proveniente de telhados e demais áreas impermeáveis limítrofes

Limitações

Necessidade de grandes espaços para implantação

Aplicações

- Áreas residenciais
- Vias urbanas próximas ao meio fio
- Hortas

Vantagens

- Purificação das águas pluviais
- Manutenção da biodiversidade
- Redução de ilhas de calor
- Captura de CO2
- Redução do escoamento superficial

Biovaleta

Foto: Seattle, Washington.
Paulo R. M. Pellegrino e Nathaniel S. Cormier (2008)

Descrição

Depressões lineares preenchidas com vegetação, solo e elementos filtrantes para promover a filtração de poluentes e a infiltração da água, podendo ou não direcionar para um outro sistema como o jardim de chuva

Limitações

Não recomendada para áreas densamente urbanizadas

Aplicações

- Vias urbanas próximas ao meio fio
- Estacionamentos

Vantagens

- Redução do escoamento superficial
- Reposição do lençol freático
- Elemento estético

Pavimento Permeável

Foto: Instituto de Pesquisas Tecnológicas (São Paulo, SP). IPT (2019)

Descrição

Pavimentos que permitem a infiltração da água das chuvas por não possuir agregados miúdos em sua composição

Limitações

Risco de contaminar o lençol freático

Aplicações

- Calçadas
- Estacionamentos
- Quintais residenciais
- Espaços públicos de lazer

Vantagens

- Redução do escoamento superficial
- Recarga do lençol freático
- Filtragem de alguns poluentes
- Redução de acúmulo de água da chuva

Figuras 37-44
Fonte: IPT, 2020.

Importante lembrar que parte destas estratégias de intervenção para conter os alagamentos estão sendo trabalhados no Jardim Pantanal pelo projeto ZL Vórtice, já apresentado anteriormente (página 70), como forma de testar tecnologias desenvolvidas pelos institutos de pesquisa que fazem parte da iniciativa.

É fundamental, portanto, que este projeto, bem como outros que estejam em desenvolvimento, sejam incorporados para uma intervenção sistêmica no território, que trate a drenagem e a contenção dos alagamentos como prioridade, essencial para a melhora da qualidade de vida dos seus moradores.

C) USO DO ORÇAMENTO PARA PREVENÇÃO DE ENCHENTES E MELHORIA DA LIMPEZA DE BUEIROS E CÓRREGOS NO INTERIOR DO BAIRRO

> “O problema é que está faltando o desassoreamento do rio, o rio está totalmente cheio de tudo que é entulho. Nós temos a sede aqui do Biacica, que fica toda cheia de água, as casas, tudo fica cheio de água, enquanto lá embaixo, onde a água poderia descer, não desce. Ficam dizendo que o problema é que estamos em área de risco, sendo que só o desassoreamento do rio já resolveria muito o problema dos alagamentos. O Estado fala que vai fazer e não faz, por isso que fica esse sofrimento direto na comunidade (...)”

(Morador do Jd. Pantanal)

Em fevereiro de 2020 foi noticiado pela imprensa que o a Prefeitura de São Paulo usou 48% da verba reservada no orçamento para **prevenção de enchentes** em 2019. Do total de R$ 973 milhões previstos para o ano, apenas R$ 474 milhões foram utilizados, segundo dados de execução orçamentária do município.

Para obras em áreas de risco, foram reservados mais de R$ 188 milhões. Destes, foram usados R$ 67 milhões, 35% do total, em 2019.

A 37 dias para o fim do ano de 2020, no início da temporada de chuvas fortes, a imprensa noticiou que a prefeitura havia liquidado 514,1 milhões dos R$ 798,1 milhões disponíveis, ou seja, 64% da verba prevista para a prevenção de enchentes na cidade em 2020.

Os valores envolvem a verba destinada às obras para áreas de riscos geológicos, manutenção e intervenção dos sistemas de drenagem, manutenção de operação dos sistemas de monitoramento e alerta contra enchentes e obras de combate a enchentes, todas elas necessidades urgentes no Jardim Pantanal.

Em relação a **limpeza dos córregos e bueiros**, pudemos identificar, em visita realizada em novembro de 2020, muito lixo junto aos córregos e nas margens do Rio Tietê, o que prejudica muito o escoamento das águas e deve ser uma das medidas prioritárias da subprefeitura, sobretudo em territórios com riscos de inundações.

Figuras 45 e 46
Lixos junto aos córregos e junto a várzea do Tietê no Jardim Pantanal, novembro de 2020.
Foto: Simone Gatti, IABsp.

3.2 QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES

Em condições normais a qualificação dos espaços livres no Jardim Pantanal é extremamente necessária, tendo em vista a precária condição dos espaços públicos existentes. Durante a pandemia do coronavírus essa necessidade se amplia ainda mais, sobretudo pela maior presença das famílias em casa, seja pelos trabalhos remotos, pelo desemprego ou pelo esquema rotativo das crianças na escola.

Os espaços residenciais acabam não sendo suficientes para o brincar das crianças, que precisam de espaços livres, onde a rua é o primeiro refúgio. As ruas e calçadas do Jardim Pantanal permanecem grande parte do tempo ocupadas pelas crianças, o que demanda melhorias e oferta de espaços seguros.

Há ainda a necessidade de oferecer infraestrutura para o trabalho doméstico e criar oportunidades de uso dos espaços públicos que ofereçam atividades e geração de renda para a população. São ações que podem ser articuladas pela comunidade em parceria com instituições locais, e pleiteadas aos órgãos responsáveis.

▪ CRIAÇÃO DE PEQUENAS PRAÇAS E LUGARES DE ESTAR NO MIOLO DOS BAIRROS

Espaços residuais do traçado urbano podem se tornar pequenas praças e espaços de descanso, para suprir a carência de espaços públicos ao ar livre. Estes espaços podem ter utilidades diversas, estimulando o convívio social dos moradores, com segurança e conforto. Bancos, lixeiras, árvores e iluminação adequada podem transformar um pequeno espaço em uma pequena praça.

Entre as sugestões apontadas para praças e locais de convívio está a Rua Santo Antônio, rua com pouca circulação de carros que os moradores costumam fechar para as crianças brincarem. Recomendam também a instalação de um parquinho e a criação de uma pequena praça para atender as crianças que frequentam o local. E a rua Cachoeira de Itaguassava foi indicada para fazer uma rua de lazer.

> “(...) após a canalização do rio, é possível fazer uma área de 30m de largura por 80m de comprimento na Rua Cachoeira de Itaguassava. Depois da canalização e contenção das margens do córrego, é possível fazer uma praça, um jardim.”
>
> (Morador do Jd. Pantanal)

EXEMPLO 1: RUA JOSÉ PAULINO, SÃO PAULO

Figuras 47 e 48
Projeto de intervenção temporária proposto para a Rua José Paulino no bairro do Bom Retiro, em São Paulo, onde se forma um 'triângulo', região do leito carroçável residual, não utilizado nem por automóveis, nem por pedestres, que pode ser ocupada por mobiliário urbano e intervenções no piso para a formação de uma praça.
Fonte: Urb-i.

EXEMPLO 2: RUA ROSA E SILVA, SÃO PAULO

Figuras 49 e 50
A proposta da intervenção na Rua Rosa e Silva, em Santa Cecília, foi criar uma pequena praça onde atualmente existe um espaço vazio na conexão entre a rua Rosa e Silva com a Azevedo Marques. A intervenção não prejudica a circulação de veículos, mas organiza o fluxo de carros e pedestres, criando uma área de convivência e tornando a área mais segura para todos. E a execução pode ser realizada em duas fases, temporária (com mudanças de baixo custo - Imagem 02) e permanente (com mudanças perenes - Imagem 03).
Fonte: Urb-i.

EXEMPLO 3: RUA PERNAMBUCO, BELO HORIZONTE

Figura 51
A Rua Pernambuco em Belo Horizonte passou por uma transformação significativa, substituindo a área destinada para o estacionamento de veículos, reduzindo o leito carroçável, ampliando a área de circulação de pedestres e inserindo mobiliário urbano e iluminação pública, formando uma pequena praça ao longo da rua.
Fonte: Urb-i.

Além da criação de novos espaços públicos, é possível inserir o território do Jardim Pantanal no Programa Ruas Abertas, que fecha ruas ou trechos delas para os carros aos domingos ou finais de semana, reservando o espaço da rua exclusivamente para veículos não motorizados e pedestres, e ofertando um espaço de lazer e cultura para a comunidade. Durante a oficina participativa foram levantadas pelos moradores algumas sugestões de ruas onde o programa poderia ser implementado: Rua das Crianças; R. Cachoeira de Itaguassava próximo à Cosme dos Santos; R. Erva do Sereno, onde já é realizado o Carnaval organizado pelo Instituto Alana; R. Macapera e R. José Martins Lisboa.

▪ CRIAÇÃO DE HORTAS COMUNITÁRIAS

As Hortas Comunitárias são uma iniciativa importante pois atuam em vários aspectos, indo além da requalificação de espaços públicos. Elas atuam na produção de alimentos, na melhoria da saúde e na segurança alimentar da população, no aumento da renda das famílias e na formação de cidadãos, ao se engajarem ao trabalho e às questões ambientais que envolvem a agricultura.

Através de um projeto de criação de hortas comunitárias, terrenos públicos e particulares podem ser transformados e ajudar a melhorar a precária situação dos habitantes através de projetos sustentáveis de agricultura urbana, baseados em processos de produção orgânica.

Com as hortas comunitárias, pessoas podem trabalhar como agricultores urbanos, o que beneficiará não só eles mesmos, mas também suas famílias. Com isso, a subsistência de muitos pode estar garantida.

O **projeto de agricultura urbana para o Jardim Pantanal** pode ser dar nas seguintes etapas:

- ETAPA 01: Ações de comunicação com os coletivos da Zona Leste que já trabalham com segurança alimentar ou com hortas comunitárias, como: Mulheres do GAU, Cidades Sem Fome, Projeto Verdejando e Casa de Agricultura Ecológica;
- ETAPA 02: Articulação com o Conselho Consultivo da APA Várzea do Tietê, a fim de inserir o projeto de hortas comunitárias nas áreas remanescentes da várzea do Tietê;
- ETAPA 03: Elaboração coletiva dos projetos:
  - Educação Ambiental e Treinamento;
  - Criação das Hortas Comunitárias nas várzeas do Rio Tietê;
  - Cultivo, Comercialização e Gestão;
- ETAPA 04: Treinamento e capacitação com a comunidade;
- ETAPA 05: Criação de Hortas Comunitárias nas várzeas do Tietê.

Figura 52
Mulheres do Gau, coletivo de mulheres de São Miguel Paulista, bairro União Vila Nova, zona leste de São Paulo, que trabalham no Viveiro Escola a partir de referências da permacultura através do plantio, cultivo, colheita e manejo agroflorestal. Elas desenvolvem também produtos alimentícios com base na culinária orgânica (abrangendo também a culinária vegana), servindo cafés e almoços em eventos em diversos locais da cidade e em atividades comunitárias.
Fonte: ciclovivo

O projeto de hortas comunitárias pode ainda se estender para um projeto escolar, a fim de facilitar o acesso dos alunos a alimentos saudáveis, prevenir a desnutrição e a deficiência alimentar de crianças em regiões com vulnerabilidade social, garantindo-lhes boa saúde. O projeto pode envolver estudantes, pais de alunos e professores, e abordar assuntos como alimentação saudável, a relação homem-natureza e o meio ambiente, além de melhorar a situação nutricional de milhares de crianças através da implantação de hortas nas escolas públicas.

▪ DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INTERNET PARA TODO O TERRITÓRIO

A pandemia do coronavírus acentuou as desigualdades na educação e tornou mais comuns, pelo Brasil inteiro, as dificuldades de conectividade. Enquanto redes e alunos com mais estrutura avançaram no ensino remoto, mesmo que com percalços, uma parcela dos alunos e de locais mais carentes não conseguiu se manter conectada e foi perdendo tanto o conteúdo, quanto o entusiasmo pelos estudos (BBC, 2020).

De acordo com a gestão Bruno Covas, 10% dos alunos da rede municipal não haviam feito nem o login na plataforma de ensino à distância, seis meses depois do início da pandemia. Muitos não possuem acesso à internet, outros não possuem equipamentos, e dependem dos celulares dos pais para conseguir se conectar. Nesse tempo, a Prefeitura e o Governo do Estado tomaram algumas providências, como a distribuição de tablets para os alunos ou chips com pacotes de internet, mas ainda há um déficit grande no aprendizado por conta das limitações tecnológicas, sobretudo nos territórios periféricos.

A ampliação do acesso à internet, portanto, é fundamental para reduzir as desigualdades e oferecer condições de educação à distância e de trabalho remoto para as famílias. Medidas que podem ser potencializadas são:

- **Ampliação do programa federal Internet Para Todos**, que permite que a população contrate planos de internet a preços reduzidos através da isenção de impostos às empresas credenciadas;
- **Ampliação dos pontos de internet gratuitos** espalhados pela cidade, não apenas em parques e praças, mas também em ruas locais e equipamentos públicos como escolas, bibliotecas, centros esportivos e Unidades Básicas de Saúde.

▪ AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COM O OBJETIVO PRINCIPAL DE MELHORAR A SEGURANÇA NO TERRITÓRIO

A iluminação pública é outra necessidade importante na melhoria dos espaços públicos, sobretudo das áreas periféricas. Territórios considerados informais, como é parte do Jardim Pantanal, não são totalmente abastecidos por redes oficiais de iluminação pública ou a iluminação não é suficiente, o que faz com que muitas ruas e vielas permaneçam escuras, ampliando a sensação de insegurança, restringindo a circulação das mulheres e possibilitando ocorrências de furtos, assaltos e violência sexual.

Independente da situação fundiária em que se encontram os imóveis, é fundamental que o

território seja abastecido por iluminação pública adequada, que é um direito do munícipe inserido no território urbanizado da cidade. A iluminação precária afeta diretamente o cotidiano da população, prejudicando sua qualidade de vida, o livre exercício do direito de moradia, sua segurança e seu direito de locomoção, especialmente no período noturno.

Embora a chegada da iluminação pública no Jardim Pantanal tenha se dado há mais de 10 anos, ainda existem áreas com abastecimento precário. Para tanto, recomendamos a **instalação de iluminação pública em todas as ruas e espaços públicos, substituindo lâmpadas de mercúrio por lâmpadas de LED, na escala do pedestre, iluminando calçadas e locais com infraestrutura cicloviária.**

Uma das vantagens do LED em relação às lâmpadas de vapor de sódio é a duração de cerca de 12 anos (contra cinco do sódio), o consumo de 50% menos de energia e a melhora notável de iluminação, o que torna os locais mais seguros para caminhar à noite.

Figura 53
Praça iluminada no distrito de Sapopemba, que se tornou o primeiro distrito da cidade totalmente iluminado por LED, em 2016.
Fonte: Agência PT.

▪ IMPLANTAÇÃO DE ECOPONTOS E POSTOS DE COLETA SELETIVA

Os ecopontos e postos de coleta seletiva possuem um papel fundamental no ordenamento do território, eliminando a destinação irregular dos resídos sólidos em áreas públicas, sejam eles oriundos da construção civil ou do lixo doméstico. A destinação de resíduos e locais adequados, integrados à coleta seletiva, podem contribuir para a limpeza urbana e, consecuticamente, eliminar os imapctos do lixo na drenagem e no meio ambiente, entupindo bueiros e poluindo os córregos.

3.3 MOBILIDADE URBANA

O diagnóstico sobre a mobilidade urbana no Jardim Pantanal nos mostrou muitas questões que são comuns à maioria dos territórios periféricos, como: os deslocamentos pendulares e transporte de massa operando na capacidade máxima, sobretudo nos horários de pico; o alto tempo de intervalo entre trens, sobretudo aos finais de semana; o alto tempo de deslocamento casa-trabalho; a baixa oferta de linhas de ônibus; muitos atropelamentos de pedestres e ciclistas; condição precária das calçadas; e a ausência de infraestrutura cicloviária, apesar do grande número de viagens feitas por bicicletas.

Há, contudo, algumas características que se destacam no território, sobretudo a relação da mobilidade com o sistema de drenagem deficiente, que acaba por inviabilizar os reparos recentes no asfalto e se torna um dos maiores desafios para os deslocamentos realizados no Jardim Pantanal. As crianças precisam atravessar trechos alagados para chegar às escolas e motoristas de aplicativos não acessam as áreas ao Norte do território, pela condição precária do asfalto e por insegurança. E a baixa oferta de ônibus exige uma caminhada de até 2 km para se chegar ao ponto mais próximo, conforme relato dos moradores na oficina participativa realizada em janeiro de 2021.

Com base nessa leitura, elencamos as seguintes diretrizes para a mobilidade do Jardim Pantanal, trabalhadas em parceria com o projeto ‘Para Onde Vamos?’, desenvolvido pelo IABsp e pelo Instituto Aromeiazero, com apoio da 99.

SEGURANÇA VIÁRIA

• Reduzir as velocidades regulamentadas para veículos motorizados, particularmente criando áreas de prioridade para modos ativos, com velocidade máxima de 20km/h nas ruas locais;

• Readequar cruzamentos para restringir a velocidade de veículos com a redução de raios de giro, e estreitar a distância para pedestres cruzarem avançando o meio-fio ou delimitando com pinturas e balizadores. A implantação dessa medida deve ser iniciada nos cruzamentos com maiores índices de atropelamentos e com maior fluxo de veículos motorizados. Essas intervenções devem ser implantadas em conjunto com campanhas educativas para explicar a importância dessas alterações de geometria viária;

• Realizar intervenções de acalmamento de tráfego nas proximidades de equipamentos que são destino de crianças, idosos e pessoas com alguma restrição de mobilidade, como escolas, postos de saúde e equipamentos similares. Essas intervenções devem ser implantadas em parceria com as instituições, particularmente com o Instituto Alana e com as escolas locais, contando com a participação de professores e alunos.

Figura 54
Ampliação de calçada nas esquinas.
Fonte: São Paulo Manual de Desenho Urbano e Obras Viárias. 2000. Companhia de Engenharia e Tráfego. p.87

Figura 55
Exemplo de Lombofaixa.
Fonte: Guia Global de Desenho de Ruas. 2016. National Association of City Transportation Officials (NACTO). p.161

• Vias com problemas de segurança, que merecem atenção e devem receber medidas de acalmamento de tráfego: Rua Sol da Meia Noite e Rua Erva do Sereno, por serem trajetos para escolas; Av. Kumaki Aoki; e R. São Gonçalo do Rio das Pedras.

• Implantar sistema de radares nos cruzamentos focando no respeito à semaforização e velocidade. Essa medida deve ser implementada em conjunto com campanha educativa que explica a necessidade de fiscalização para redução de acidentes;

• Alocar agentes de trânsito com bicicletas para atuar sistematicamente no território. A fiscalização viária deve ser ampliada sobretudo em vias que fazem parte do viário arterial e coletor, assim como no entorno de escolas.

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

• Aproximar a CET do território através de ações institucionais da empresa no local, bem como criar campanhas educativas orientadas ao respeito à vida e atenção aos usuários mais vulneráveis e programas de educação de trânsito na infância e adolescência, através de parceria entre a CET e entidades locais, como Instituto Alana e as escolas.

Figura 56
Av. dos Tamoios – Rota Escolar Segura Jd. Bonifácio.
Foto: Viviane Tiezzi, BIGRS São Paulo

CONFIGURAÇÃO DAS VIAS

• Implantação de infraestrutura: guias, sarjetas, calçada, pavimentação, bocas de lobo, etc, com prioridade para as vias arteriais e coletoras;

• Implementação de sinalização horizontal e vertical adequada em vias onde há circulação intensa de pessoas;

• Redesenho da geometria de ruas locais e ruas comerciais para promover o acalmamento de tráfego, priorizando o acesso aos lotes e uso do espaço público em detrimento do fluxo de passagem. Medidas de acalmamento de tráfego incluem:

- Redução de velocidade em ruas locais para 20km/h
- Criar sinuosidade nas vias locais com largura a partir de 5m para controle de velocidade de tráfego na via. A sinuosidade pode ser produzida por: (1) canteiros drenantes- conhecidos como jardins de chuva, que servem para mitigar impacto de chuvas- posicionados de forma alternada nas ruas- ora do lado esquerdo, ora do lado direito; (2) pintura no piso com instalação de balizadores; (3) arborização; (4) mobiliário urbano; entre outros.

• Estreitamento da área de circulação de carros nas esquinas.

• Todo o sistema viário e passeios das áreas inundáveis do Jardim Pantanal precisa ser planejado em conexão com obras de drenagem subterrânea e drenagem superficial. Priorizar o uso de materiais drenantes nas calçadas e leitos carroçáveis, e incorporar soluções como jardins de chuva e canaletas de drenagem.

• Garantir retorno em ruas sem saída para melhorar o acesso de serviço de transporte por aplicativos.

MOBILIDADE PARA PEDESTRES

• Criação de rotas prioritárias a pé entre os principais equipamentos públicos: CEUs, UBS, Parques e Escolas, com infraestrutura de qualidade e manutenção constante;

• Nivelamento, acessibilidade e ampliação das calçadas garantindo ao mínimo 1,2 metros para livre circulação e, quando possível, as três faixas necessárias: faixa livre, faixa de acesso e faixa de serviços, priorizando a acessibilidade e a melhoria da circulação, sobretudo ao longo das vias arteriais, coletoras e onde há a circulação de ônibus.

• Nas vias muito estreitas implementar piso único para uso compartilhado, lote a lote, com prioridade e segurança para o pedestre, redução de tráfego, piso trepidante, balizadores e sinalização adequada.

• Instituir plano de implantação e recuperação de calçadas através de parceria entre as Subprefeituras e a sociedade civil, com responsabilização pública do projeto, execução e manutenção, sobretudo nas áreas de maior circulação de pedestres;

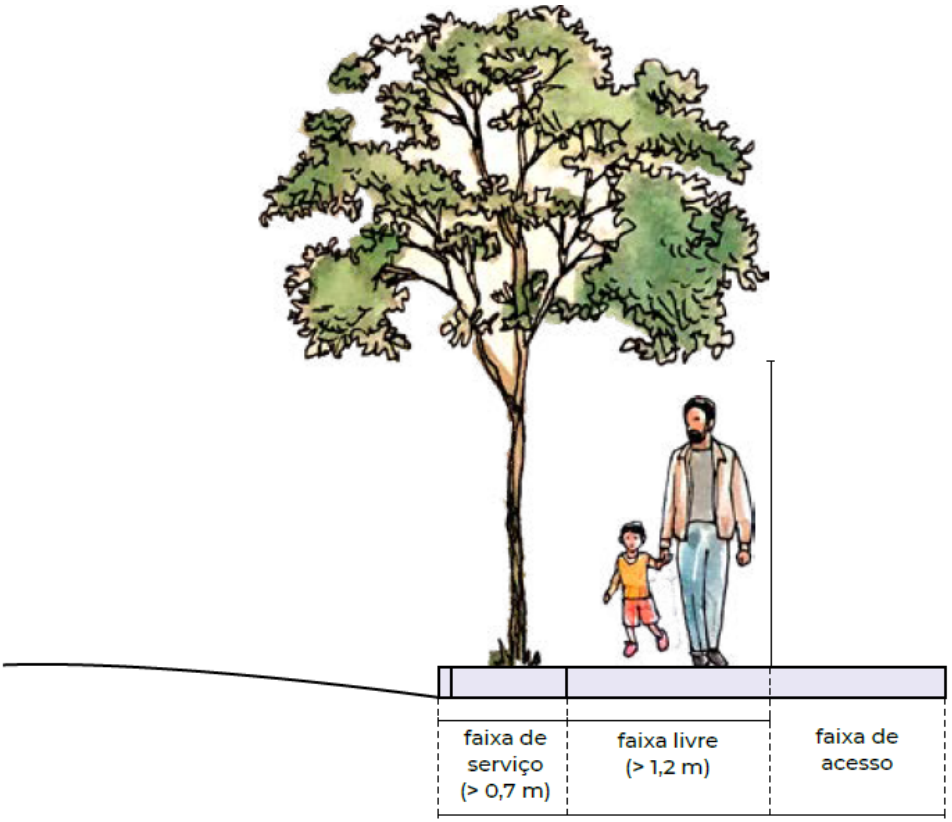


Figura 57
Esquema de divisão de calçada em três faixas. Calçada com as três faixas.
Fonte: São Paulo Manual de Desenho Urbano e Obras Viárias. 2000. Companhia de Engenharia e Tráfego. p.78

• Desenvolvimento de projetos especiais nos acessos das escolas públicas, com ampliação das esquinas, readequação da geometria viária e faixas de pedestres elevadas para transposição em nível;

• Criar programa de caminho escolar, para garantir mais segurança e diminuir a presença de vans e ônibus escolares no bairro;

• Aumentar pontos e tempo semafórico para a travessia para pedestres nas regiões onde há intensa circulação de pessoas;

• Implantar sinalização de legibilidade com distâncias a pé.

Figura 58
Rua Compartilhada em Madri.
Foto: Anni Awuku

ESTÍMULO À MOBILIDADE ATIVA

• Criar rotas seguras de bicicleta, focadas no acesso ao Ensino Fundamental e Médio, para promover a conexão segura com os distritos Vila Curuçá e São Miguel Paulista. As rotas devem ser dotadas de sinalização viária (horizontal e vertical) e medidas de acalmamento de tráfego no percurso para garantir a segurança dos jovens;

• Implantar infraestrutura para circulação de bicicletas conectando o território às estações de trem Jardim Helena/Vila Mara e Itaim Paulista;

• Nas vias locais, sobretudo em áreas inundáveis, o espaço de circulação da bicicleta pode ser compartilhado com os demais modais, desde que haja redução da velocidade veicular e implementação de sinalização horizontal e vertical adequada;

• Pontes exclusivas para modos ativos que devem ser implementadas sobre todos os córregos precisam promover conexões com lotes cujo acesso se dê atualmente sobre os cursos d´água;

• Ampliar os bicicletários junto às estações do transporte de alta capacidade, Jardim Helena - Vila Mara e Itaim Paulista, oferecendo mais vagas e oferecendo horário de funcionamento mais estendido;

• Oferecer bicicletários para os alunos e funcionários junto às instituições de ensino, particularmente do ensino médio, mas também no fundamental e médio.

ÔNIBUS

• Ampliar a oferta de linhas de ônibus, com novas linhas e mais veículos por linha, ampliando as conexões com as estações do transporte de alta capacidade, Jardim Helena- Vila Mara e Itaim Paulista, com as instituições de ensino, do infantil ao médio, e com o centro.

• Utilizar veículos menores, como micro-ônibus ou vans, para que tenham condições de circular nas vias estreitas do território. Para as conexões locais, estações de trem e instituições de ensino, devem ser criadas linhas circulares com frequência alta, particularmente considerando que serão veículos menores, portanto com menor capacidade. O intervalo entre veículos não deve ser superior a quinze minutos.

TRANSPORTE ESCOLAR

• Substituição da frota por micro-ônibus com energia limpa, como ônibus elétrico;

• Criar, junto às escolas, programas de “carona a pé” e “carona de bike” para garantir mais segurança no acesso às escolas e estimular o caminhar e o uso da bicicleta.

VEÍCULO INDIVIDUAL MOTORIZADO

• Destinação de área específica para estacionamento de forma a minimizar a ocupação de ruas e calçadas por automóveis e motos.

04

ARTICULAÇÃO COMUNITÁRIA E SOCIAL E DEFINIÇÃO DE RESPONSABILIDADES

articulação comunitária e social e definição de responsabilidades

Sabemos da importância da elaboração de planos e projetos para a transformação urbana, mas sabemos também que eles por si só não alcançam resultados sem um forte trabalho de comunicação, engajamento da sociedade e incidência política sobre os atores que comandam os processos decisórios na política pública. São ações que podem ser impulsionadas paralelamente, a fim de mobilizar toda a estrutura social na busca das melhorias necessárias.

4.1 ENGAJANDO A SOCIEDADE PELA COMUNICAÇÃO

▪ SUBSIDIAR A CRIAÇÃO DE UM NÚCLEO DE COMUNICADORES, REUNINDO CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS, COM O OBJETIVO DE FORMAR UMA AMPLA REDE DE COMUNICAÇÃO NO BAIRRO

O objetivo da criação de uma Rede de Comunicação é integrar e potencializar as atividades que já foram realizadas ou que estão em andamento, como a ação realizada com o Comunicadores da Várzea, vinculado ao cursinho Mulp, a parceria com a 2pcom e a Fundação Tide Setubal, de disparos de mensagens sobre cuidados com a Covid-19 e outros assuntos; as articulações iniciadas com a Fundação Tide Setubal (FTAS), Colégios Marista da região e com o grupo Periferia em Movimento para articular um grupo de jovens comunicadores da ZL; bem como a parceria com o coletivo Influxo para realização de registros para material audiovisual.

Ações podem ser trabalhadas em parceria com as propostas de melhorias para o bairro, a fim de engajar a comunidade nas transformações emergenciais e estruturais.

A atuação do Núcleo de Comunicação pode abranger todos os educadores da Rede Municipal de Ensino. Uma parceria entre o Núcleo de Comunicação e as escolas do Jardim Pantanal pode desenvolver propostas de formação para educadores e produção de material de apoio didático em diferentes suportes com vista ao atendimento da demanda de projetos vinculados às necessidades de transformações do território.

▪ CRIAÇÃO DE UMA RÁDIO COMUNITÁRIA LOCAL

Uma rádio comunitária local pode trazer inúmeros benefícios para os moradores, como trazer informações sobre a disponibilização das vacinas do coronavírus e sobre os atendimentos nas redes de saúde e educação. Pode ainda trazer dicas de saúde, programas sobre educação, cultura e justiça social, acelerar campanhas para arrecadar doações e mobilizar a população para as transformações do bairro. Uma referência a ser seguida é a Rádio Nuar, projeto que mantém moradores do bairro homônimo Jardim Pantanal informados sobre o coronavírus, uma iniciativa da ONG Nova União da Arte.

4.2 INTEGRANDO A POPULAÇÃO AOS CANAIS INSTITUCIONAIS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

▪ FORMAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DA ZEIS 1 DO JD. PANTANAL, COM A PARTICIPAÇÃO DE MORADORES, PARA GARANTIR MELHORIAS HABITACIONAIS SEM EXCLUSÃO DA POPULAÇÃO LOCAL.

O Plano Diretor de São Paulo (Lei nº 16.050 de 2014) determina que nas Zonas Especiais de Interesse Social, ZEIS 1 e 3, quando habitadas por população de baixa renda, poderão ser constituídos Conselhos Gestores, compostos por representantes dos moradores, do Executivo e da sociedade civil organizada, para participar da formulação e implementação das intervenções a serem realizadas em suas áreas.

Moradores das áreas já ocupadas poderão solicitar ao Executivo a criação de Conselhos Gestores, desde que tenha a anuência de ao menos 20% dos moradores da área da respectiva ZEIS.

A formação do Conselho Gestor da ZEIS do Jardim Pantanal poderá atuar ativamente junto ao poder público nas decisões sobre as transformações do território, garantindo a inclusão de melhorias que atendam os direitos, interesses e desejos de toda a população.

Para garantir participação popular no processo de promoção de Habitação de Interesse Social em ZEIS, deverão ser constituídos Conselhos Gestores nas ZEIS 1 e 3, quando habitadas por população de baixa renda.

Os Conselhos Gestores participarão da formulação, aprovação e implementação dos Planos de Urbanização ou Projetos de Intervenção a serem realizados em suas áreas:

Figura 59
Fonte: Gestão Urbana, PMSP.

PLANOS DE URBANIZAÇÃO (para ZEIS 1)

- Análise sobre o contexto da área
- Cadastramento dos moradores
- Diretrizes, índices e parâmetros urbanísticos para o parcelamento, uso e ocupação do solo e instalação de infraestrutura
- Projetos das intervenções urbanísticas necessárias à recuperação física da área, bem como seu dimensionamento financeiro
- Soluções para a regularização fundiária dos assentamentos e cortiços
- Soluções e instrumentos para viabilizar a geração de emprego e renda
- Critérios e procedimentos para o remembramento de lotes
- Formas de participação popular na implementação do plano de urbanização
- Formas de integração entre políticas públicas
- Estimativas de custo e fontes de recursos
- Plano de ação social e de pós-ocupação

Figura 60
Fonte: Gestão Urbana, PMSP.

▪ ARTICULAÇÃO COM O CONSELHO CONSULTIVO DA APA VÁRZEA DO TIETÊ, PARA INSERÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL NO DEBATE SOBRE AS INTERVENÇÕES NO TERRITÓRIO.

O Conselho Consultivo da APA Várzea do Tietê (CC APAVRT) é uma instância consultiva que atua sobre as áreas da várzea Tietê, tendo poderes decisórios sobre as transformações do território. O conhecimento sobre as deliberações do Conselho bem como a formulação de parcerias entre entidades sociais que atuam sobre o mesmo local é fundamental para articular o planejamento, sobretudo considerando que muitas das diretrizes pensadas para este Plano envolvem a várzea do Tietê e precisam ser estruturadas de forma sistêmica.

4.3 DEFININDO RESPONSABILIDADES

QUEM FAZ O QUÊ? A QUEM DEVEMOS RECORRER PARA SOLICITAR MELHORIAS E MUDANÇAS NO JARDIM PANTANAL?

Elencamos aqui os principais atores relacionados a cada um dos temas apresentados neste relatório, a fim de direcionar um planejamento de incidência política e de mobilização popular para a efetivação das propostas aqui apresentadas.

• **Medidas Emergenciais:** Sociedade civil, Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB), Centro de Integração da Cidadania (CIC).

• **Drenagem:** Governo estadual, DEER, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), Secretaria Municipal de Licenciamento (SMUL), Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURB), Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB).

• **Projetos Várzea do Tietê:** Governo estadual, Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

• **Projeto Hortas Comunitárias:** Sociedade Civil Organizada, Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

• **Projetos de Mobilidade e Espaço Público:** ONGs locais, Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), Secretaria Municipal de Licenciamento (SMUL), Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes (SMT), Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURB), Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), São Paulo Transporte (SPTrans), Departamento de Iluminação Pública (ILUME), Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB).

• **Articulação comunitária:** Sociedade civil organizada, Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) e Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

considerações finais

Diante dos eventos e fatos políticos, econômicos e sociais, e da pandemia de Covid-19, torna-se necessário e importante engendrar ações para fortalecer a rede de serviços públicos e os sujeitos institucionais que atuam no território, em consonância com os princípios de Sustentabilidade Social, Economia Verde e Economia Criativa.

Assim, o eixo estruturante e norteador das ações adentra pelos princípios da urbanização e torna-se imprescindível seu entrelaçamento e aporte com as áreas de assistência social, saúde, geração de emprego e renda.

Deve-se, portanto, integrar e apoiar as ações dos órgãos públicos com intuito de ampliar, fortalecer e garantir o atendimento aos moradores.

Na área de geração de emprego e renda, é crucial buscar ações formativas junto às diferentes instituições como o Centro Integrado da Cidadania (CIC) que promove, certifica e insere no mercado de trabalho cursos de qualificação profissional para adultos e jovens, seja para pequenos negócios como barbearias, cuidadores de idosos, etc.

Na área da assistência social, ampliar as ações para além dos programas redistributivos, buscando garantir também os programas de proteção às mulheres, crianças e idosos em situação de risco e vulnerabilidade social.

Ademais, como é sabido pela atuação no território e também pela literatura produzida, o Perímetro de Interesse é segregado em razão das características alagáveis do solo e da barreira natural do Rio Tietê. Inserido no distrito do Jardim Helena, cuja população é de cerca de 135 mil pessoas, moram pouco mais de 40 mil pessoas no território, localizado às margens do Rio Tietê, com solo composto de terra mole, compressível e pontos suscetíveis a alagamentos com área de massa d`água e áreas inundáveis. Por conseguinte, o risco de alagamento dificulta a disposição de equipamentos e serviços públicos, fazendo com que haja poucos equipamentos e pouca oferta de serviços públicos aos moradores. A maioria das moradias é precária e a população, vulnerável. Uma das principais demandas é por equipamentos de creche e educação infantil, para garantir que as crianças nessas faixas etárias estudem próximas ao domicílio.

O acesso e a mobilidade constituem um dos pontos centrais para as ações no Jardim Pantanal, que precisam contemplar medidas de segurança e conforto do espaço público, onde se possa criar uma cidade mais gentil e acolhedora para pedestres e ciclistas. As obras de drenagem e mitigação dos pontos de alagamento estão atreladas somente à execução dos projetos de urbanização e instalação

do Parque Várzeas do Tietê, entretanto, é possível e urgente que sejam implementadas intervenções de drenagem superficial, como a instalação de canteiros drenantes e jardins de chuva, bem como a implantação de pavimentação drenante para uso compartilhado entre pedestres, ciclistas e automóveis, entre outras medidas alternativas às obras de drenagem subterrâneas, que possam dar maior celeridade ao enfrentamento dos alagamentos cotidianos.

Esperamos que as diretrizes reunidas no **Plano emergencial e propostas iniciais para o Plano de Bairro do Jardim Pantanal** possam dar novo ânimo à sociedade civil organizada e aos gestores públicos a enfrentar os desafios existentes e implementar ações eficazes para a transformação no territórios, que não são apenas desejáveis e necessárias, mas urgentes.

Nosso objetivo é trabalhar na incidência política para implementação das ações emergenciais e estruturais colocadas nesse Plano, bem como dar corpo ao processo partitipativo já iniciado com a comunidade. Objetiva-se aprofundar as propostas aqui apresentadas em um Plano de Bairro detalhado, a partir da identificação de diferentes demandas urbanas, sociais e ambientais do território, através de metodologias participativas que garantam a colaboração de todas as esferas da sociedade.

REFERÊNCIAS

referências

SITES CONSULTADOS:

www.alana.org.br/
www.cidadessemfome.org
www.daee.sp.gov.br
www.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/
www.iabsp.org.br/para-onde-vamos/
www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/verdeazuldigital/
www.seade.gov.br
www.oxfam.org.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável.** Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156p.

GONDIM, Joaquim. **Águas e planejamento urbano nas grandes metrópoles.** Superintendente de Usos Múltiplos, São Paulo, 2008.

HABITASAMPA. **Plano Municipal de Habitação.** Disponível em <http://www.habitasampa.inf.br/theke/documentos/pmh/pmh_versao_outubro_2011_pdf/PMH_outubro_2011.pdf>

Histórico da AMZOL. Blog Mulheres e TIC's. Disponível em <www.mulheres-tics.blogspot.com>

IABsp e APEOESP. **Manual Técnico para Escolas Saudáveis.** São Paulo, 2020. 40p. Disponível em <https://www.iabsp.org.br/manual-tecnico-para-escolas-saudaveis/>

IABsp e Aromeiazero. **Para Onde Vamos? Por uma Agenda de mobilidade nas periferias de São Paulo.** 2021.

IABsp e Instituto Alana. **Estratégias para elaboração de um Plano de Adaptação para o Jardim Pantanal no contexto da Pandemia da Covid-19.** Diagnóstico Preliminar. São Paulo, 2020.

Instituto Alana, Criança e Natureza. **Planejando a reabertura das escolas.** São Paulo, 2020.

INSTITUTO PÓLIS. **Diagnóstico Preliminar à Regularização Fundiária em área no Jardim Pantanal** (Contrato de consultoria técnica ao Instituto Alana). São Paulo, 2019. 86p.

IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo. **Guia metodológico para a implementação de infraestrutura verde.** São Paulo, IPT – FIPT, 2020.

JESUS, Lígia Pinheiro de. **Políticas públicas na várzea leste do rio Tietê: a sobreposição de ações institucionais no planejamento territorial.** Tese de doutorado apresentada ao departamento de geografia da FFLCH USP, São Paulo, 2019.

Monitoramento da Atuação do Poder Público no contexto da Pandemia da Covid-19 a Partir das Vivências de Grupos e Comunidades. Habitat para a Humanidade Brasil, 2020. 21p. Disponível em <https://habitatbrasil.org.br/panorama-covid-periferias/>

PAIVA, Isadora. **Praça Alagável: Anteprojeto de reestruturação da Praça das Flores com técnicas de drenagem.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo)- Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

Plano de resposta à COVID-19 do ONU-Habitat. Nairóbi: ONU-Habitat. Abril, 2020. 16p. Disponível em <https://unhabitat.org/un-habitat-covid-19-response-plan>

PMSP. **Manual de Desenho Urbano.** São Paulo, 2020.

Prefeitura de São Paulo. **Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).** Disponível em <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/atencao_basica/index.php?p=204204>

Prefeitura de São Paulo. **Sampa+Rural.** Disponível em https://sampamaisrural.prefeitura.sp.gov.br/dados

Relatório de Avaliação Intermerdiária "Programa Várzeas do Tietê" (Consult.: Antônio Carlos Tatit Holtz). São Paulo: 2015.

SÃO PAULO (ESTADO). **Resumo Executivo – Plano de Manejo da APA Várzea do Rio Tietê.** São Paulo: Fundação Florestal, 2013.

SILVA, Danielle Caroline. **Parque da Cidade, parque linear em área inundável de Rio Negrinho, SC.** UNERJ, 2011.

TASCHNER, Suzana P.; BOGUS, Lucia M.M. **São Paulo: o caleidoscópio urbano.** Revista São Paulo em Perspectiva [online]. Vol.15, n.1. São Paulo: SEADE, 2001. p.31-44.

SILVA, Amanda Sousa da. **Jardim Pantanal: atores e interesses, desalento e esperança** (dissertação de mestrado). São Paulo: EACH-USP, 2016. 113p.

ZL Vórtice. **Urbanização, Recuperação Ambiental e Inovação Tecnológica na Várzea do Tietê.** Sâo Paulo, 2020.

WRI Brasil. Proposta de Intervenção para o Jd. Pantanal- Pacto Cidades Justas. São Paulo, 2020.

REPORTAGENS CONSULTADAS:

https:// globoplay.globo.com/v/8707686/

https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/08/06/Os-dados-do-desemprego-e-a-fragilidade-do-trabalho-informal

https://www.cut.org.br/noticias/40-dos-trabalhadores-informais-perderam-o-emprego-durante-a-pandemia-b6af

https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/11/23/com-restricoes-da-pandemia-aumento-da-violencia-contra-a-mulher-e-fenomeno-mundial.ghtml

https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/01/12/violencia-contra-a-mulher-sp.htm

https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52375292

https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/2021/01/doria-hospitais-periferia-covid/

https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/02/10/prefeitura-de-sao-paulo-usou-apenas-48percent-da-verba-para-prevencao-de-enchentes.ghtml

https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/11/prefeitura-de-sao-paulo-gasta-so-64-da-verba-de-combate-a-enchentes.shtml?origin=folha

https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54380828

https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/10/14/sp-professores-e-alunos-da-rede-estadual-receberao-chips-com-internet.htm

https://agenciabrasil.ebc.com.br/pesquisa-e-inovacao/noticia/2018-02/sao-paulo-adere-ao-programa-internet-para-todos-para-ampliar

https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2812200802.htm

https://pt.org.br/iluminacao-por-led-muda-cotidiano-de-moradores-da-periferia-de-sp/

https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/09/iluminacao-de-led-na-periferia-mudou-cotidiano-das-pessoas-nos-bairros-6688/

ANEXOS

RELATÓRIO OFICINA 01

INTRODUÇÃO

A primeira oficina referente ao Plano emergencial e propostas iniciais para o Plano de Bairro do Jardim Pantanal, para apresentar os resultados do Diagnóstico Preliminar, ocorreu no dia 23 de novembro, das 14h até 17h, no Espaço Alana, localizado no Jardim Pantanal. Os trabalhos se estenderam por mais uma hora do previsto. Os participantes participaram de maneira presencial e remota por meio de link no Google Meet.

O Departamento de Comunicação do Instituto Alana buscou interlocução com o público-alvo por meio do convite com antecedência, conforme imagem ao lado

Participaram da 1ª Oficina 29 pessoas, sendo 8 pessoas presenciais e outras 21 online. Contou-se com a presença dos representantes do Instituto Alana, Leila Vendrametto, e do IABsp, Fernando Túlio Salva Rocha Franco. De forma majoritária, estavam os moradores do bairro, as lideranças e os integrantes da Banda Alana, também os funcionários do Instituto Alana, e técnicos dos institutos parceiros.

Figura 01
Convite enviado aos participantes
Design: Oyá Estúdio Criativo

PARTICIPANTES PRESENCIAIS
Luiz Henrique Nickel (Urbanizar)
Marcelo Vieira (Analista de Sistema, Alana)
Maria da Penha Silva Gomes (IABsp)
Maria da Conceição C. Carmo (Moradora)
Arlete Pescarolo (Moradora)
Reginaldo Pereira dos Santos (AMOJAP)
Fábio Almeida (AMOJAP e EA)
Vivian Samara S. B. Vieira (Moradora)
Maitê Lopes Bessa (Fotógrafa, IABsp)

PARTICIPANTES VIRTUAIS
Isabela Minelli D'Andréa (Urbanizar)
Leila Vendrametto (Urbanizar)
Fernando Túlio (IABsp)
Tatiane (AMOJAP)
Karina de Souza (IABsp)
Simone Gatti (IABsp)
Cadu Ronca (Aromeiazero)
Letícia Lemos (IABsp e mobilidade)
Renan Aleixo (Banda Alana)
Angélica Santos (Banda Alana)
Edilene (Espaço Alana)
Robson Bó (Arte e Cultura na Kebrada)
Jéssica Cat
Marcelo Ribeiro (Tide Setúbal)
Renata Cirilo (aromeiazero)
Maria Eduarda (filha Edi e jovem estudante do Virgílio)
Cris Linhares (Banda Alana)
Priscila Barros Vilela (Banda Alana)
Davi Cardoso (Banda Alana)
Andreia (AMOJAP e Amocideus)
Vagner Fernandes (MULP)
Robson (Banda Alana)
Manulo (ACK)

Figura 02
Participantes presenciais
Foto: Maitê Lopes, IABsp.

A maioria dos participantes disse morar no bairro há 30 anos, aproximadamente. E ao responderem como estavam chegando, majoritariamente disseram ter “esperança” e “expectativas”.

A apresentação foi realizada pelas consultoras do IABsp, Maria da Penha e Letícia, respectivamente. Ao final, Cadu Ronca, representante do Instituto Aromeiazero, também realizou uma apresentação.

Os participantes foram introduzidos ao objetivo do encontro: apresentar os resultados do Diagnóstico Preliminar para dois projetos, o Plano emergencial e propostas iniciais para o Plano de Bairro do Jardim Pantanal e a Agenda de Mobilidade[1], e situados quando aos objetivos específicos:

I. Apresentação do Diagnóstico;
II. Escolhas dos temas para diálogo na Roda de Conversa;
III. Roda de Conversa;
IV. Encaminhamentos.

A ESCOLHA DOS TEMAS PARA DIÁLOGO

Os temas submetidos à indicação os participantes foram previamente selecionados pelos Técnicos dos Institutos, sendo:

1. Infraestrutura – Meio Ambiente – Mobilidade;
2. Saúde;
3. Educação;
4. Cultura – Lazer e Esporte.

Dois métodos foram utilizados para captar as respostas:

MÉTODO PARA CAPTAR RESPOSTAS DOS PARTICIPANTES PRESENCIAIS

Os temas citados foram dispostos em folhas de flip-chart e distribuídos na sala. Os participantes receberam adesivos de bolinhas- sendo vermelha corresponde aos temas mais urgentes e azul aos temas com menor prioridade para indicar a relevância ao diálogo do dia.

Seguindo os procedimentos e protocolos da COVID-19, os participantes realizaram a tarefa de forma individual e sem aproximação.

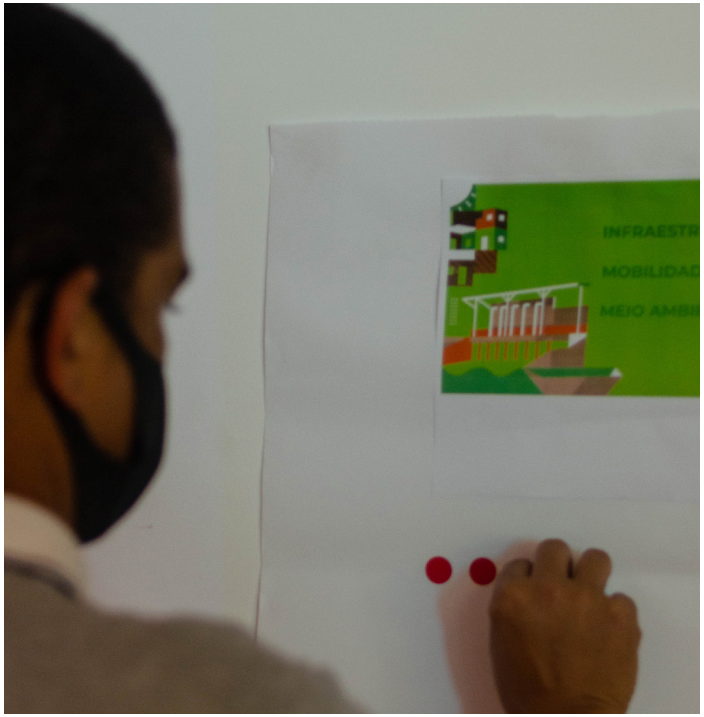


Figura 03
Captando respostas
Foto: Maitê Lopes, IABsp.

1 Projeto Para Onde Vamos? Por uma agenda de mobilidade nas periferias de SP. Uma parceria entre o IABsp, o Instituto Aromeiazero e a 99. (iabsp.org.br/para-onde-vamos)

MÉTODO PARA CAPTAR RESPOSTAS DOS PARTICIPANTES REMOTOS

Elaboramos um formulário online para captação das respostas, contendo as mesmas indicações que o painel de flip-chart. A equipe remota distribuiu o link aos participantes e onze deles responderam.

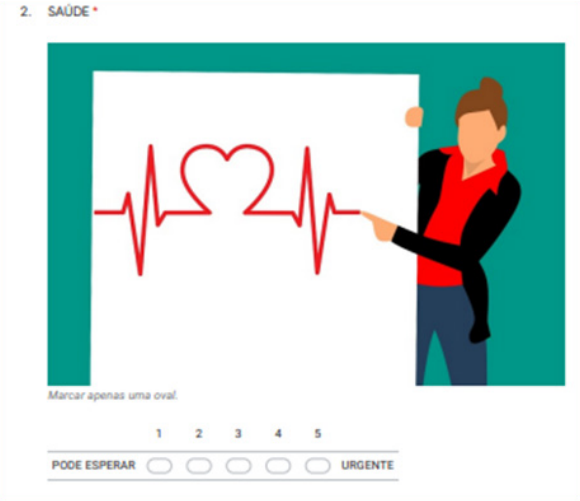
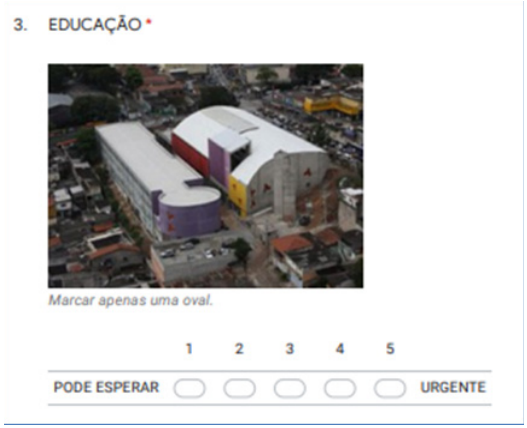


Figura 04
Captando respostas - Formulário Online
Elaboração: Equipe IABsp, 2020.



MODERAÇÃO DOS TEMAS

As respostas foram consolidadas. Em razão do tempo, a moderação abarcou os dois temas mais votados, a saber: (1º) Infraestrutura – Meio Ambiente e Mobilidade e (2º) Saúde. Os temas (3º) Educação e (4º) Cultura, Lazer e Esportes que foram debatidos na segunda oficina, realizada em 20 de janeiro de 2021.

Figura 05
Moderação
Foto: Maitê Lopes, IABsp.

INFRAESTRUTURA, MOBILIDADE E MEIO AMBIENTE

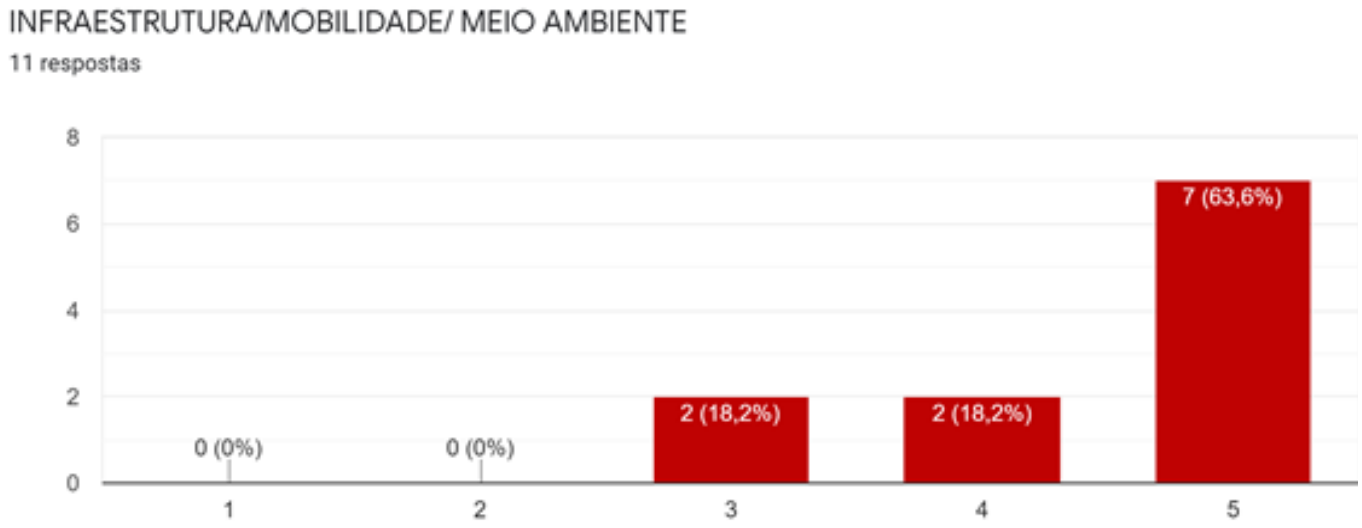


Gráfico 01
Indicação do público remoto.
Elaboração: Equipe IABsp, 2020.

INFRAESTRUTURA/ MOBILIDADE/ MEIO AMBIENTE

PÚBLICO	URGENTE	PRORROGÁVEL
PRESENCIAL	06	01
REMOTO	05	04
TOTAL	11	05

Tabela 01
Quadro síntese do tema Infraestrutura/Mobilidade/Meio Ambiente
Elaboração: Equipe IABsp, 2020.

Esse tema foi apontado como um dos mais relevantes ao diálogo. Após apresentarmos os resultados do Diagnóstico os moradores acrescentaram os seguintes temas:

1. Economia Criativa
2. Instalação de Ecoponto no Jardim Pantanal;
3. Retirada de entulhos das vias de acessos para facilitar a mobilidade;
4. Melhorar os pontos de calçadas para circulação de cadeirantes;
5. Melhorias nas ruas esburacadas;
6. Inclusão do tema enchente (drenagem);
7. Esgotos a céu aberto;
8. Liberação de viários para acesso de ambulâncias;
9. Falta de água.

RESUMO DO DIÁLOGO

Entre os mais de 25 participantes há consenso quanto às diretrizes abaixo:

- Estimular a conscientização dos moradores, por meio de educação socioambiental, para ações coletivas a fim de melhorar o meio ambiente de forma participativa e protagonista;
- Despertar o comprometimento e engajamento no monitoramento da área com base no cotidiano dos moradores;
- Território educador para o bem-viver articulado com as escolas e interagindo com o coletivo, cujo norteador sejam diretrizes em direitos humanos.

COMENTÁRIOS DOS PARTICIPANTES

[...] necessidade de conscientização, da consciência de cuidado. Muitos moradores agem muito em benefício próprio, jogam o esgoto onde é melhor pra eles, aterram alguns córregos onde é melhor pra eles, sem considerar a ideia de comunidade, com muitas situações individualistas. É preciso ampliar a ideia de comunidade, porque não adianta ter melhorias, sem que os moradores participem dessa mobilização, desse cuidado posterior.

[...] a população local precisa (grifo nosso) entender que a mudança acontece aos poucos, primeiro numa parte, que pode não ser a rua daquele morador, mas que se a experiência der certo e for cuidado, depois pode ser na rua dele, e aí moradores de outras ruas também vão ajudar.

[...] acesso de ambulâncias a áreas mais afastadas do bairro

[...] a questão dos resíduos nas margens do rio (pontos viciados) é importante dialogar. Não é só obra, mas projetos de meio ambiente e de educação ambiental. As ações têm que ser articuladas. [...]

Figura 06
Elencando temas
Foto: Maitê Lopes, IABsp.

SAÚDE

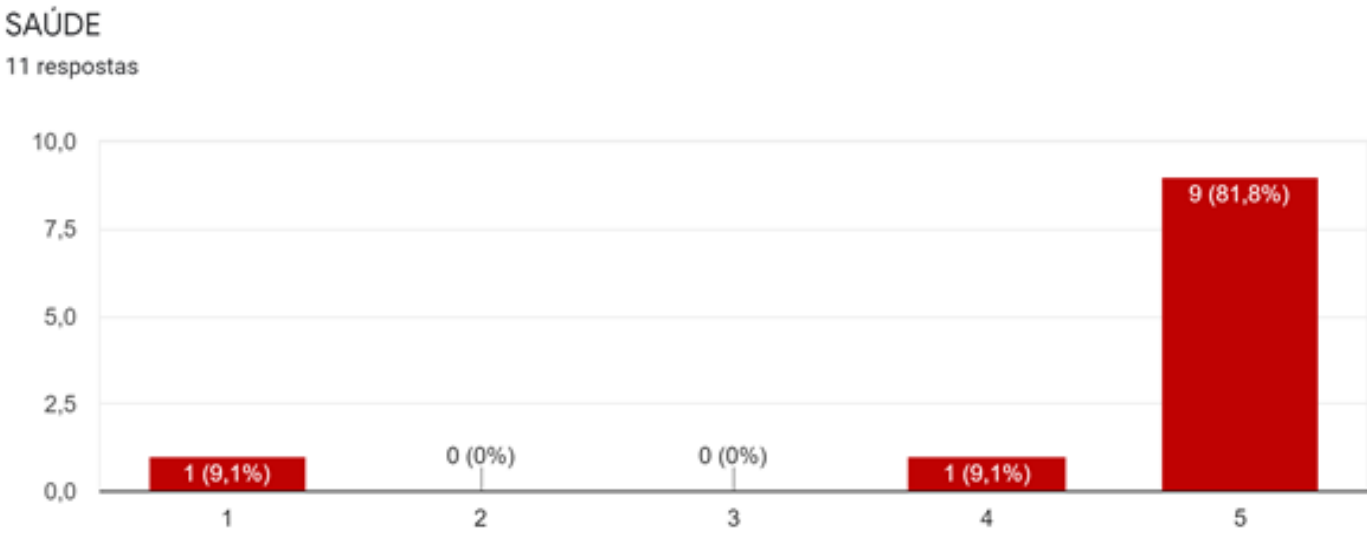


Gráfico 02
Indicação do público remoto.
Elaboração: Equipe IABsp,2020.

SAÚDE

PÚBLICO	URGENTE	PRORROGÁVEL
PRESENCIAL	05	02
REMOTO	09	02
TOTAL	14	04

Tabela 02
Quadro síntese do tema Saúde
Elaboração: Equipe IABsp, 2020.

Igualmente ao anterior, esse tema foi indicado como um dos mais relevantes ao diálogo. Os moradores acrescentaram as proposições a seguir:

1. Desadensamento do viário para facilitar o acesso de ambulâncias;
2. Implementar uma UBS Móvel;
3. Implementar um equipamento de CAPS (Centro de Atendimento Psicossocial)- é necessário ampliar o atendimento porque vem aumentando significativamente o número de pessoas em uso de substâncias psicoativas (álcool e drogas) e com transtornos mentais, especialmente durante a pandemia;
4. Ampliar as equipes e médicos especializados, principalmente:
    a. Ginecologia, para atendimento à todas as mulheres e não somente às grávidas;
    b. Pediatria, ortopedia e outros;
5. Ampliar o número de Agentes Comunitários (ACS) dentro das Equipes da Estratégia Saúde da Famílias (antigo PSF);
6. Atendimento em domicílio a pacientes com câncer e outras doenças que impedem a mobilidade e/ou deslocamento até às unidades de saúde;
7. Acesso aos testes da COVID-19 para todos os moradores indistintamente. Somente os idosos com 60 anos e mais foram testados;
8. A água não tem boa qualidade, nos últimos meses há adultos e crianças com diarreia. Sendo frequente em crianças que brincam nos córregos e esgotos a céu aberto, precisa investigar essa prática;
9. Alimentação, embora o Alana tenha fornecido 42 mil cestas básicas contendo itens de alimentação, higiene e limpeza, ainda há pessoas com escassez de alimentos. O Intituto Alana, em parceria com a Natura, realizou ainda a distribuição de 16 mil sabonetes e 1 mil frascos de álcool em gel a várias instituições.

RESUMO DO DIÁLOGO

Os temas apontados pelo grupo estão relacionados à infraestrutura, mobilidade, saneamento básico, meio ambiente, alimentação saudável e lazer para crianças. É imprescindível ampliar o número de profissionais (médicos e ACS) para garantir o atendimento aos moradores – devendo ter uma atenção para todas as mulheres e crianças. Do mesmo modo, é preciso garantir o atendimento das Equipes do PSF às pessoas com doenças graves.

Figura 06
Moradores na oficina presencial
Foto: Maitê Lopes, IABsp.

EDUCAÇÃO

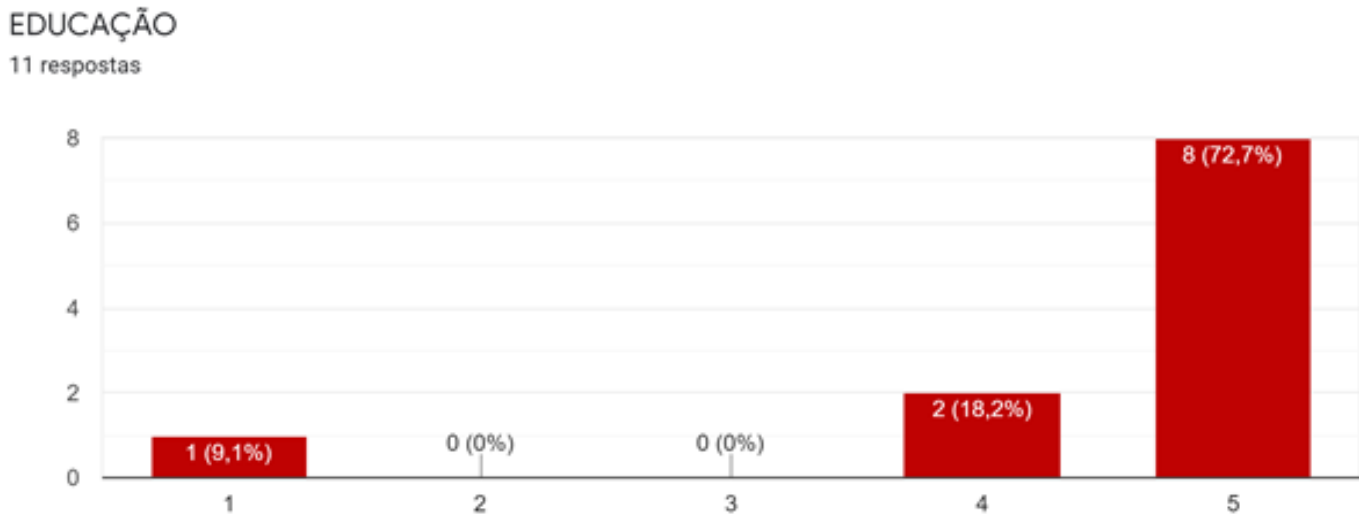


Gráfico 03
Indicação do público remoto.
Elaboração: Equipe IABsp, 2020.

EDUCAÇÃO

PÚBLICO	URGENTE	PRORROGÁVEL
PRESENCIAL	04	03
REMOTO	10	01
TOTAL	14	04

Tabela 03
Quadro síntese do tema Educação
Elaboração: Equipe IABsp, 2020.

O tema educação foi o segundo tema mais votado, entretanto, em razão do tempo o tema não foi debatido, conforme acordado com o público participante. Cabe destacar que este tema pode ser o eixo norteador das ações no território uma vez que os espaços públicos são demarcados e ocupados pela arte e cultura.

COMENTÁRIOS DOS PARTICIPANTES

[...] foi muito importante para ele ter participado da oficina, porque na escola também iniciaram um processo de investigação com mais profundidade para conhecer o território, que infelizmente foi interrompido pela pandemia, mas que esperam retomar no ano que vem. Enfatizou também a importância deste tipo de iniciativa, que envolve as lideranças do território e a importância dessa discussão envolver a educação e que as escolas talvez sejam o principal equipamento público, por serem espaços de conhecimento do espaço e dos direitos.

[...] o trabalho do Alana visa justamente essa ação educativa. A fala do Edilson faz todo o sentido pensando nessa articulação com as escolas, que é essencial. Como a gente consegue transformar a cidade e tornar os espaços educadores.

CULTURA, LAZER E ESPORTES

Assim como no item anterior, tema não foi debatido, conforme acordado com o público participante. Novamente, pontuamos que este tema pode ser o eixo norteador das ações no território uma vez que os espaços públicos são demarcados e ocupados pela arte e cultura.

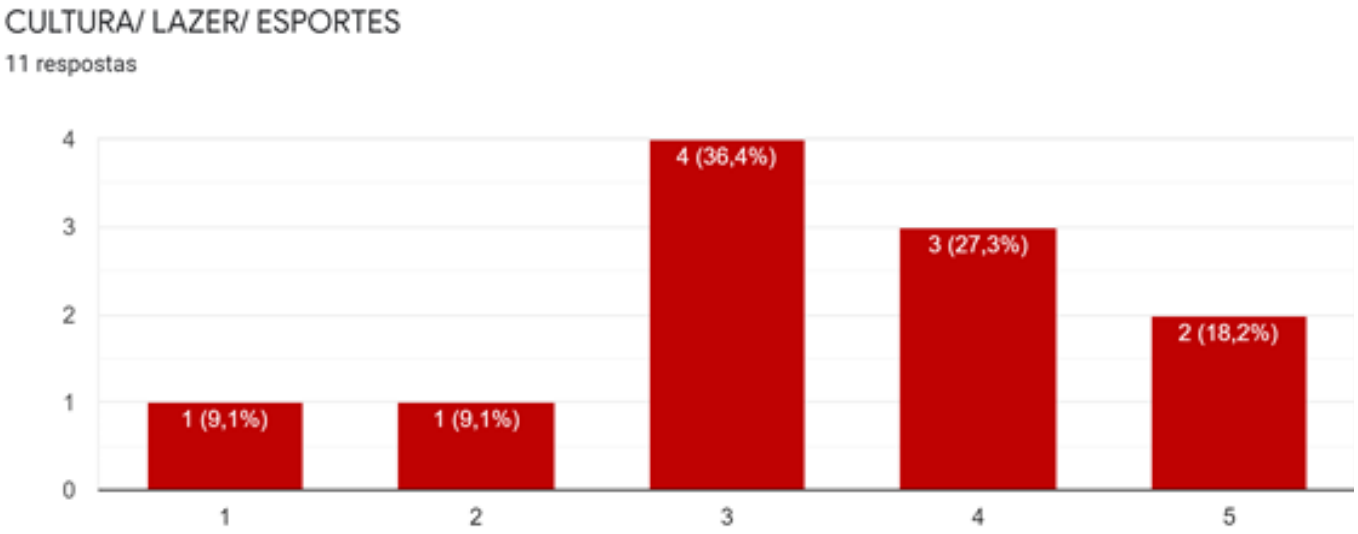


Gráfico 04
Indicação do público remoto.
Elaboração: Equipe IABsp, 2020.

CULTURA, LAZER E ESPORTES

PÚBLICO	URGENTE	PRORROGÁVEL
PRESENCIAL	03	04
REMOTO	09	02
TOTAL	12	06

Tabela 04
Quadro síntese do tema Cultura, Lazer e Esportes
Elaboração: Equipe IABsp, 2020.

CONSIDERAÇÕES

A maioria dos participantes reside no bairro há mais de 30 anos. Esse fato traz à luz importantes indicadores (i) pertencimento e identidade com a região; (ii) intelectualidade orgânica oriunda do processo de luta pelos Direitos Sociais Básicos e Redemocratização do país; (iii) conhecimento amplo do território quanto ao uso e ocupação do solo, no tocante à infraestrutura, meio ambiente, mobilidade, processos socioeconômicos e diversidade e práticas culturais da região. Esses fatores promovem fluidez aos debates, facilitando o processo da oficina, que mostrou atender às expectativas da equipe e dos moradores.

Os quatro temas apresentados foram apontados como importantes e os temas escolhidos (Infraestrutura, Mobilidade e Meio Ambiente; e Saúde) foram debatidos com críticas da situação atual e apontadas soluções para a maioria deles. As fragilidades apontadas requerem ações intersetoriais, tanto da gestão pública, como de instituições parceiras. Há ações que podem ser solucionadas em curto e médio prazo, como: retirada de entulhos das vias de acesso para facilitar a mobilidade, melhoria nos pontos de calçadas para circulação de cadeirantes, melhorias nas ruas esburacadas, falta d´água.

A respeito da economia criativa, sugerimos articulação com o Centro de Integração à Cidadania (CIC) e outras instituições de fomento ao empreendedorismo e qualificação de mão de obra. Sobre esgotos a céu aberto e obras de drenagem, entretanto, a demanda exige projetos de grande porte e articulação com outros órgãos públicos.

O tema saúde foi vetor de relatos importantes, como os pacientes sem visitação da Equipe Saúde da Família (PSF), à falta de especialistas e o aumento do número de pessoas que demandam atendimento para a saúde mental. Na interrelação entre saúde e saneamento, é essencial que seja feita uma análise imediata, devido aos casos de diarreia relatados pela população, além de garantir o acesso à água encanada na torneira.

As ruas e vielas que conectam o bairro são limpas, o acúmulo de lixo ocorre em pontos viciados próximos às margens do córrego. Esses espaços constituem áreas de lazer e pertencimento dos moradores, há painéis de grafite nesses espaços, junto a plantas e flores, assemelham-se com pequenas praças. Durante a oficina, os temas meio ambiente, educação e direitos humanos perpassam a discussão, portanto, convém adotá-los como eixo formativos nos projetos, ações e dos Institutos.

RELATÓRIO OFICINA 02

APRESENTAÇÃO

A segunda oficina referente ao Plano emergencial e propostas iniciais para o Plano de Bairro do Jardim Pantanal, ocorreu de forma remota, no dia 20 de janeiro, das 14h até 17h. Foram apresentados os resultados da primeira oficina e algumas propostas para a Agenda de Mobilidade[1], buscando a opinião dos participantes acerca dos temas. Participaram 18 pessoas, sendo 11 moradores e 7 profissionais da Equipe do Instituto Alana e do IABsp. Novamente, o Departamento de Comunicação do Instituto Alana buscou interlocução com o público-alvo por meio do convite com antecedência.

EQUIPE

Isabela Minelli D'Andréa (Urbanizar)
Karina de Souza (IABsp)
Leila Maria Vendrametto (Urbanizar)
Letícia Lemos (IABsp)
Luiz H. G. Nickel (Urbanizar)
Maria da Penha Gomes (IABsp)
Simone F. Gatti (IABsp)

PARTICIPANTES

Arlete Pescarolo
Arte e Cultura na Kebrada
Jaime Cupertino
Keillane Feitosa Paiva
Marcelo Vieira
Maria da Conceição
Reginaldo Pereira
Ronaldo Adriano da Silva
Rose
Tatiane Costa Silva
Vivian Silva

A apresentação e a moderação ficaram ao cargo de Simone Gatti. Após a apresentação ao público, abriu-se aos questionamentos e às proposições. Do diálogo, sobrevieram questões sobre o retorno às aulas do ensino regular e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), acesso à internet e o uso de transportes:

> *[...], considerando esses 15 alunos que não estarão na escola, se eles não estiverem no parque ou em outra escola, se não tiver um remanejamento ou se eles não tiverem na escola por vários motivos, sejam eles o fato de estar no grupo de risco, etc., eles precisam ter acesso à internet, acesso ao conteúdo. [...] no período noturno, no EJA, e precisa pensar também como ficam esses alunos do período noturno; dentro dessas cinco horas, quem são os alunos que vão ficar na escola? E os outros? E mais uma questão, sobre o transporte público seguro, seria legal ter mini álcool em gel nos pontos de ônibus, pra passar na mão antes de entrar nos ônibus ou até dentro dos ônibus e que seja algo expandido ao longo da cidade de São Paulo.*

USO E OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

O tema foi oportuno para que os moradores colocassem suas preocupações no que tange a segurança pública, relacionamentos na vizinhança, uso de substâncias psicoativas e exposição ao vírus COVID-19.

1 Projeto Para Onde Vamos? Por uma agenda de mobilidade nas periferias de SP. Uma parceria entre o IABsp, o Instituto Aromeiazero e a 99. (iabsp.org.br/para-onde-vamos)

Sobre a pandemia, estamos com um sério problema dos funks e de festas comemorativas no fim de semana, eles começam na quinta e terminam só na segunda. Também tem muita criança sem máscara na rua. No hospital, eu tive uma crise na semana passada e precisei ir, e não tinha distanciamento, mais de 30 pessoas, algumas sem máscara e outras sem máscara do lado de fora. Nos funks, tem um monte de gente, aglomeração, bebe um do copo do outro, usam narguilé, etc. Tão falando disso em todo lugar, na mídia, mas eles não escutam e ninguém mais pode falar nada, porque é julgado. A polícia não vem e se vier, depois chega o dobro de gente. Eles não tão respeitando mais ninguém, e já morreu muita gente. E no posto de saúde também não tem distanciamento. Como agir num posto de saúde? Se ninguém escuta, nem o diretor.

PONTOS DE ALAGAMENTOS

Esse tema é central no que diz respeito ao Jardim Pantanal. A apresentação do Projeto do ZL Vórtice contempla estratégias e recursos para a solução dos alagamentos recorrentes, sobretudo no que tange às características do solo e condições dos córregos.

Os relatos trouxeram dois entendimentos sobre a implantação do Parque Biacica e sobre a Barragem da Penha. Também indicaram os principais pontos de alagamento em toda área de várzea, desde a Chácara Três Meninas até o Jardim Romano. Na Vila Aimoré, na ponte.

Existe a opinião que o problema é que está faltando é o desassoreamento do rio, o rio tá totalmente cheio de tudo que é entulho. Nós temos a sede aqui do Biacica, que fica toda cheia de água, as casas, tudo fica cheio de água, quando lá embaixo, onde a água poderia descer, não tá. Fica essa situação de área de risco sendo que só o desassoreamento do rio que o estado fala que vai fazer e não faz, por isso que fica esse sofrimento direto. [...]

[...] a construção do Parque Biacica, piorou ainda mais a condição dos moradores lá no Biacica. Porque o parque tá alto, porque foi aterrado e aí a rua tá baixa, então qualquer chuvinha, se você cuspir, enche de água.

Outra moradora traz uma informação à compreensão sobre a Barra da Penha:

[...] eu fiz o curso de meio ambiente e de maneira alguma pode aquela Barragem da Penha fechar, ela é automática (...) e tem duas entradas nessa barragem que ficam sempre abertas. O problema não tá na barragem, tá ali na antiga Bauducco, que hoje é uma transportadora. Porque eles aterraram uma parte do rio lá, inclusive recebendo várias multas. Eu, antes de ter estudado o meio ambiente e de ir visitar, também falava que era a barragem. (...) A gente conseguiu o dinheiro pra fazer o desassoreamento pelo DAEE, mas eles desviaram essa verba lá pra baixo da barragem, pra fazer o desassoreamento lá, aí é que tá o problema. (...) Cabe agora à SABESP que o esgoto não caia direto no Rio Tietê também, que vá pra tratamento.

Outra sugestão apresentada pelo ZL Vórtice é o uso de piso para escoamento da água, segundo Nelson:

São pisos intertravados e tem uma canaleta entre cada elemento, permitindo o escoamento da água entre os pisos. (...) Nós fizemos testes de permeabilidade, mas é um grande desafio fazer pavimentação em área de várzea. O risco é acumular água debaixo do piso e soltar o piso, como acontece muitas vezes. É preciso todo um detalhamento técnico, é preciso que a comunidade se envolva pra limpar as canaletas, para manutenção também. Esse é um espaço público onde a ação pública do morador é importante.

Considerando a interpretação controvérsia sobre o Parque Biacica e a Barragem advém a necessidade de cursos formativos com itinerância no território com eixo norteador sobre as condições do solo e motivos do alagamento conforme sugerido no Diagnóstico.

ÁREAS DE LAZER E CONVÍVIO

O debate trouxe a informação que existem áreas de lazer e convívio no território, sendo necessário ações para sua regulamentação, bem como melhorias e ampliação de equipamentos e/ou brinquedos.

Entre as sugestões apontadas para praças e locais de convívio está a Rua Santo Antônio, os moradores costumam fechar para as crianças brincarem porque passam poucos carros. Recomendam arrumar um parquinho e fazer uma pequena praça para atender as crianças que frequentam o local. A rua Cachoeira de Itaguassava, indicada para fazer uma rua de lazer. Segundo o o morador:

[...] após a canalização do rio, é possível fazer uma área de 30m de largura por 80m de comprimento. Depois de implantar o Projeto apontado pelo professor Nelson é possível fazer uma praça, um jardim, Associação de Salão para idoso.

HORTAS COMUNITÁRIAS

Segundo o Instituto Alana, já existe uma articulação com a Equipe do PAVS da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente para parceria na promoção de ações para Educação Ambiental. Assim, sugere-se a implantação de hortas e praças nos espaços públicos. Como referência, foi citado o Projeto Verdejando implantado no Jardim Helena. Existem parcerias também com o Projeto Mulheres do GAU e com outros coletivos de agricultura urbana da zona leste.

MOBILIDADE

O tema mobilidade foi apresentado pela Letícia Lemos (Técnica da Equipe IABsp), que trouxe ao debate o cotidiano dos moradores, pensando **“Como é a Mobilidade Urbana para você?”**, por meio das seguintes perguntas:

1. Como é a sua experiência ao usar as ruas do seu bairro e da cidade?
2. Como é a sua mobilidade e de sua família?
3. Como vocês acessam trabalho, educação, cultura, enfim, a cidade?
4. Quais são os problemas que você enfrenta para usar a cidade, se deslocar, estar no espaço público?

Em seguida, apresentou as Diretrizes Preliminares:

Promover mobilidade ativa e coletiva

- Rua como espaço de socialização;
- Uso – já intenso – de bicicleta;
- Transposição de barreiras;
- Segurança viária através do desenho.

Educar para a coletividade

- Campanhas educativas de trânsito;
- Escolas como parceiras;
- Eventos educativos.

Educar para a coletividade

- Campanhas educativas de trânsito;
- Escolas como parceiras;
- Eventos educativos.

ARTICULAÇÃO COMUNITÁRIA E SOCIAL

Projetos existentes e novas possibilidades foram apresentadas. Entre eles, a Rádio Nuar, cuja experiência pode ser ampliada no Jardim Pantanal; apoio à formação em Educomunicação em parceria com o LabEducom da USP e com as escolas locais; formação do Conselho Gestor de ZEIS-1 e articulação com o Conselho Consultivo da APA Várzea do Tietê, ambos imprescindíveis às ações de melhoria de qualidade de vida dos moradores.

[...] as lideranças participaram na discussão para criação do Parque. Porém, quando os projetos aconteceram a população foi excluída. As professoras "vieram" com os alunos delas e não deixaram os moradores participar.

DEFININDO RESPONSABILIDADES

Foram apresentadas as necessidades e os respectivos responsáveis:

- **Medidas Emergenciais:** Sociedade civil, Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB), Centro de Integração da Cidadania (CIC).

- **Drenagem:** Governo estadual, *DEER*, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), Secretaria Municipal de Licenciamento (SMUL), Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (Siurb), Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB).

- **Projetos Várzea do Tietê:** Governo estadual, Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

- **Projetos de Mobilidade e Espaço Público:** ONGs locais, Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), Secretaria Municipal de Licenciamento (SMUL), Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes (SMT), Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURB), Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), São Paulo Transporte (SPTrans), Departamento de Iluminação Pública (ILUME), Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB).

• **Articulação comunitária:** Sociedade civil organizada, Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) e Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB).

Os moradores reinvindicaram, ainda, o direito a vagas para as crianças na escola dentro do Parque Biacica.

Figura 01
Participantes na oficina virtual

Levantaram a importância também da discussão sobre a saúde e segurança públicas, e sobre a construção prevista de uma AMA dentro do Parque.

Simone acrescentou que sugestões futuras poderiam ser enviadas à equipe do Instituto Alana. Também reitera que são dois projetos: um é o Plano emergencial e propostas iniciais para o Plano de Bairro do Jardim Pantanal e o outro, da Agenda de Mobilidade, uma demanda específica que será entregue ao prefeito e parlamentares em parceria com a 99 e a Aromeiazero.

INTERVENÇÕES DE MOBILIDADE REALIZADAS NO JARDIM PANTANAL

O Instituto Aromeiazero fez intervenções no território para levantar o olhar da comunidade sobre a mobilidade:

- **Doação de 5 bicicletas**, grafitadas pela equipe do Arte e Cultura na Kebrada. Serão testadas pelos funcionários, depois funcionará como um sistema de compartilhamento.

- Implantação dos projetos **Bike Literária** (entrega de livros) e **Delivery Justo** (fomento a ciclologística local)

- **Painel de grafite** na Rua Tiago, para dialogar sobre a mobilidade e homenagear as pessoas do bairro.

CONCLUSÃO

Os temas apresentados e debatidos durante a segunda oficina despertaram o interesse dos moradores. Todos opinaram e participaram, esclarecendo as dúvidas, apontando soluções e indicando locais para ações assertivas à elaboração do Plano emergencial e propostas iniciais para o Plano de Bairro do Jardim Pantanal.

Os participantes demonstraram vasto conhecimento do perfil e das necessidades da população residente. Como também do uso e ocupação do território, tanto da localização das ruas e espaços públicos para realização dos projetos e ações do Plano emergencial e propostas iniciais para o Plano de Bairro do Jardim Pantanal, como também o tipo de intervenção cabível.

REALIZAÇÃO

instituto de arquitetos do brasil - departamento de são paulo

alana

URBANIZAR